

RELATÓRIO DE GESTÃO 2017

ICMBio



RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

ICMBio

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO
DA BIODIVERSIDADE

Lista de siglas e abreviações

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ACADEBio	Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade
ADA	Área Diretamente Afetada
ALA	Autorização para o Licenciamento Ambiental
APA	Área de Proteção Ambiental
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
ARP	Ata de Registro de Preços
ARPA	Programa Áreas Protegidas da Amazônia
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CADIN	Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal
CCAF	Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal
CGFIN	Coordenação Geral de Finanças e Arrecadação
CGPLAN	Coordenação Geral de Planejamento Operacional e Orçamento
CGPRO	Coordenação Geral de Proteção
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação
CGU	Controladoria-Geral da União
COARR	Coordenação de Arrecadação do ICMBio
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COPAM	Conselho Estadual do Meio Ambiente de Minas Gerais
CR	Coordenação Regional
CSIC	Comitê de Segurança da Informação e Comunicações
DAS	Direção e Assessoramento Superiores
DETER	Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real
DIBIO	Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade
DIPLAN	Diretoria de Planejamento, Administração e Logística
ESEC	Estação Ecológica
FLONA	Floresta Nacional
FBB	Fundação Banco do Brasil
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEF-Mar	Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas
Gespública	Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
iGovTI	Índice de Governança de Tecnologia da Informação
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
IFT	Instituto Floresta Tropical
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
FW	<i>Kreditanstalt für Wiederaufbau</i> (Banco de Desenvolvimento da Alemanha)
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIF	Manejo Integrado do Fogo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
NBC T	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

ONG	Organização Não Governamental
PAN	Planos de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção ou do Patrimônio Espeleológico
PARNA	Parque Nacional
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
PDTI	Plano Diretor para o setor de Tecnologia da Informação
PF	Polícia Federal
PFE	Procuradoria Federal Especializada
PMFS	Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário
PMFSCF	Plano de Manejo Florestal Sustentável Comunitário e Familiar
PRF	Polícia Rodoviária Federal
REBIO	Reserva Biológica
RVS	Refúgio da Vida Silvestre
RESEX	Reserva Extrativista
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SALVE	Sistema de Suporte para o Processo de Avaliação do Estado de Conservação das Espécies
SARR	Sistema de Arrecadação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SFB	Serviço Florestal Brasileiro
SISBio	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SGD	Sistema de Gerenciamento de Demandas
SGDOC	Sistema Gerenciador de Documentos Físicos
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG/COMPASNET	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Sistema de Informações de Custos do Governo Federal
SIG-ICMBio	Sistema Integrado de Gestão
SIGE	Sistema Integrado de Gestão Estratégica
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UAAF	Unidade Avançada de Administração e Finanças
UC	Unidade de Conservação
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFPA	Universidade Federal do Pará
UGR	Unidade Gestora Responsável
USAID	<i>United States Agency for International Development</i> (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional)
USFS	Serviço Florestal Americano
WWF	World Wildlife Fund

Sumário

1- Apresentação	6
2- Visão geral da unidade prestadora de contas	7
2.1- Identificação da unidade.....	7
2.2- Finalidade e competências institucionais	8
2.3- Ambiente de atuação	9
3- Planejamento organizacional e resultados	17
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	17
3.2- Informações sobre a gestão	38
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico	51
3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização	57
4- Governança, gestão de riscos e controles internos	60
4.1- Descrição das Estruturas de governança	60
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	61
5- Áreas especiais da gestão	63
5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade	63
6- Relacionamento com a sociedade	64
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	64
6.2- Carta de serviços ao cidadão.....	65
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários	65
6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade	65
7- Desempenho financeiro e Informações contábeis	69
7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	69
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos	77
7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	78
7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	78
8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle	79
8.1- Tratamento de deliberações do TCU	79
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	79
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	92
9- Anexos e apêndices	93
9.1- Complemento da visão por coordenação regional.....	93

1- Apresentação

O presente Relatório de Gestão do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), relativo ao exercício de 2017, foi elaborado de acordo com as disposições normativas do Tribunal de Contas da União – TCU (Instrução Normativa nº 63/2010; Resolução nº 234/2010, Resolução nº 244/2011, Instrução Normativa nº 72/2013, Decisão Normativa nº 161/2017, Decisão Normativa nº 163/2017 e Portaria nº 65/2018) e da Controladoria-Geral da União – CGU.

O ICMBio acatou a proposta de customização apresentada pelo Tribunal de Contas da União, a qual foi acordada entre este Instituto e Secretaria de Controle Externo da Agricultura e do Meio Ambiente do TCU e registrada em ata.

Cabe ressaltar que, assim como no ano de 2016, 2017 trouxe desafios a partir de fatores externos relacionados ao contexto especial que o país vivenciou no cenário político. Tais fatores tiveram reflexos em toda a estrutura da Autarquia.

2- Visão geral da unidade prestadora de contas

2.1- Identificação da unidade

ICMBio

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente	Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada (UJ)		
Natureza jurídica: Autarquia	CNPJ: 08.829.974/0001-94	
Principal atividade: Regulação, Controle, Definição de Política e Coordenação do Meio Ambiente; Administração Federal, Estadual, Municipal	Código CNAE: 8412-4/00	
Código SIORG: 91842	Código LOA: 44207	Código SIAFI: 44207
Contatos		
Telefones/fax: 61 2028-9001 / 61 2028-9005		
Endereço postal: EQSW 103/104, bloco C, 1º andar – Complexo Administrativo Sudoeste, CEP: 70.670-350, Sudoeste, Brasília-DF		
Endereço eletrônico: presidencia@icmbio.com.br		
Página na internet: www.icmbio.gov.br		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome	Código SIAFI	Nome
443032	INSTITUTO CHICO MENDES	443033	ICMBIO/CGFIN
443034	UAAF CABEDELO	443035	UAAF ATIBAIA
443036	UAAF TERESÓPOLIS	443043	UAAF AREMBEPE
443048	UAAF FOZ DO IGUAÇU	443054	UAAF MANAUS
443055	UAAF RIO DE JANEIRO	447157	KFW FLONA

Identificação dos administradores			
Cargo	Nome	CPF	Período de gestão
Presidente	RICARDO JOSE SOAVINSKI	420.044.700-20	01.01.2017 a 31.12.2017
Diretor de Criação e Manejo de Unidades de conservação (DIMAN)	PAULO HENRIQUE MAROSTEGAN E CARNEIRO	178.946.228-26	01.01.2017 a 31.12.2017
Diretor de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de conservação (DISAT)	CLAUDIO CARRERA MARETTI	045.699.298-77	01.01.2017 a 31.12.2017
Diretor de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade (DIBIO)	MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA	394.981.744-15	01.01.2017 a 31.12.2017
Diretor de Planejamento, Administração e Orçamento (DIPLAN)	SILVANA CANUTO MEDEIROS	552.228.890-68	01.01.2017 a 31.12.2017

Substitutos			
Substituto (Presidente)	SILVANA CANUTO MEDEIROS	552.228.890-68	01.01.2017 a 13.01.2017; 03.07.2017 a 08.07.2017; 09.10.2017 a 13.10.2017
Substituto (DIMAN)	LUIZ FELIPE DE LUCA DE SOUZA	086.722.247-60	02.01.2017 a 13.01.2017; 10.07.2017 a 14.07.2017; 04.10.2017 a 16.10.2017
Substituto (DISAT)	BRUNA DE VITA SILVA SANTOS	805.516.701-00	25.03.2017 a 31.03.2017; 01.04.2017 a 01.04.2017
Substituto (DISAT)	ELIANI MACIEL LIMA	196.034.952-04	04.06.2017 a 10.06.2017; 21.06.2017 a 30.06.2017; 02.07.2017 a 11.07.2017; 01.09.2017 a 10.09.2017; 18.09.2017 a 25.09.2017
Substituto (DIBIO)	FERNANDO DAL'AVA	162.509.826-04	23.01.2017 a 26.01.2017; 05.06.2017 a 14.06.2017; 30.10.2017 a 14.11.2017
Substituto (DIPLAN)	FLAVIA CRISTINA GOMES DE OLIVEIRA	072.980.097-02	14.02.2017 a 24.02.2017; 15.05.2017 a 18.05.2017; 04.12.2017 a 04.12.2017

2.2- Finalidade e competências institucionais

As finalidades e competências estão especificadas na Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, e Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017. Para o seu atingimento, foram estabelecidos em planejamento estratégico, a Missão, Visão e Valores para orientar a atuação institucional.

Missão	Visão de futuro	Valores
Proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental	Ser reconhecido pela sociedade brasileira como referência na conservação da biodiversidade e na gestão de unidades de conservação	Cordialidade, Impessoalidade, Compromisso com o resultado, Transparência, Ética, Cooperação, Criatividade, Profissionalismo, Determinação

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Constituição Federal, art. 225	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm
Lei nº 11.516, de 28/08/2007	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm
Decreto nº 8.974, de 24/01/2017	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8974.htm
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf
Planejamento estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica
<i>Scaling Up</i>	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/planoestrategico5.1.pdf
Indicadores de desempenho	http://qv.icmbio.gov.br/

utilizados na gestão	
Organograma	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/organograma_estrutura2017.pdf
Macroprocessos finalísticos	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/LISTA_MACROPROCESSOS E PROCESSOS SIGE-2.pdf

2.3- Ambiente de atuação

2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio é responsável pela gestão de cerca de 78,9 milhões de hectares - equivalente a, aproximadamente, 9% do território brasileiro, compreendendo 324 Unidades de Conservação – UC. A estrutura descentralizada do Instituto é formada ainda, por 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPC, 11 Coordenações Regionais – CR e 06 Unidades Avançadas de Administração e Finanças – UAAF. A Autarquia apoia também, as 667 Reservas Particulares do Patrimônio Natural criadas pelo ICMBio.

Para o atendimento de suas finalidades e competências, o ICMBio se caracteriza por grande capilaridade, sendo um dos órgãos públicos federais com maior presença permanente em mais de 1.000 municípios. Possui sedes administrativas em 200 municípios, os quais, em grande parte, possuem como atributos: serem de pequeno porte, serem remotos, possuírem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), serem de difícil acesso ou estarem em áreas fronteiriças. Por apresentar tais traços e, em muitos casos, ser o único órgão público federal presente, inevitavelmente, o ICMBio é demandado a apoiar diversas ações que aproximem a população das políticas públicas.

Em 24 de janeiro de 2017, foi publicado o Decreto nº 8.974, que traz a nova estrutura regimental e quadro de cargos e funções do Instituto. Conforme o Decreto, além da gestão das unidades de conservação, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade também é responsável:

- pelas avaliações do estado de conservação e manejo das espécies ameaçadas, particularmente da fauna;
- pela proposição de criação de unidades de conservação federais ao Ministério do Meio Ambiente;
- pela promoção da visitação pública voltada à recreação, à interpretação ambiental e ao ecoturismo em unidades de conservação federais;
- pelo apoio direto às famílias extrativistas residentes em unidades de conservação de uso sustentável;
- pela fiscalização e pela prevenção e combate aos incêndios florestais em unidades de conservação federais; e
- pela autorização para licenciamento ambiental, de acordo com a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC.

Para o atingimento das finalidades, o Instituto Chico Mendes tem se fortalecido por meio de parcerias e na participação social. Com esse enfoque, em 2017 foi realizado o III Seminário de Boas Práticas na Gestão de Unidades de Conservação e I Fórum Internacional de Parcerias na Gestão de Unidades de Conservação. Foram apresentadas 46 boas práticas com resultados atingidos devido à soma com esforços de parceiros e sociedade, realizadas tanto em UC federais como estaduais, com o objetivo de troca de experiências e replicação das iniciativas.

Em 2017 foi comemorado o aniversário de 10 anos do Instituto Chico Mendes. Os resultados são motivos de comemorações tanto institucionais, como para a sociedade brasileira, pois refletem avanços para a conservação da biodiversidade. Os bons resultados são fruto das parcerias, que vão desde a dedicação dos servidores do ICMBio, os órgãos públicos, iniciativa privada, sociedade civil organizada, voluntários, até a população, que também se engaja na defesa e proteção dos recursos naturais.

2.3.2- Ambiente de atuação das unidades descentralizadas do ICMBio

Coordenações Regionais - CR
<p>Descrição geral</p> <p>Atualmente existem 11 Coordenações Regionais (CR), implantadas a partir de 2009 e distribuídas por macrorregiões. Elas são a instância técnica, e de representação política e interinstitucional regional, vinculadas diretamente à Presidência do ICMBio.</p> <p>Às CR cabe, especialmente, a orientação e acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas unidades de conservação.</p> <p>De acordo com o Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, compete às CR:</p> <ul style="list-style-type: none">I - executar as atividades administrativas e técnico-finalísticas relacionadas à gestão ambiental de responsabilidade do Instituto Chico Mendes e exercer a representação institucional;II - apoiar o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação de programas, projetos e ações técnicas de competência do Instituto Chico Mendes;III - coordenar, articular, integrar, determinar a execução, monitorar e avaliar as ações de gestão desenvolvidas nas unidades de conservação federais, com base nas orientações e nas normas definidas pelo Presidente e pelas Diretorias do Instituto Chico Mendes; eIV - requerer ao Presidente ou aos Diretores do Instituto Chico Mendes apoio técnico e administrativo, orientações e recursos.
<p>Adversidades</p> <p>Assim como em períodos anteriores, as Coordenações Regionais enfrentam dificuldades, em maior ou menor medida, relacionadas: à carência de pessoal, causada pela insuficiência do número de servidores no Instituto; existência de uma estrutura de cargos insuficiente para atendimento de todas as demandas sob responsabilidades das Unidades; restrições orçamentárias que dificultam o atendimento das demandas finalísticas das Coordenações; dentre outras.</p> <p>Por serem instâncias diretamente relacionadas às unidades de conservação, as condições adversas que afetam as UC também atingem, invariavelmente, as CR. Destacamos:</p> <ul style="list-style-type: none">- alteração nos vetores de desmatamento em algumas regiões da Amazônia, com a crescente contribuição do garimpo para o desflorestamento;- ocorrência de graves conflitos, inclusive enfrentamento armado com servidores do ICMBio;- pressões políticas pela desafetação de algumas de algumas UC com conflitos territoriais;- desafetação de unidades de conservação para viabilizar grandes empreendimentos;- dificuldade de realização da regularização fundiária, devido especialmente ao fato da grande maioria dos posseiros das áreas abrangidas pelas UC não possuírem os documentos necessários comprobatórios para que sejam realizadas as indenizações;- os crimes ambientais estão cada vez mais interligados com outras categorias de crimes, tais como tráfico de drogas e de armas, assim como os “piratas de rio” <p>Dentre outras.</p>
<p>Riscos</p> <p>Alguns dos principais riscos enfrentados pelas Coordenações Regionais são o esvaziamento gradativo das equipes de trabalho; o acúmulo de atribuições aos mesmos servidores; a fragilidade</p>

institucional no cenário de representação política regional; e agravamento das pressões sofridas pelas unidades de conservação, entre outros.

O maior risco para as unidades de conservação federais é a perda de biodiversidade, aliada à alteração do modo de vida das populações tradicionais, que optam por novos modos de produção (pecuária, extração de madeiras, monoculturas, etc.). O risco de desafetação de unidades de conservação para viabilizar grandes empreendimentos, também deve ser sempre considerado.

Estratégia de enfrentamento

- Buscar o aumento do número de servidores e uma melhor estruturação interna para o desenvolvimento de suas ações e modernização para a execução dos recursos;
- Destramento da compensação ambiental;
- Fortalecimento da capacitação dos servidores; e
- Ampliação do prazo de contratação de brigadistas.

Em relação às Unidades de Conservação, elencamos algumas das estratégias que foram atingiram bons resultados:

- Aproximação com os demais atores envolvidos na gestão de UC: associações, sociedade civil, governos estaduais e municipais, além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como IBAMA, FUNAI, INCRA, MAPA, entre outros, inclusive com a formalização de acordos de cooperação, ajustamento de conduta, entre outros instrumentos de gestão;
- Definição de estratégias de combate ao desmatamento (Amazônia Protege, Operação Integração);
- Maior envolvimento das comunidades locais na gestão das UC;
- Apoio do Programa ARPA, assim como de outros projetos, tais como Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (KFW) para a implementação de um maior número de UC;
- Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU, em unidades de conservação federais do estado do Amazonas;
- Publicação de Planos de Manejo;
- Criação de novas unidades de conservação, assim como a ampliação de algumas já existentes, para propiciar maior conectividade ambiental e contribuir para a conservação de espécies e ecossistemas;
- Sistematização de informações de gestão das Unidades, que serve como base de dados para embasar a tomada de decisão no estabelecimento de prioridades institucionais (lotação de pessoal, distribuição de recursos, prioridades de gestão);
- Início da implantação de nova metodologia para elaboração de Planos de Manejo com base na metodologia; e
- Estabelecimento de Termos de Compromisso com populações tradicionais que estejam ocupando as unidades de proteção integral, em caráter temporário, até uma solução definitiva de regularização fundiária.

Mudanças ocorridas

Em 2017, houve uma reorganização da circunscrição das Coordenações com o intuito de aprimorar o atendimento das necessidades das unidades de conservação vinculadas.

Em relação às Unidades de Conservação:

- Melhoria no controle do desmatamento em unidades de conservação federais que, ao longo dos anos, diminuiram significativamente seus índices totais;
- Apoio à criação de projetos de geração de renda para as comunidades diretamente afetadas pela criação e/ou existência de unidades de conservação;

- Iniciativas para a criação de programas de monitoramento da biodiversidade, ecoturismo, geração de renda através de manejo de fauna e flora silvestre;
- Implementação dos Núcleos de Gestão Integrada para fortalecimento e melhoria da gestão das UC;
- Reconhecimento de Unidades de Conservação como Sítios do Patrimônio Natural da Humanidade, Reserva da Biosfera pela Unesco e como Sítios Ramsar; e
- Parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas - Ipê para contratação de funcionários para atender demandas de algumas unidades da Amazônia (Projeto MOSUC).

Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação – CNPC

Descrição geral

O ICMBio conta com 14 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação (CNPC) sendo 13 vinculados à Diretoria de Pesquisa, Avaliação e Monitoramento da Biodiversidade – DIBIO e 01 vinculado à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de Conservação – DISAT. Os 13 CNPC vinculados à DIBIO são responsáveis pelas avaliações do estado de conservação das espécies, particularmente da fauna, o que fundamenta a lista nacional de espécies ameaçadas e, a partir dela, uma série de políticas públicas do Governo Federal.

Os servidores desses Centros são responsáveis pela elaboração e articulação de dezenas de Planos de Ação Nacionais – PAN para espécies ameaçadas, que envolvem centenas de instituições pelo país assim como as unidades de conservação; estão fortemente envolvidas com a concepção, implementação e avaliação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, de abrangência nacional (Instrução Normativa ICMBio nº 03, de 2017); são responsáveis por alguns programas específicos, como o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358, de 30/09/2009); elaboram estudos e propostas para criação de novas áreas protegidas e fornecem subsídios para o manejo de unidades de conservação, assim como para a manifestação do Instituto em processos de licenciamento ambiental.

Os Centros dão suporte também a questões críticas e emergenciais, como a epidemia de febre amarela, com forte atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Primatas Brasileiros - CPB, que trabalha com primatas, e no caso do ‘desastre de Mariana/MG’, com forte atuação do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Tartarugas Marinhas e da Biodiversidade Marinha do Leste – TAMAR e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Peixes Continentais – CEPTA. O Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais – CNPT, que é vinculado à DISAT, apoia diretamente dezenas de milhares de famílias extrativistas, que residem nas unidades de conservação de uso sustentável.

Adversidades

A conjuntura política e econômica do País que vem impedindo a autorização para realização do concurso público para o Instituto, associado a redução da sua força de trabalho com as aposentadorias, mortes e, a requisição de servidores para assumir cargos em outras instituições, reduz os quadros funcionais dos Centros, assim como de todo o Instituto, dificultando o avanço da agenda de trabalho na implementação dos Planos de Ação Nacionais para Conservação das espécies ameaçadas, no desenvolvimento de ações de pesquisa e monitoramento, fundamentais para a conservação, e no atendimento qualificado de diversas demandas de manejo envolvendo epizootias e emergências ambientais.

Riscos

Este cenário de insuficiência de servidores, se não revertido nos próximos anos, além de impedir o avanço na agenda de trabalho do ICMBio, afetará até mesmo a agenda que vem sendo mantida por meio da atual força de trabalho.

Estratégia de enfrentamento

O ICMBio busca implementar diversas ações para apoiar a pesquisa e os estudos técnico-científicos dos Centros, assim como as ações de compartilhamento de conhecimento, como a atuação em rede, incluindo pesquisadores de todo o país e do próprio ICMBio atuantes em diferentes unidades, o fortalecimento do programa de voluntariado, a inserção dos Centros em projetos de colaboração internacional, como os financiamentos do *Global Environmental Facility* (GEF), a crescente articulação com as unidades de conservação, como se dá no âmbito do Programa Áreas Protegidas Amazônicas – ARPA e do GEF-Mar, e a implementação de ferramentas de apoio à pesquisa junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, como a viabilização de bolsistas.

Em 2017, a contratação de 78 bolsistas no âmbito do GEF-Mar, para atuação nos Centros e UC, nas agendas de pesquisa, monitoramento e conservação da biodiversidade, ampliou de forma sensível a capacidade de resposta da instituição, como por exemplo, o desafio de estruturar e fortalecer o monitoramento da pesca e das espécies ameaçadas de extinção nas unidades de conservação.

O aporte de bolsistas especializados vem sendo buscado também no âmbito do ARPA, para apoiar o monitoramento da biodiversidade e do uso de recursos, assim como as análises de dados e elaboração de produtos de informação qualificados.

Mudanças ocorridas

Foram consolidadas as seguintes estratégias e subsídios para as atividades finalísticas do Instituto, relacionadas às competências da DIBIO: discussão com diferentes setores sobre a checagem da lista de espécies ameaçadas marinhas e de águas continentais, para reconsiderar a vigência da Portaria MMA nº 445/2014, que estabelece a lista de espécies aquáticas ameaçadas de extinção e suas categorias de risco e, ao longo de 2017, a elaboração da estratégia para publicação dos planos de recuperação.

No processo que avalia o estado de conservação das espécies, os Centros e demais pesquisadores envolvidos, conseguem apontar quais ameaças aumentam o risco de extinção para os diversos grupos taxonômicos. Nisso, certas ameaças - ou conjunto delas - ganham destaque e enfrentá-las torna-se estratégico para que as espécies sendo impactadas tenham melhorias no seu estado de conservação. Nesse sentido, em 2017, os Centros prestaram informações técnicas e dados geoespaciais sobre espécies ameaçadas para subsidiar a elaboração de dois Planos de Redução de Impactos (PRIM) relativos aos impactos advindos das infraestruturas viárias terrestres em âmbito nacional e fluviais associadas às hidrelétricas situadas no bioma amazônico.

Também em 2017 foram aprovados, por meio de Portarias específicas, o PAN Fauna aquática e semiaquática do Baixo Iguaçu, o PAN Primatas Amazônicos, e segundo ciclo dos PANs Papagaios, Tartarugas Marinhas e Aves dos Campos sulinos. Foram também, monitorados 25 Planos e elaborados outros 13 Planos de Ação: Albatrozes e Petréis, Ararinha-azul, Aves da Caatinga, Aves Marinhas e Costeiras, Herpetofauna do Cerrado e Pantanal, Herpetofauna do Sul, Lagoas do Sul, Pato-mergulhão, Primatas Amazônicos, Primatas do Nordeste, Sauim-de-coleira e Herpetofauna do Espinhaço.

A relação de cooperação entre Centros e unidades de conservação está sendo fortemente ampliada – por exemplo, está em franca expansão a implementação do Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, coordenado pelo ICMBio, em que as equipes dos Centros se envolvem na concepção, implementação em campo e análise de dados, junto às equipes das UC e parceiros diversos. No subprograma GEF-Terrestre há envolvimento de todos os Centros de atuação continental; no subprograma Biodiversidade Aquática, envolvimento do CEPTA, Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Biodiversidade Amazônia - CEPAM e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Répteis e Anfíbios - RAN, (os protocolos destes dois subprogramas foram formalmente adotados pelo ARPA, maior programa de apoio a unidades de conservação do mundo, sendo portanto chave para avaliação de sua efetividade); e no subprograma Marinho, em estruturação com recursos do Projeto Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas – GEF-Mar, tem-se o

protagonismo dos Centros de atuação marinha na proposição de um programa integrado, contemplando iniciativas vinculadas à conservação de espécies ameaçadas, à gestão de UC e ao licenciamento ambiental.

Destaca-se também, o Portal da Biodiversidade: lançado em novembro de 2015, disponibiliza à sociedade dados hospedados no Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBio) bem como nos vários bancos de dados sob a responsabilidade dos Centros, além dos dados do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, com diversas funcionalidades que auxiliam a consulta. Na mesma plataforma, já está em utilização encontra-se o Sistema de Suporte para o Processo de Avaliação do Estado de Conservação das Espécies - SALVE. Esta ferramenta irá reduzir custos e agilizar procedimentos além de facilitar e qualificar a disponibilização de dados à sociedade.

No primeiro trimestre de 2018 será publicado o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento 2018-2021, elaborado ao longo de 2016 e 2017. O plano evidencia a interrelação das várias estratégias com as áreas de atuação do Instituto, e elenca os principais produtos que precisam ser elaborados de modo a fortalecê-las e qualificá-las. As estratégias priorizadas, de modo coletivo, dizem respeito à gestão territorial, manejo dos recursos e dos ecossistemas (manejo integrado do fogo, controle de espécies exóticas, manejo de fauna e flora), inteligência na fiscalização, interação entre planejamentos, participação social, manifestação no licenciamento, entre outros. A busca da excelência na gestão de dados e informações permeia todas essas estratégias, e o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade é desenhado para permitir a avaliação da efetividade do conjunto de estratégias.

Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio

Descrição geral

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, por meio da Coordenação de Educação Corporativa, vinculada a Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, coordena e investe na capacitação continuada dos servidores a fim de desenvolver as competências necessárias ao cumprimento da missão institucional: “**proteger o patrimônio natural e promover o desenvolvimento socioambiental**”.

A Política de Desenvolvimento de Pessoal - PDP/ICMBio, Portaria ICMBio nº 106, de 30 de dezembro de 2008, é executada por meio de uma série de ações, tais como:

1. Desenvolvimento e execução do Plano Anual de Capacitação – PAC, visando o desenvolvimento, a formação e a atualização de servidores;
2. Alinhamento das capacitações em instância colegiada com representação de todas as áreas institucionais - Comitê Gestor de Capacitação – CGCAP;
3. Manutenção e atualização de estruturas educadoras, ou seja, espaços físicos e virtuais para capacitação presencial e à distância, tendo como elementos centrais a Unidade Escola - Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade - ACADEBio e FLONA de Ipanema, e o Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA; e
4. Atualização e edição do arcabouço normativo referente a PDP/ICMBio.

O Centro de Formação em Conservação da Biodiversidade (ACADEBio) é a instância de implementação da PDP/ICMBio, um espaço voltado para a promoção da conservação da biodiversidade por meio da construção do conhecimento pelo processo de ensino e aprendizagem. Instalada pela Portaria ICMBio nº 528, de 4 de setembro de 2009, a PDP visa efetivar a proposta do ICMBio em garantir e investir na capacitação permanente e continuada de seus servidores, por meio do desenvolvimento de competências.

Cabe à ACADEBio executar programas de desenvolvimento gerencial e técnico para o ICMBio; elaborar e executar programas de formação inicial para a carreira de Especialistas em Meio Ambiente, e apoiar a execução de eventos de capacitação em outros espaços educativos do ICMBio. Em 2017 foi investido aproximadamente R\$ 3.900.000,00 (três milhões e novecentos mil reais) em capacitação de servidores, valor este composto por recurso da ação de capacitação R\$ 2.020.000,00 (dois milhões e vinte mil reais) e da ação de custeio de unidade R\$ 1.880.000,00 (um milhão, oitocentos e oitenta mil reais).

Tais recursos viabilizaram a execução de 38 cursos e oficinas no âmbito do Plano Anual de Capacitação, envolvendo 819 educandos, sendo: 629 servidores do ICMBio e 190 externos e, aproximadamente, 376 instrutores e monitores, totalizando 1195 participações. Assim, pode-se considerar que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios quando observamos o PAC. Além dos cursos previstos no PAC 2017, a ACADEBio proporcionou suporte a realização de outros 8 eventos de interesse do Instituto, totalizando 152 participantes. Esses eventos tiveram o objetivo de definir estratégias e diretrizes para processos institucionais críticos, como o uso público, a conservação de espécies ameaçadas de extinção e a proteção das áreas protegidas da Amazônia.

Adversidades

Em 2017, o ICMBio sofreu uma adversidade no serviço de internet, o que acarretou no cancelamento de eventos previamente agendados e no fluxo dos processos.

Riscos

- Descontinuidade na Política de Desenvolvimento de Pessoal e redução das atividades de capacitação devido à falta de recursos orçamentários do ICMBio, com consequente descontinuidade dos serviços prestados pela ACADEBio;
- Acúmulo de atribuições aos mesmos servidores, tendo em vista o quadro reduzido de servidores, reduzindo o impacto das capacitações e a efetividade das metas institucionais; e
- Falta de suporte organizacional para a execução das atividades após as capacitações por ausência de recursos orçamentários ou extra orçamentários.

Estratégia de enfrentamento

- 1) Contratação de técnicos especializados para estruturação e implantação de nova plataforma de ensino à distância para o ICMBio;
- 2) Finalização dos estudos para implementação de um novo modelo pedagógico e de gestão na ACADEBio, resultando na publicação do Plano de Desenvolvimento Institucional e no Estudo de Publicização da Unidade Escola ACADEBio/FLONA de Ipanema; e
- 3) Proposta de publicização da Unidade Escola – ACADEBio/FLONA de Ipanema.

Mudanças ocorridas

Entre as mudanças ocorridas em 2017 destacam-se:

- 1) Publicação do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que reformula a estrutura regimental do ICMBio e amplia o escopo de atuação da ACADEBio;
- 2) Revisão do planejamento estratégico. A missão e a visão de futuro (horizonte de três anos) passaram a ter as seguintes redações:
 - Missão: “Desenvolver líderes para a conservação da natureza”
 - Visão: “Consolidar-se como um Centro de desenvolvimento de estratégias, modelos e competências em gestão para conservação da natureza”.
- 3) Implantação de ambiente virtual de aprendizagem;
- 4) Elaboração de Plano de Desenvolvimento Institucional da ACADEBio e Projeto Político Pedagógico do ICMBio;
- 5) Apresentação de Proposta de Plano Plurianual de Capacitação 2018/2019/2020; e

6) Envio ao MMA e ao MP de Estudo de Publicização da unidade Escola – ACADEBio/FLONA de Ipanema. Esta estratégia foi construída no âmbito do Planejamento *Scaling Up* (que será detalhado no item 3.3).

Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF

Descrição geral

As Unidades Avançadas de Administração e Finanças (UAAF) são responsáveis pela execução das atividades de suporte administrativo, orçamentário, financeiro e operacional das Unidades de Conservação, Centros de Pesquisa e Coordenações Regionais, e têm por objetivo garantir a agilidade na solução de contratações de serviços de abrangência local e regional, e, especialmente, otimizar os processos de logística para atendimento das demandas da instituição.

Adversidades

O ICMBio possui historicamente grande déficit de servidores da área administrativa. Desde a sua criação, em 2007, o Instituto obteve autorização para realização de apenas 1 (um) concurso público para a seleção dos cargos administrativos – técnicos e analistas.

Nessa perspectiva, é importante reforçar a carência de servidores com formação e perfil adequado para atuar nos procedimentos administrativos da administração, considerando a necessária atenção às unidades descentralizadas do Instituto, entre Unidades de Conservação, Centros Nacionais de Pesquisa e Coordenações Regionais.

Riscos

A carência de servidores com formação e perfil adequado para as funções da administração vêm implicando no esvaziamento das nossas estruturas administrativas, comprometendo o cumprimento da missão institucional na conservação da biodiversidade, especialmente na manutenção das Unidades de Conservação.

Estratégia de enfrentamento

A fim de aprimorar a atuação das Unidades Avançadas de Administração e Finanças, é relevante ressaltar a implantação do projeto de "Especialização das UAAF", construído no âmbito do Planejamento *Scaling Up* (que será detalhado no item 3.3), em que as unidades administrativas deixaram de ter aspecto regional e passam a atender por natureza de despesa ou serviços atuando em caráter nacional.

Outra estratégia de enfrentamento tem sido a capacitação em temas da área administrativa, a fim de, por meio do desenvolvimento dos servidores, fortalecer a gestão administrativa do Instituto.

Mudanças ocorridas

Com a implantação da especialização no exercício de 2017, foi possível identificar melhoria no atendimento de diversas demandas das unidades descentralizadas do ICMBio. É esperado que esse aprimoramento no atendimento de necessidades administrativas otimize a atuação do Instituto para o atingimento de suas finalidades.

3- Planejamento organizacional e resultados

3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

3.1.1- Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética

i. Descrição

Descrição geral

Tanto as finalidades elencadas no artigo 1º da Lei nº 11.516/2007 quanto os objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, dispostos no artigo 4º da Lei nº 9.985/2000, foram elaborados com a finalidade última de contribuir para a concretização do artigo 225, em especial o §1º, incisos III e VII da Constituição Federal:

"Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)

III - definir, em todas as unidades da federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade."

Dentro dessa perspectiva, pode-se considerar que a finalidade última do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é contribuir para a manutenção da diversidade biológica nacional, entendida como fundamental para manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. Tal diversidade é considerada em três níveis: genética, de espécies e de ecossistemas.

Foram acolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo ICMBio no âmbito desse objetivo estratégico: (a) reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais; (b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN e (c) Implementar ações de fiscalização em UC federais.

Responsáveis

DIMAN
DIBIO

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

A Coordenação de Fiscalização buscou dar continuidade às estratégias de fiscalização adotadas em 2016 que impactaram positivamente na proteção das unidades de conservação federais. Como exemplo, podemos citar a manutenção das operações permanentes nas 12 UC da região da rodovia BR 163, bem como nas Reservas Biológicas de Gurupi, Abufari e Floresta Nacional do Bom Futuro. Além disso, buscando a maximização de resultados, foi criada a chamada 'Operação Integração', a ser continuada em 2018, que se trata de um esforço conjunto do ICMBio e instituições parceiras para o combate ao desmatamento em regiões prioritárias, que incluem além das UC citadas acima, a Floresta

Nacional do Iquiri, o Parque Nacional do Mapinguari, a Floresta Nacional do Jamari, a Estação Ecológica da Terra do Meio e a Reserva Extrativista Verde para Sempre. Esse esforço garantiu redução significativa no combate ao desmatamento ilegal dentro das unidades de conservação federais.

A melhoria das ações de prevenção, assim como a maior estrutura de combate a incêndios, implementada pelo ICMBio desde 2010, continuou a diminuir os impactos negativos dos incêndios com redução do tamanho das áreas atingidas, assim como reduziu a área dos maiores eventos, além da melhora significativa na relação com as comunidades vinculadas as unidades de conservação federais. Assim, a implementação do Manejo Integrado do Fogo - MIF, que prioriza as atividades de prevenção, considerando as dimensões ecológicas, socioculturais e de pesquisa e monitoramento, continuam a apresentar resultados positivos.

Atualmente, das 1.173 espécies da Lista Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção, 643 (563 em 2016) estão contempladas em 49 (eram 47 em 2016) Planos de Ação Nacionais – PAN vigentes. Em 2017, foram elaborados 13 Planos de Ação Nacionais contemplando 93 espécies ameaçadas de extinção. Destes 13 PANs, nove tiveram seus ciclos de planejamento renovados e quatro foram elaborados abrangendo outras espécies (Aves Marinhas e Costeiras, Herpetofauna do Cerrado e Pantanal, Lagoas do Sul e Primatas Amazônicos). As oficinas de elaboração desses PANs contaram com a presença de 135 participantes representando mais de 60 instituições, que se disponibilizaram a contribuir com as ações constantes nesses PANs. Ao longo de 2017, mais de 40 PANs foram monitorados. Ao todo, cerca de 48% das ações estão em andamento dentro do prazo inicialmente estipulado ou já foram concluídas

O desenvolvimento dos dois Planos de Redução de Impactos - PRIM trouxe novas metodologias que inovaram a aplicação de técnicas relacionadas ao planejamento sistemático da conservação. Houve, no entanto, a necessidade de se padronizar estas técnicas, o que resultou na realização de uma oficina na Universidade Federal de Goiás – UFG, em novembro de 2017, para reunir especialistas e produzir protocolos específicos que orientem a gestão de informações e análises desses Planos.

[ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2017.](#)

A meta institucional é reduzir até 2019, 30% da área atingida por incêndio no interior de unidades de conservação federais, com base na média dos anos 2010/2012/2014 (um milhão e duzentos mil hectares). Com os investimentos institucionais em capacitação e infraestrutura, o ICMBio reduziu em 2016, 24,8% da área atingida por incêndios, e em 2017 reduziu-se 22,35%, ambas em relação à média. A área atingida por incêndio em 2016 foi de 902.355,21 ha, e a área atingida em 2017 foi 931.791,69 hectares.

Dando continuidade ao diagnóstico do processo de elaboração, monitoria e avaliação de PAN, foram identificados os principais gargalos que dificultam a efetiva implementação dos planos. A partir desse diagnóstico inicial, os entraves identificados foram analisados e melhorias ao processo foram propostas e consolidadas junto aos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação do ICMBio. Dentro deste cenário, pretende-se integrar os diferentes planejamentos para uma melhor implementação das ações, bem como avaliar se estas estão sendo efetivas para a conservação das espécies e ambientes.

[ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.](#)

Gráfico de indicadores de resultado

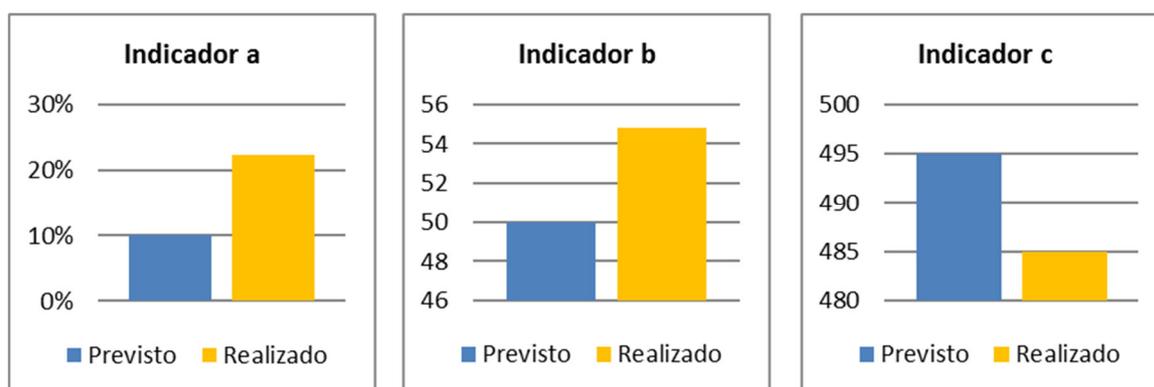


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Reduzir percentual da área atingida por incêndios em unidades de conservação federais	30%	24,80%	10%	22,35%	10%
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com PAN	100%	44%	50%	54,8%	58
c) Implementar ações de fiscalização em UC federais	248	495	495	485	480

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

- a) O ano de 2017, apesar de não ter sido influenciado por nenhum fenômeno climático forte, apresentou alterações severas quanto ao padrão de distribuições de chuvas, em especial, no início das chuvas após o período de estiagem. Assim, as chuvas que normalmente acontecem nas regiões centro-oeste e sudeste no início da primavera, final do mês de setembro, ocorreram apenas em novembro. Isto aumentou sobremaneira a estiagem, agravou o *déficit* hídrico e facilitou a ocorrência de incêndios florestais com comportamento extremo, cita-se os exemplos dos PARNA da Chapada dos Veadeiros, dos Campos Ferruginosos, de Brasília, da Chapada dos Guimarães, da Ilha Grande e do Araguaia. Mesmo assim, a eficiência dos trabalhos, tanto preventivos como de combates aos incêndios, promoveram a redução de 22,35% da área atingida por incêndios em 2017, valores próximos dos alcançados em 2016 (24,80%), estando conforme o planejado.
- b) O número de espécies ameaçadas em PANs saltou em números absolutos de 563 (48%) para 643 (54,8%) entre 2016 e 2017, esse aumento foi resultado da elaboração dos Planos de Ação para a Conservação das Aves Marinhas e Costeiras, Herpetofauna do Cerrado e Pantanal, Lagoas do Sul e Primatas Amazônicos, somando 93 espécies.
- c) De acordo com a ferramenta de Planejamento de Ações de Fiscalização (PLANAF) de 2017, foram executadas 485 ações de fiscalização nas unidades de conservação federais. Destas, as principais tipologias atendidas foram a fauna, seguida de flora e degradação, com um número

de 795 participações de agentes de fiscalização do ICMBio e 998 participações de policiais militares envolvidos nas atividades em campo. Mais de 50% das ações de fiscalização de 2017 foram executadas no bioma Amazônia. Todo este esforço reflete diretamente nas taxas de desmatamento dentro das unidades de conservação federais: uma queda de 28% (dados PRODES), sendo esta, a segunda menor taxa de desmatamento registrada desde 1997 em relação às unidades de conservação.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WN/0002	3.763.664	418.985	3.748.832	367.552	1.979	-	1.417	-	Espécie Beneficiada
214P/0001	5.936.663	1.266.275	5.677.802	307.558	215	-	483	-	Fiscalização Realizada
214P/0002	18.641.090	3.401.386	17.826.614	3.290.444	64	-	78	-	Unidade de Conservação Protegida

ii.e- Principais desafios para 2018.

Aprimorar os mecanismos de análise de vulnerabilidade e de monitoria dos PAN. As modificações propostas para incremento metodológico do processo de elaboração de PANs já estão sendo incorporadas aos novos planejamentos e serão consolidadas em uma nova instrução normativa e um guia para elaboração, monitoria, avaliação e coordenação de PANs. A publicação dos protocolos que orientam as análises e gestão de informações será salutar na condução de futuros Planos de Redução de Impacto pois auxiliará os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação à melhor atentarem essa demanda.

Análises desenvolvidas pelos PRIM - Infraestruturas Viárias Terrestres e PRIM - Hidrelétricas da Amazônia já demonstram inovações tanto de conceito como aperfeiçoamento científico das metodologias ligadas ao planejamento sistemático da conservação. Para trazer maior visibilidade aos trabalhos e validação técnica, a publicação das metodologias em revistas científicas deverá assumir maior prioridade.

Em virtude do escopo dado ao PRIM - Hidrelétricas da Amazônia, será necessário contemplar os efeitos cumulativos de hidrelétricas existentes e sendo planejadas nos países vizinhos que compartilham a bacia amazônica. A busca de dados oficiais para essas regiões mostra várias lacunas e/ou é de difícil obtenção. Tal fato poderá acarretar em demoras ou omissão de informações que poderão afetar a robustez das análises ou seu prazo de conclusão.

No que tange às ações de fiscalização, o ICMBio buscará:

- Manter o número de ações de fiscalização executadas e a redução das taxas de desmatamento nas unidades de conservação;
- Otimizar dos recursos diante de uma perspectiva de continuidade de pressões nas UC e de recursos insuficientes para atendimento integral das demandas de fiscalização; e
- Monitorar e mensurar resultados sem ferramentas específicas e com equipe interna reduzida.

Já em relação à prevenção e combate à incêndios, o Instituto almeja a:

- Continuidade do apoio às ações de prevenção aos incêndios florestais na perspectiva do manejo integrado do fogo;
- Contratação anual de servidores públicos temporários à luz dos preceitos da MP nº 809/2017;
- Continuidade na capacitação de servidores para melhorar planejamento e ações de prevenção e combate a incêndios florestais; e
- Planejamento de ações específicas nas dez UC com as maiores áreas atingidas por incêndios.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

A melhoria nos números de execução e nas taxas de desmatamento estão intrinsecamente ligados à maior interação entre Coordenação de Fiscalização, Coordenações Regionais e Unidades de Conservação, e à parceria com instituições fundamentais para a execução das atividades em campo, como IBAMA, Polícias Militares, Polícia Federal, entre outras o que permitiu a construção de estratégias melhor definidas para o combate às principais ameaças. A Operação Integração é um exemplo dessa melhor interlocução. Dessa maneira, foi possível empregar ações com resultados significativos, mesmo em um cenário de disponibilização de recursos para proteção que mantém os mesmos números de recursos orçamentários há mais de cinco anos (orçamento de aproximadamente R\$ 6.000.000,00 / ano / fiscalização).

No que se refere à elaboração de Planos de Ação Nacionais destaca-se que foi realizado, em 2017, o curso de capacitação no processo de elaboração, implementação, monitoria e avaliação de Planos de Ação Nacionais e de formação de novos facilitadores para atuar nas oficinas de PAN. Ressalta-se, a elaboração do PAN Lagoas do Sul, está fundamentado no planejamento territorial para a conservação dos sistemas lacustres e lagunares do sul do Brasil e na busca pelo envolvimento multisetorial na sua elaboração e implementação.

O instrumento PAN tem alcançado cada vez mais visibilidade, e destaca-se a inclusão dos PANs em dois congressos internacionais em 2017, o 4º Congresso Internacional de Áreas Marinhas Protegidas - IMPAC4 e VII Reunião da Iniciativa Regional de Conservação e Uso Racional dos Ecossistemas de Manguezais e Recifes de Corais.

Além disso, após 13 anos de existência, o instrumento PAN recebeu, no dia 22 de maio de 2017, o primeiro lugar em sua categoria no Prêmio Nacional da Biodiversidade pelos resultados positivos e avanços que conquistou, e em reconhecimento ao mérito como uma das iniciativas governamentais de destaque na promoção da melhoria da conservação das espécies da biodiversidade brasileira.

Com relação ao PRIM - Infraestruturas Viárias Terrestres, cuja publicação está prevista para 2018, espera-se que os resultados auxiliem, de forma proativa, melhorar a eficácia do licenciamento ambiental para essa tipologia de empreendimento ao nível nacional. Os mapas de áreas sensíveis e demais análises territoriais, poderão embasar tecnicamente órgãos licenciadores quanto aos impactos causados pelas malhas rodoviária e ferroviária existente e projetada. Por fim, ao incluir recomendações sobre medidas preventivas e mitigadoras o PRIM trará maior visibilidade das estratégias que possam ser usadas para ajudar a conservação dos grupos taxonômicos impactados.

O principal resultado proposto pela oficina de modelagem realizada na UFG foi a publicação de um protocolo que padronizasse as análises e gestão de informações que subsidiam os Planos de Redução de Impacto. Ressalta-se que a confecção está sendo capitaneada pela UFG, portanto, espera-se, além

do protocolo, uma publicação científica para demonstrar o rigor técnico das análises e diagnóstico que gera os mapas de áreas sensíveis usados nos Planos. Os protocolos não somente ajudaram a descentralizar o processo de modelagem para servidores dos Centros, mas poderão embasar um futuro curso de capacitação voltado à modelagem de distribuição de espécies e aplicação do planejamento sistemático da conservação entre os servidores do ICMBio.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

No que tange ao processo de avaliação do estado de conservação da fauna brasileira está sendo consolidado o sistema informatizado para recepção dos dados que se integrará ao Portal da Biodiversidade.

Tendo em vista que o processo de elaboração, implementação, monitoria e avaliação de Planos de Ação de espécies e ecossistemas ameaçados de extinção tomaram uma dimensão importante, envolvendo diversidade de atores, de ambientes, vários estados da federação e um conjunto de ações com diferentes escalas de implementação fez-se necessário fortalecer o processo de coordenação e acompanhamento da execução destes planos e melhor articulação interinstitucional para dinamizar a implementação das ações constantes nos PANs. Em 2017, o processo de coordenação e acompanhamento da implementação dos PANs foi reconfigurado, passando a contar com a participação dos centros de pesquisa conjuntamente com a Sede.

Em 2018, será consolidado o sistema de apoio a gestão de Planos de Ação Nacionais – SISPAN para acompanhamento da implementação dos PANs. O SISPAN agrupará as informações do grau de execução de todos os PANs, facilitando o acesso ao público e o andamento das ações.

Ainda em 2018, para melhorar o processo de elaboração dos Planos de Redução de Impactos, será necessário focar esforços na descentralização das atividades de modelagem aos Centros. Isso porque, muito do esforço relacionado à gestão de informações se concentra na complicação, espacialização e validação dos dados para as espécies de fauna, podendo estas mesmas atividades serem desempenhadas por pontos focais nos próprios Centros com conhecimento em modelagem e geoprocessamento.

Em relação à fiscalização ambiental e aos incêndios florestais, o ICMBio buscará:

- Manutenção na capacitação dos agentes de fiscalização do ICMBio para garantia de maior efetividade em campo;
- Fortalecimento da equipe interna da Coordenação de Fiscalização para apoio das unidades de conservação e monitoramento das ações de fiscalização; e
- Construção de um sistema integrado de fiscalização para possibilitar um acompanhamento dos processos de maneira institucionalizada.

3.1.2- Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação

i. Descrição

Descrição geral

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC tem como executores, além do ICMBio, os órgãos ambientais estaduais e municipais de meio ambiente, sob a coordenação do Ministério do Meio Ambiente.

Por ser o responsável pela gestão das unidades de conservação federais, o ICMBio constitui um protagonista na construção e fortalecimento do SNUC. Esta ação pode ser feita tanto através de apoio aos estados e municípios com estudos, capacitações, guias metodológicos ou outros tipos de orientação, quanto pela implementação das unidades de conservação federais, de modo que estas cumpram seus objetivos de criação.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) hectares de terras regularizadas no interior de UC e (b) UC com Plano de Manejo publicado.

Responsável	DIMAN
	DISAT

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas pelo ICMBio estão o repasse das terras da União pela SPU, o recebimento em doação por compensação de reserva legal e a desapropriação. Nesse sentido, e como avanço no ano de 2017, a doação de áreas por compensação de reserva legal atingiu a 14 mil hectares, enquanto que em 2016, foram apenas 2,6 mil hectares.

Em 2017, o ICMBio continuou a busca pelo aperfeiçoamento do processo de elaboração de planos de manejo, focando seus esforços na consolidação da nova abordagem metodológica. Buscou-se a integração da nova metodologia com outros instrumentos de planejamento e normatização internos, havendo discussões entre diretorias e com atores externos, como representantes de movimentos sociais relacionados às populações tradicionais beneficiárias das UC de uso sustentável. Essa integração culminou com a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 7, de 27 de dezembro de 2017, que estabelece diretrizes e procedimentos para a elaboração e revisão de planos de manejo para todas as categorias de UC. Com a publicação desta normativa, espera-se que a elaboração deste instrumento de planejamento seja mais simples e dinâmica, com prazos mais curtos e menores custos.

Além disso, foram realizados eventos de capacitação para servidores do ICMBio que atuam na supervisão da elaboração de planos de manejo, para ampliar a capacidade da equipe na implementação do novo método, e a publicação de nove planos de manejo novos e revisados outros quatro planos.

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2017.

Conforme informado no Relatório de Gestão do ano passado, os Acórdãos do Tribunal de Contas nº 1.853/2013 e nº 1.004/2016, ambos do Plenário, continuam a impactar as ações de aquisição de imóveis, em função da impossibilidade de execução financeira dos recursos de compensação ambiental junto à Caixa Econômica Federal. Tal decisão impossibilitou os pagamentos das empresas contratadas em 2015 e que executaram trabalhos a partir em 2016, as quais somente foram pagas em 2017 e outras que ainda não haviam iniciado suas atividades desistiram dos contratos. Por conseguinte, em 2017 o avanço nas ações de regularização fundiária foi melhor que em 2016, mas muito tímido em relação ao que se esperava, especialmente em relação às desapropriações de imóveis.

Quanto aos planos de manejo, considera-se que a publicação da IN ICMBio nº 07/2017 foi um grande avanço institucional, pois, finalmente, o ICMBio conta com diretrizes e procedimentos padronizados

para todas as categorias de manejo, no que tange à elaboração do plano de manejo. Tal avanço facilitará a integração e implementação dos documentos, a comunicação interna, e sobretudo sua elaboração, visando não só o ganho de escala na elaboração destes documentos como maior efetividade para a gestão das UC. Entretanto, devido à dedicação de esforços da equipe na consolidação e oficialização da nova abordagem, além de outras questões externas que interferem na elaboração dos planos de manejo, como contingenciamento de recursos orçamentários e de compensação ambiental, o número de novos planos aprovados foi menor do que o esperado.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráficos de indicadores de resultados

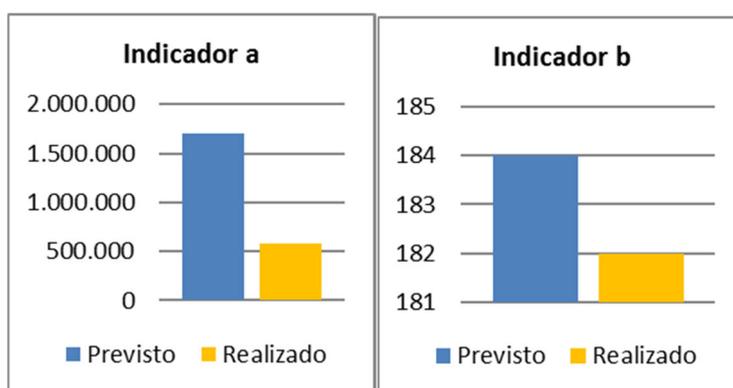


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Hectares de terras regularizadas no interior de UC	1.700.000	1.948.142	1.700.000	584.346	200.000
b) UC com Plano de Manejo publicado	170	173*	184**	182	190
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

*Retificou-se o valor apurado de 175 para 173 Planos de manejo elaborados até 2016.

**Considerando a meta estipulada de 11 novos planos de manejo, conforme se lê no Relatório Gestão de 2016 (subitem “b”, do item “ii.c”, objetivo 3.1.2. pág. 24) e o índice realizado de 173, como retificado anteriormente, a meta correta para 2017 é o somatório dos dois valores, que resulta em 184 e não 197, como constava anteriormente na tabela.

- a) A regularização da situação fundiária das unidades de conservação federais é essencial à gestão e efetiva implementação destas áreas protegidas. Dentre as modalidades de regularização fundiária utilizadas pelo ICMBio estão o (i) repasse das terras da União pela SPU, (ii) o recebimento em doação por compensação de reserva legal e a (iii) desapropriação. Segue descrição sobre os resultados alcançados em cada uma destas modalidades:
- As áreas da União inseridas em unidades de conservação federais devem ser repassadas, mediante Termo de Entrega, ao Ministério do Meio Ambiente para que este, por sua vez, faça a respectiva CDRU ao ICMBio, conforme preconiza a Portaria Conjunta MP/ICMBio nº 436, de 2009. No que se refere ao ano de 2017, as áreas públicas entregues pela Secretaria

do Patrimônio da União ao MMA e deste para o ICMBio totalizaram 567,84 mil hectares de áreas públicas federais.

- Até a presente data foram emitidas certidões de habilitação para compensação de Reserva Legal que totalizaram 549 mil hectares a serem doados ao ICMBio por meio do mecanismo da compensação de Reserva Legal. A relação de imóveis já habilitados foi disponibilizada aos interessados no site da autarquia (<http://www.icmbio.gov.br/portal/servicos/compensacao-de-reserva-legal.html>). No exercício de 2016 foram doadas por compensação de reserva legal ao ICMBio 2,6 mil hectares, enquanto que em 2017 esse número atingiu a 14 mil hectares, conforme tabela a seguir.
- As áreas desapropriadas ano de 2017 compreendem 2.518 mil hectares, totalizando R\$ 9,5 milhões em indenizações, conforme dados discriminados, por unidade de conservação, conforme a tabela que se segue.

Tabela – IMÓVEIS DESAPROPRIADOS OU RECEBIDOS EM DOAÇÃO EM 2017			
Unidade de Conservação	Imóveis desapropriados		Imóveis recebidos em doação
	Valor Pago (R\$)	Área (ha)	Área (ha)
ESEC da Terra do Meio	-	-	2.749,07
FLONA do Iquiri	-	-	7.649,81
PARNA da Serra da Bodoquena	-	-	106,00
PARNA da Restinga de Jurubatiba	4.691.188,24	1.999,27	-
PARNA da Serra da Canastra	1.526.952,31	174,00	-
PARNA de Aparados da Serra	271.251,61	52,00	-
PARNA da Furna Feia	269.697,43	85,96	-
PARNA Grande Sertão Veredas	-	-	1.844,37
PARNA de Ilha Grande	-	-	304,58
PARNA de São Joaquim	378.633,69	66,67	-
PARNA do Itatiaia	1.643.466,00	42,55	-
REBIO de Mata Escura	-	-	1.334,22
REBIO de Pedra Talhada	733.532,35	97,64	-
Total	9.514.721,63	2.518,09	13.988,05

Assim, as áreas regularizadas em UC no ano de 2016 totalizam 1,9 milhões de hectares. A meta de 1,7 milhões de hectares, prevista para o ano de 2017, é compatível com o previsto no PPA 2016-2019.

- b) Em 2017, foram publicados 20 planos de manejo, sendo 13 de UC sob gestão direta do ICMBio e 7 RPPN. Atualmente das 324 UC federais, 182 (56,18%) possuem plano de manejo, desses 32 estão em revisão, e 141 (43,82%) não tem plano de manejo, dos quais 66 estão em elaboração. A meta para 2017 foi alterada de acordo com PPA, sendo de 11 planos novos publicados, além dos planos para RPPN que dependem de ação direta dos proprietários das áreas.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento		Físico		Unidade de medida
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	

	(LOA + adicionais)		(empenho liquidado)						
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0007	280.000	30.322	224.345	24.927	10	-	10	-	Unidade de Conservação Atendida
20WM/0003	636.276	476.221	472.497	476.221	38	-	42	-	Projeto Apoiado

ii.e- Principais desafios para 2018.

Objetiva-se, para o ano de 2018, a retomada da execução dos contratos de serviços técnicos especializados com vistas a se promover o levantamento de dados voltados para instrução dos processos regularização fundiária referente a imóveis privados, ampliando as desapropriações e indenizações de benfeitorias, bem como, a obtenção de áreas por doação por compensação de reserva legal. Por outro lado, deverá haver um esforço institucional para identificar as terras públicas da União inseridos em unidades de conservação federais para que sejam repassadas pela SPU para o MMA/ICMBio.

Quanto aos planos de manejo, para 2018 objetiva-se a continuidade na uniformização de procedimentos internos, especialmente para as normas gerais que compõem o plano de manejo e para o zoneamento das UC. Além disso, espera-se avançar na capacitação e envolvimento de outros setores do ICMBio na elaboração dos planos de manejo e de seus planos específicos. Almeja-se ainda, avançar na publicação de novos planos de manejo.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

Os resultados obtidos, em 2017, evidenciam uma significativa redução da área desapropriada, sendo que as áreas da União inseridas em unidades de conservação federais que foram repassadas, totalizaram, em 2017, 567,84 mil hectares de áreas públicas federais, contra quase 2 milhões de hectares em 2016.

Apesar do número de planos de manejo publicado ter ficado aquém da meta, a avaliação do avanço institucional é bastante positiva, especialmente pela publicação de nova normativa interna, que simplifica o processo de planejamento e propiciará um maior ganho de escala no futuro para a elaboração desse importante instrumento de gestão.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

Para superar estas dificuldades e alavancar o processo importantes iniciativas foram implementadas no período 2016/2017 e que serão importantes para um aprimoramento dos resultados em 2018, tais como:

- Decreto nº 9.179, de 23 de outubro de 2017 – que possibilita a conversão de multas por infrações ambientais na regularização fundiária das UC federais.
- Medida Provisória nº 809, de 1º de dezembro de 2017:
 - a) Autoriza o ICMBio a selecionar instituição financeira oficial, dispensada a licitação, para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental

- b) Permite que a administradora do fundo apoie as desapropriações dos imóveis privados indicados pelo ICMBio que estejam inseridos na UC destinatárias dos recursos; e
- c) Autoriza ao ICMBio a contratar pessoal por tempo determinado para apoiar a regularização fundiária das UC federais.
- Instituição do teletrabalho possibilitando colocar alguns servidores que atuarão de forma descentralizada e com dedicação exclusiva à regularização fundiária.

Ademais, no que se refere a ampliação do número de unidades de conservação com Planos de Manejo, espera-se que a publicação da nova IN e a disseminação do novo método na instituição, possibilite maior celeridade e ganho de escala no planejamento das UC. Entretanto, para que seja possível atingir a meta de 215 planos de manejo em 2019 (prevista no PPA) e a longínqua meta de 100% das UC federais com plano de manejo, é imprescindível que haja ampliação da equipe do ICMBio (tanto de planejamento quanto nas UC), bem como, maior compatibilização entre a programação orçamentária e financeira com as metas acordadas.

3.1.3- Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das unidades de conservação

i. Descrição

Descrição geral	
<p>Ao promover maior compreensão e aproveitamento do potencial econômico das unidades de conservação, pretende-se aumentar a conscientização da população quanto aos benefícios advindos da conservação, aumentando assim o interesse tanto pela manutenção e criação de novas áreas protegidas quanto pela conservação ambiental em sentido amplo, o que tende a gerar pressões conservacionistas nas diversas áreas de atuação pública e privada. Ademais, o maior aproveitamento econômico tende a aumentar a arrecadação do setor público federal, redundando em maior possibilidade de gerar serviços e políticas públicas à sociedade brasileira.</p> <p>Foram destacados como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de uso sustentável; (b) visitantes registrados em UC (em milhões); e (c) hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário.</p>	
Responsável	DIMAN DISAT

ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

Com relação às iniciativas envolvendo o manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em unidades de conservação federais de uso sustentável destacamos, em 2017, ações envolvendo: (i) o Acordo de Cooperação Técnica com a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*) USAID e parceria com Serviço Florestal Americano – USFS; (ii) instrumentos de gestão para normatização do uso de recursos naturais pelas populações tradicionais beneficiárias; (iii) o manejo florestal madeireiro comunitário; (iv) o

Manejo de Pirarucu (*Arapaima gigas*); (v) o manejo de fauna (*Melanosuchus niger* e *Caiman crocodilus*); (vi) a produção, beneficiamento e comercialização de produtos da sociobiodiversidade; (vii) o Turismo de Base Comunitária – TBC.

Em 2017 foram realizadas ações de capacitação do corpo técnico e de prestadores de serviço de apoio à visitação, assim como estabelecidas novas portarias de autorização de serviço de apoio à visitação. Foram realizados investimentos em estruturação das áreas de visitação, especialmente manejo e sinalização de trilhas. Foram realizadas reuniões para construção de regulamentação própria para as concessões em unidades de conservação, publicada Instrução Normativa ICMBio nº 2, de 30 de janeiro de 2017, que disciplina o planejamento, a execução e o monitoramento dos contratos de concessão de uso para prestação de serviços de apoio à visitação em unidades de conservação, além de realizada a Oficina Técnica de Monitoramento de Contratos. Foram ainda, firmados novos acordos de cooperação para apoio à gestão e implementação de infraestrutura em unidades de conservação.

Sob regime de manejo florestal sustentável comunitário, 2.496,66 hectares foram explorados, envolvendo diretamente 422 famílias, nas RESEX Verde para Sempre e do Rio Ituxi, e na FLONA Tapajós

ii.b- [Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2017.](#)

Dentre as diversas iniciativas de inclusão e qualificação das atividades produtivas das famílias beneficiárias das UC em que o ICMBio está diretamente envolvido, destaca-se, com relação ao ano de 2017, a produção de óleos de babaçu e buriti nas RESEX da região do Bico do Papagaio; o manejo e boas práticas para beneficiamento da castanha do Brasil nas reservas extrativistas do baixo rio Negro, do sul do estado do Amazonas, da Terra do Meio, do Amapá e de Rondônia; a produção de borracha natural em unidades do sul do Estado do Amazonas, na região de Santarém e no Acre; a produção, o beneficiamento e comercialização de açaí nas unidades de conservação das regiões do Marajó, do Médio Solimões, e na Terra do Meio, em Santarém e no Acre; o manejo florestal sustentável comunitário com fins madeireiros realizado na RESEX Verde para Sempre, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Chico Mendes e FLONA do Tapajós; o manejo de pirarucu nas Reservas Extrativistas do Rio Ituxi, Rio Unini, Rio Jutai, Baixo Juruá, Médio Purus, Médio Juruá e Auati-Paraná, todas no estado do Amazonas; e a coleta de caranguejo e a pesca tradicional realizadas nas RESEX marinhas da região do Salgado Paraense.

Os dados oficiais de visitação registraram em 2017 recorde histórico de 29,43% de aumento de visitas em unidades de conservação federais em relação a 2016, atingindo a marca de 10,73 milhões, dos quais 8,65 milhões foram registradas em Parques Nacionais. Avaliando apenas as unidades de conservação com registro histórico de visitação, excluindo as UC que iniciaram o monitoramento da visitação apenas em 2017, o aumento real de visitação foi de 20,02%.

Além disto, o ICMBio focou suas ações em medidas preparatórias para implementação das concessões de uso para a prestação de serviços de apoio à visitação nos Parques, a exemplo do desenvolvimento de diversos estudos de viabilidade econômica e modelagem jurídica os quais resultarão em editais para a concessão nos seguintes Parques Nacionais: Brasília, Chapada dos Veadeiros, Pau Brasil, Jericoacoara, Lençóis, Maranhenses, Serra da Bodoquena e Guimarães além da Floresta Nacional de Canela. Com as concessões, o ICMBio pretende ampliar e disponibilizar melhores serviços de apoio à visitação e experiências aos visitantes, promover o aquecimento da economia da região onde as unidades estão inseridas, fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores do entorno e assim aumentar o número de aliados à conservação.

Foram explorados em 2017, sob regime de manejo florestal sustentável comunitário, 2.496,66 hectares, envolvendo diretamente 422 famílias. O volume total efetivamente produzido será contabilizado a partir dos relatórios de exploração, que deverão ser encaminhados pelas organizações detentoras de planos de manejo florestal sustentável comunitário aprovados. Com relação ao aporte financeiro, destaca-se o arranjo institucional formado na Reserva Extrativista Verde para Sempre (envolvendo USFS, Instituto Floresta Tropical - IFT, Instituto Internacional de Educação do Brasil - IEB, Serviço Florestal Brasileiro - SFB, Universidade Federal do Pará – UFPA, e Comitê de Desenvolvimento Sustentável Porto de Moz – CDS Porto de Moz), com o aporte direto de R\$ 2.125.584,00, sendo R\$ 1.333,142,00 nas atividades efetivamente de intervenção na floresta.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráficos de indicadores de resultados



Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Estabelecer manejo sustentável de produtos da sociobiodiversidade em UC federais de Uso Sustentável	15	15	15	17	18
b) Visitantes registrados em UC (em milhões)	7,10	8,29	8,5	10,73	11
c) Hectares de UC de Uso Sustentável com Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário	180.000	98.597	120.000	98.597	120.000
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

* No PPA 2016-2019, foi estabelecida a meta de 7,5 milhões de visitantes para 2017. Como essa meta fora superada em 2015, foi estabelecida a nova meta de 11 milhões de visitantes, considerando o resultado de 2016 e o aumento considerável em 2017.

- a) Com relação ao ano de 2017, mais uma vez se observa que estão sendo desenvolvidas atividades de manejo em novas UC, e não o manejo de novos produtos da sociobiodiversidade. Nas RESEX, FLONA e RDS estão em execução atividades de manejo de recursos naturais que abarcam distintos produtos da sociobiodiversidade, cabendo destacar as seguintes iniciativas:
1. Castanha do Brasil (RESEX do Rio Cautário, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Cazumbá-Iracema,

RESEX do Rio Cajari, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, RESEX Riozinho do Anfrísio e FLONA Saracá-Taquera); 2. Jaborandi (FLONA Carajas); 3. Copaíba (FLONA Macauã e FLONA Crepori); 4. Açai (RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Lago do Cuniã, RESEX do Rio Ouro Preto, RESEX Médio Juruá, RESEX Melgaço-PA, RESEX Rio Cajari, FLONA Amapá e comunidades do entorno da FLONA Trairão, FLONA Itaituba I e FLONA Itaituba II); 5. Andiroba (RESEX Médio Juruá); 6. Buriti (RESEX Chapada Limpa); 7. Cacau Nativo (RESEX Arapixi e RESEX Médio Purus). 8. Seringa (RESEX Cazumbá-Iracema, RESEX Riozinho do Anfrísio, RESEX do Rio Iriri, RESEX do Rio Xingu, FLONA Tapajós e RESEX Tapajós Arapiuns). 9. Babaçu (RESEX Chapada Limpa, RESEX Ciriaco e RESEX Extremo Norte do Tocantins). 10. Mel de abelha nativa (FLONA Crepori); 11. Jacaré (RESEX Lago do Cuniã); 12. Madeira (RESEX Verde para Sempre, RESEX do Rio Ituxi, RESEX Chico Mendes, FLONA Tapajós e FLONA do Purus); 13. Pirarucu (RESEX do Rio Ituxi, RESEX Médios Purus, RESEX Rio Unini, RESEX do Rio Jutai, RESEX do Baixo Juruá, RESEX do Médio Juruá e RESEX Auati-Paraná); 14. Murumuru (RESEX do Médio Juruá); 15. Bacuri (RESEX Chapada Limpa); 16. Caranguejo-uçá (RESEX Delta do Parnaíba); 17. Lula (RESEX Arraial do Cabo).

- b) O incremento de 8,29 para 10,73 milhões de visitas a unidades de conservação refletiu o aprimoramento dos processos de monitoramento, tanto das metodologias de aferimento quanto do número de unidades de conservação cujos dados contribuem para o resultado institucional, saltando de 71 UC em 2016 para 102 UC monitoradas em 2017. Além do aprimoramento dos processos de monitoramento, houve aumento real de visitação, com destaque para os recordes históricos nos Parques Nacionais da Tijuca e de Iguaçu, respectivamente com 3,29 e 1,78 milhões de visitas em 2017.
- c) Com relação ao ano de 2017, cabe registrar que há 10 Planos de Manejo Florestal Sustentável Comunitário autorizados em 5 unidades de conservação federais das categorias RESEX e FLONA localizadas na região da rodovia BR 163 (FLONA Tapajós), interflúvio Tapajós/Xingu (RESEX Verde para Sempre), sul do estado do Amazonas (RESEX do Rio Ituxi e FLONA do Purus) e na RESEX Chico Mendes, no estado do Acre. Estas são regiões de grande pressão de desmatamento, nas quais as unidades de conservação têm papel fundamental na conservação os recursos florestais. Os PMFS Comunitários somam 98.597 hectares sob regime de manejo sustentável. São beneficiadas diretamente um total de 422 famílias e a estimativa de produção nos Planos Operacionais Anuais – POA atualmente autorizados soma 70 mil metros cúbicos. Novas demandas de PMFS têm sido apresentadas ao ICMBio, para a RESEX Tapajós-Arapixi e RESEX Baixo Juruá, e estão sob análise.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0002	489.443	54.577	251.600	16.468	11	-	6	-	Perfil Elaborado
20WM/0001	493.666	79.776	463.777	69.691	16	-	16	-	Unidade Atendida

ii.e- Principais desafios para 2018.

Continuar a expandindo o número de unidades de conservação de uso sustentável com manejo de recursos naturais orientados, ampliando a rede de parcerias, beneficiando um número maior de famílias, o que se caracteriza como um desafio, tendo em vista a reduzida equipe técnica especializada.

Consolidar uma política para o estabelecimento de parcerias, de autorizações e de delegações de serviço, como a aprovação do marco regulatório, os ajustes nas modelagens econômicas contratadas, a conclusão dos processos licitatórios e o estabelecimento da rotina de monitoramento dos contratos e fluxo processual decorrente, que além de aumentar a arrecadação institucional, desoneram o custeio das unidades de conservação e melhoram a qualidade dos serviços prestados à sociedade. Além da necessidade de fortalecer os esforços de estruturação das unidades de conservação apoiados em engajamento social, voluntariado e estabelecimento de parcerias não onerosas.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

Observou-se aumento no indicador estabelecido para a visitação nas unidades de conservação, inclusive com cumprimento antecipado das metas futuras. Os investimentos na estruturação das áreas de visitação em unidades de conservação e o estabelecimento de parcerias foram determinantes para o aumento no número de visitantes nesse período. Foi importante também, focar esforços no aprimoramento do monitoramento da visitação.

Reconhecemos que tivemos um avanço significativo nas modelagens dos processos de delegação de serviços, monitoramento de contratos e que alcançamos um nível de maturidade tal que possibilita obter uma maior escala para o desenvolvimento dos trabalhos. No entanto, cabe mencionar a necessidade de que o marco regulatório seja aprovado para conferir maior segurança jurídica aos processos de concessão.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

Ampliar o número de unidades de conservação com parceiras estabelecidas e delegações de serviço formalizadas, especialmente as concessões e autorizações.

Cabe mencionar a necessidade de melhor estruturação da área de uso público, que permita maior celeridade ao trâmite processual, melhor estruturação de equipe e maior representatividade junto ao Conselho Gestor do ICMBio. Caberia também, o estabelecimento de uma Coordenação específica para o acompanhamento e monitoramento dos contratos de concessão. Tais providências dependem de um incremento na estrutura de cargos da instituição.

No que se refere às ações orientadas às atividades de manejo de recursos da sociobiodiversidade, incluindo manejo madeireiro, nas unidades de conservação de uso sustentável com populações tradicionais, as ações que promoverão a melhoria do desempenho estão relacionadas às seguintes linhas de ação:

- Fortalecimento da gestão das instituições representativas das comunidades tradicionais para a organização produtiva;

- Assessoria técnica e capacitação dos extrativistas para manejo e beneficiamento dos produtos da sociobiodiversidade;
- Intercâmbios entre experiências produtivas e cooperação técnica;
- Pesquisa e inovação tecnológica;
- Estudos e mapeamento de arranjos produtivos; e
- Formulação e implementação de políticas que possibilitem a inserção da produção sustentável em mercados institucionais.

3.1.4- Envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade

i. Descrição

Descrição geral

As unidades de conservação federais existem para atender aos interesses da sociedade brasileira, em especial quanto à conservação da biodiversidade. Para a melhor consecução desses objetivos é importante promover e garantir o envolvimento da sociedade na gestão dessas áreas.

Em suas ações, o ICMBio busca promover a tomada de consciência da população quanto à importância das unidades de conservação e permitir melhor acompanhamento da atuação do poder público, contribuindo para o aumento de sua eficácia gerencial e potencializando os resultados buscados na conservação da biodiversidade.

Foram escolhidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo instituto no âmbito desse objetivo estratégico: (a) UC com Conselho Gestor instituído e (b) projetos de pesquisa científica autorizados.

Responsável	DISAT DIBIO
--------------------	----------------

ii. Análise

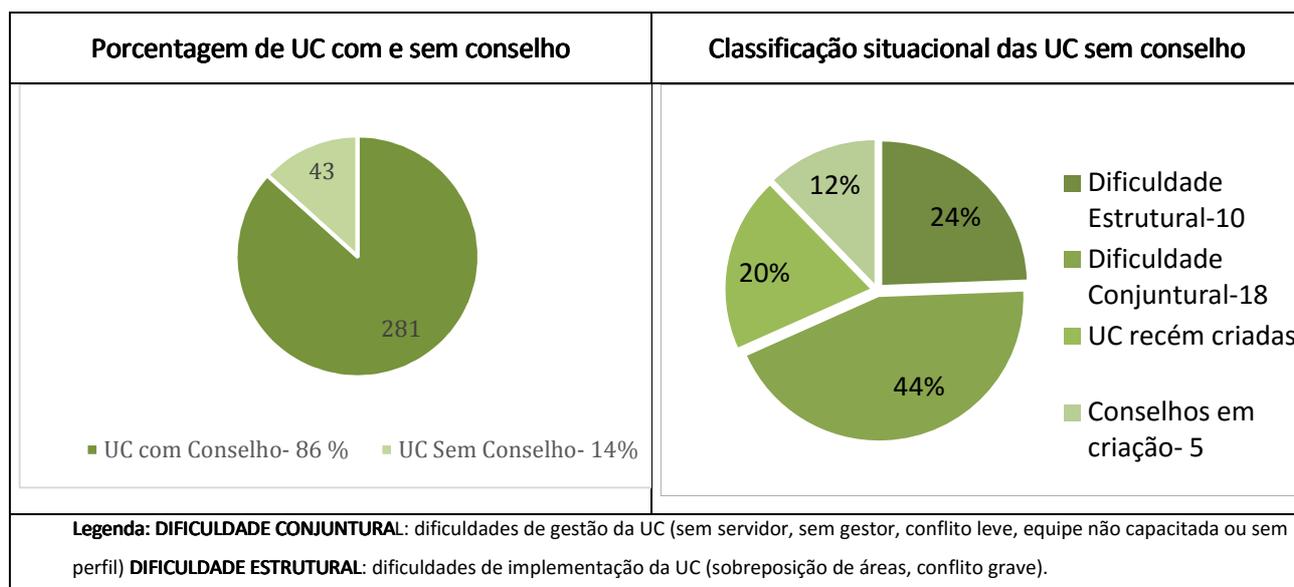
ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

O fortalecimento do Programa de Voluntariado do ICMBio foi o foco do Serviço de Apoio ao Programa de Voluntariado – SEVOL durante o ano de 2017. Após um intenso trabalho de divulgação do programa, a nível institucional e também para a sociedade, o voluntariado do ICMBio vem ganhando força e ampliando sua atuação por todo o Brasil. Um dos resultados mais expressivos alcançados esse ano é o aumento de 15% nas unidades organizacionais aderidas ao programa em relação ao ano de 2016, que encerra 2017 totalizando 152 unidades aderidas, o que hoje corresponde a 42% do total de unidades organizacionais do Instituto.



No ano de 2017, o ICMBio atingiu a meta de 86% ou 281 unidades de conservação com Conselhos Gestores formados, conforme gráficos à seguir, com a criação de 5 Conselhos Gestores de unidades de conservação, dos quais 236 são considerados ativos, ou seja, realizaram reuniões no biênio de 2016/2017.

Atualmente, 41 UC não possuem Conselhos. Para entender o atual cenário, as unidades de conservação foram classificadas de acordo com sua conjuntura (unidades sem servidor, sem chefe, conflito leve, equipe não capacitada ou sem perfil), estrutura (unidades com dificuldades de implementação da UC devido a sobreposição de áreas, conflito grave), UC recém-criada período de 2015 a 2018 e conselhos em criação, conforme apresentado na figura abaixo.



Posto este cenário o foco atual da gestão participativa do ICMBio é promover a qualificação do funcionamento dos Conselhos Gestores, para que estes fóruns possam cada vez mais contribuir com a implementação das unidades de conservação e no cumprimento dos seus objetivos sociais e ambientais.

Em relação aos projetos de pesquisa autorizados, o ICMBio analisa, autoriza e monitora, por meio do SISBio, as pesquisas realizadas em unidades de conservação, assim como as que envolvem a fauna, espécies ameaçadas e cavidades naturais subterrâneas. Diversas medidas vêm sendo tomadas visando ampliar o fomento de pesquisas nesses temas, assim como a gestão do conhecimento.

As linhas estratégicas de pesquisa assim como os instrumentos de fomento a serem priorizados e os mecanismos de acompanhamento estão consolidados no Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio 2018-2021, previsto para ser apresentado no primeiro trimestre de 2018.

A cada ano vem se fortalecendo a aproximação do ICMBio com as instituições envolvidas com pesquisa, tecnologia e inovação, e no caso do fomento à pesquisa, com destaque para o CNPq. Em 2017 foi lançada a Chamada CNPq 18/2017, com aporte de R\$ 4.013.182,25 oriundos de compensação ambiental, direcionadas a nove UC da Caatinga (R\$ 1.212.178,31, anteriormente contempladas com a chamada 13/2011) e 10 da Mata Atlântica (R\$ 2.801.005,94). Foram selecionados 24 projetos, sendo oito na Caatinga e 16 na Mata Atlântica. Esta é a segunda chamada em parceria com o CNPq, com tais recursos, e em 2017 a novidade foi a parceria com as Fundações de Amparo à Pesquisa – FAPs, coordenada pela CONFAP, confederação das FAPs.

Do ciclo 2016/2017 do PIBIC/ICMBio, 37 estudantes concluíram seus trabalhos de Iniciação Científica, sendo 18 apoiados com bolsas do CNPq, 15 com bolsas de contrapartida institucional e 4 voluntários. Em agosto (2017) teve início o ciclo 2017/2018 do PIBIC/ICMBio com 43 novos projetos de iniciação científica, apoiados com 18 bolsas do CNPq e 15 bolsas de contrapartida Institucional, além de 10 deles inicialmente sendo desenvolvidos na modalidade voluntária.

Em setembro de 2017, como parte das comemorações dos 10 anos do ICMBio, foi realizado o IX Seminário de Pesquisa e IX Encontro de Iniciação Científica do ICMBio, com o tema “ICMBIO – 10 anos de aprendizado em pesquisa para a conservação”. Estiveram presentes 190 participantes, e foram apresentados 100 trabalhos científicos de servidores do Instituto, estudantes do Programa de Iniciação Científica (PIBIC/ICMBio) e pesquisadores externos que atuam em unidades de conservação ou que trabalham com espécies ameaçadas de extinção.

O Portal da Biodiversidade – PortalBio, lançado em novembro de 2015, atualmente disponibiliza dados de ocorrência espacial de 9 bases de dados mantidas pelos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e Sede do ICMBio e pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, incluindo os dados das pesquisas autorizadas por meio do SISBio. É possível consultar, visualizar e fazer download dos registros de ocorrência das espécies em um mapa. Pode-se, a partir de seu nome científico ou popular, realizar a busca dos registros de ocorrência de cada espécie, individualmente. Os registros podem ser usados para subsidiar o mapeamento da distribuição das espécies, elaboração de modelos de distribuição potencial e diagnósticos sobre a biodiversidade brasileira, por exemplo, para as avaliações do estado de conservação das espécies da fauna brasileira (link: <https://portaldabiodiversidade.icmbio.gov.br/portal/>).

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de 2017.

O fortalecimento do Programa de Voluntariado do ICMBio permitiu um incremento das adesões de unidades organizacionais deste Instituto e aumento no número de voluntários, corroborando com a perspectiva de mais e melhor envolvimento da sociedade na gestão das unidades de conservação federais e na ação dos Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação. Vale ressaltar que o estabelecimento de parcerias viabilizou a realização de ações estruturantes, dentre elas o lançamento dos Guias de Gestão e Guia do Voluntário, materiais de apoio na implementação do programa, e também dos vídeos institucionais do programa, produzidos em parceria com o IPÊ e o WWF. Além disso, foi realizado o 1º Seminário Voluntariado ICMBio – Experiências Internacionais de Voluntariado em Áreas Protegidas e Oficina de Boas Práticas em Voluntariado, que reuniu servidores, voluntários, parceiros e convidados, e foi um importante marco para o programa, pois possibilitou a troca de experiências sobre a sua gestão e os impactos do voluntariado na gestão das unidades organizacionais que o executam.

Em relação aos Conselhos Gestores, no ano de 2017 foi lançado o 2º Edital para chamada de propostas de capacitação para funcionamento e criação de conselhos de unidades de conservação, com apoio do Projeto PNUD BRA 08/023. Foram apoiados 20 projetos, que abrangeram 20 unidades de conservação e começou a ser executado em 2017 e terá sua continuidade em 2018.

Também no sentido de envolver a sociedade na gestão das unidades de conservação e na conservação da biodiversidade, destacamos o papel do Programa Monitora, pautado no fomento à participação social: em 2017 foram realizados oito cursos, com 225 pessoas capacitadas, entre servidores das UC, moradores das regiões das UC e parceiros, com representantes de 73 UC federais, 41 UC estaduais e 05 Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, e vários parceiros.

Em relação ao fomento à pesquisa, tem-se que até 2016, não tinha havido a preocupação de integrar os objetivos do Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – PELD com os do ICMBio, embora 26 unidades de conservação federais compusessem sítios desse programa. Após Oficina de Trabalho para Integração entre o Programa de Pesquisa Ecológicas de Longa Duração - PELD/CNPq e o ICMBio, o Programa PELD passou a incorporar preocupações com a gestão realizada pelo Instituto. Nesse sentido, os resultados da Oficina foram incorporados na Chamada CNPq/Capes/FAPs/BC-Fundo Newton/PELD nº 15/2016. Este direcionamento tem trazido impactos positivos concretos, como a proposição conjunta entre gestores das UC e pesquisadores de seminários de pesquisa para tratar de temas prioritários para a conservação regional.

Desde o início do PIBIC/ICMBio participaram 233 estudantes de graduação, sob a orientação de analistas ambientais de 39 unidades do Instituto (Unidades de Conservação, Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, Coordenações da Sede e Coordenações Regionais), em 18 unidades federativas do País. Está em curso a contratação de uma avaliação do impacto do PIBIC em termos de formação de pessoas e fortalecimento da pesquisa para a conservação.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráficos de indicadores de resultados

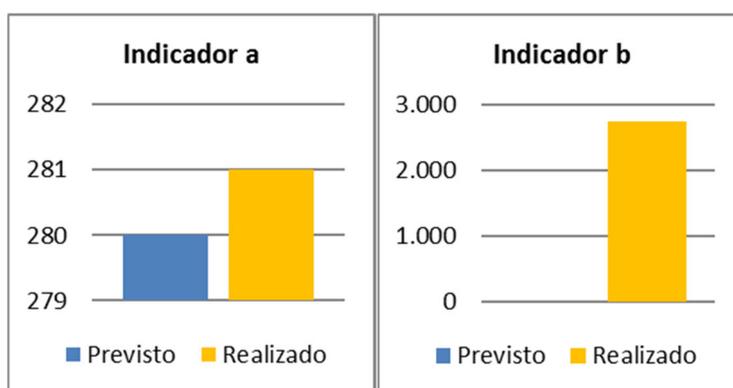


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) UC com conselho gestor instituído	277	276	280	281	140*
b) Projeto de pesquisa científica autorizados	-	2.744	-	2.740	-
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) O indicador foi alterado para “Número de conselhos gestores de unidades de conservação com reunião no período”, tendo sido incluída nova meta para 2018. Atualmente temos 86% das unidades de conservação com conselhos gestores criados, por isso, um indicador relacionado à criação de conselhos não atende mais a demanda e o desafio da área. Das 45 unidades que não têm conselhos,

mais da metade é por conta de problemas estruturais e conjunturais das UC, sem perspectiva de mudança nos próximos anos. Com a mudança de indicadores, estamos colocando um número de base mais conservador, mas próximo ao número de conselhos gestores que realizaram reunião no ano de 2016.

b) Em 2017, foram autorizadas 2.740 pesquisas, compreendendo autorizações científicas (2.041), didáticas (280), comprovante de registro (344) e licenças permanentes (75). Para este indicador não há meta porque o número também está atrelado às ações de fomento de outras instituições, sendo que o ICMBio realiza articulações buscando ampliar o número de pesquisas voltadas à biodiversidade. Nossas metas, também neste campo de atuação, estão associadas ao cumprimento de prazo na avaliação e aprovação dos projetos submetidos.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
20WM/0004	440.499	77.796	402.249	54.889	180	-	204	-	Unidade Atendida
20WN/0001	317.781	59.885	293.364	51.075	13	-	38	-	Projeto Apoiado

ii.e- Principais desafios para 2018.

Objetiva-se ampliar os incentivos à participação da sociedade e à sua aproximação com a gestão das áreas protegidas e com ações concretas orientadas à conservação da biodiversidade, por meio da ampliação do trabalho voluntário em Unidades de Conservação federais e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação, além da qualificação dos conselhos gestores instituídos.

O Programa Monitora, que visa também fortalecer e qualificar a participação social, tem como desafios para 2018 a discussão local dos resultados obtidos, junto aos conselhos gestores e outros fóruns. Outro desafio importante é a estruturação do monitoramento da atividade pesqueira nas unidades de conservação de uso sustentável costeiras e na várzea amazônica, com ênfase nas técnicas de auto-monitoramento tecnicamente supervisionado.

Espera-se ainda avançar no desenvolvimento de soluções de *software* e de processos institucionais para recepcionar no SISBio os dados de biodiversidade oriundos do licenciamento ambiental. Trata-se de uma ação complexa, mas que visa disponibilizar dados à sociedade. Na mesma direção, com o uso do SALVE no processo de avaliação do estado de conservação das espécies da fauna, espera-se a disponibilização rápida dos dados utilizados nos estudos, aumentando também a transparência e a dinâmica de contribuições ao processo, assim como o uso da informação em processos diversos.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

Os resultados indicam avanços importantes nesse objetivo estratégico, tanto pelas metas destacadas quanto pelas ações cujos resultados são mais complexos de se extrair, por se tratarem de impactos

difusos. A estratégia adotada foca nos públicos mais diretamente envolvidos com as unidades de conservação ou com a biodiversidade de forma geral.

Pode-se considerar que as iniciativas para o envolvimento de pesquisadores e segmentos interessados na gestão de unidades de conservação e da biodiversidade admitem melhorias de modo a ampliar seu impacto. Porém, a redução de recursos em geral e para as pesquisas em particular representam riscos ao processo. Parte das ações para envolver o público com interesse científico tem sido realizada rotineiramente ao longo dos anos, como o PIBIC e os seminários, com evolução dos indicadores. As iniciativas como o PortalBio e a relação com o PELD são recentes, mas seus resultados já são perceptíveis.

São grandes as expectativas também em relação ao impacto dos editais de pesquisa com recursos de compensação ambiental – como visto na experiência anterior na Caatinga, com a chamada CNPq 13/2011, o aporte de grande número de bolsas de pesquisa em diversos níveis (graduação, mestrado, apoio técnico) levam a uma vivência profunda de cada grupo de pesquisa com a área protegida escolhida, com impactos de longo prazo, porque as equipes se mobilizam para prolongar e ampliar seus estudos nas áreas, ao fim dos projetos, com captação de mais recursos e integração de esforços multidisciplinares.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

Dando continuidade à agenda de aperfeiçoamento dos Conselhos Gestores, para o ano de 2018, as perspectivas são a estruturação de apoio as unidades de conservação que apresentam dificuldades de criação ou ativação do conselho, elaboração de protocolo de monitoramento e avaliação dos Conselhos Gestores, elaboração de Sistema de acompanhamento de ações dos Conselhos Gestores e ações de Educação Ambiental e a publicação de Instruções Normativas sobre: Projeto Político Pedagógico com ênfase em Educação Ambiental, Diretrizes de Educação Ambiental e Conselhos Integrados.

Já em relação ao Programa de Voluntariado, para 2018 a perspectiva é dar continuidade às ações em andamento para fortalecimento e ampliação do Programa de Voluntariado, sendo as principais delas o fortalecimento das parcerias institucionais com o Programa, a promoção de intercâmbios para gestores e voluntários, o desenvolvimento do Sistema de gestão do programa e o desenvolvimento do Plano de Capacitação do Programa.

Os objetivos para o ano de 2018, em relação às medidas de envolvimento do público com interesse científico na gestão de unidades de conservação e da biodiversidade, são:

- ampliar a relação institucional com órgãos do sistema de ciência, tecnologia e inovação;
- garantir a continuidade do PIBIC;
- garantir a continuidade da realização do Seminário de Pesquisa e Encontro de Iniciação Científica;
- ampliar o número de registros e de bases de dados disponibilizados no PortalBio.
- implementar o Plano Estratégico de Pesquisa e Gestão do Conhecimento do ICMBio – 2018-2021.
- fortalecer o Programa Nacional de Monitoramento da Biodiversidade – Programa Monitora, catalizador de pesquisas e de parcerias; e
- realizar a integração do SISBio com o Sistema de Licenciamento Ambiental – SIGA (IBAMA).

3.2- Informações sobre a gestão

3.2.1- Beneficiário

i. Descrição

Descrição geral	
Essa perspectiva busca considerar os atores externos ao ICMBio que são beneficiários diretos das ações e serviços prestados pelo Instituto, incluindo visitantes, comunidades tradicionais e beneficiários diretos de serviços ecossistêmicos prestados pelas UC federais. Foram definidos como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) nº contratos de Concessão de Direito Real de Uso celebrados em UC de Uso Sustentável; (b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação; e (c) cavidades (Patrimônio Espeleológico Nacional) conservadas.	
Responsável	DISAT DIBIO

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

Em 2017 foram celebrados três Contratos de Concessão do Direito Real de Uso entre o ICMBio e organizações representativas de comunidades tradicionais beneficiárias de unidades de conservação de uso sustentável. Os contratos referem-se a áreas nas Reservas Extrativistas Baixo Juruá, Médio Juruá e do Rio Ituxi, contabilizando um total de 364.752,11 hectares, e alcançam cerca de 640 famílias. O ICMBio alcançou, portanto, a marca de 50 contratos desta natureza em 40 UC, o que representa cerca de cinco milhões de hectares. No total, são mais de quatro milhões de hectares de áreas concedidas às populações tradicionais nas unidades de conservação federais.
Para o ano de 2018 estão previstas a assinatura de mais três novos contratos.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráficos de indicadores de resultados

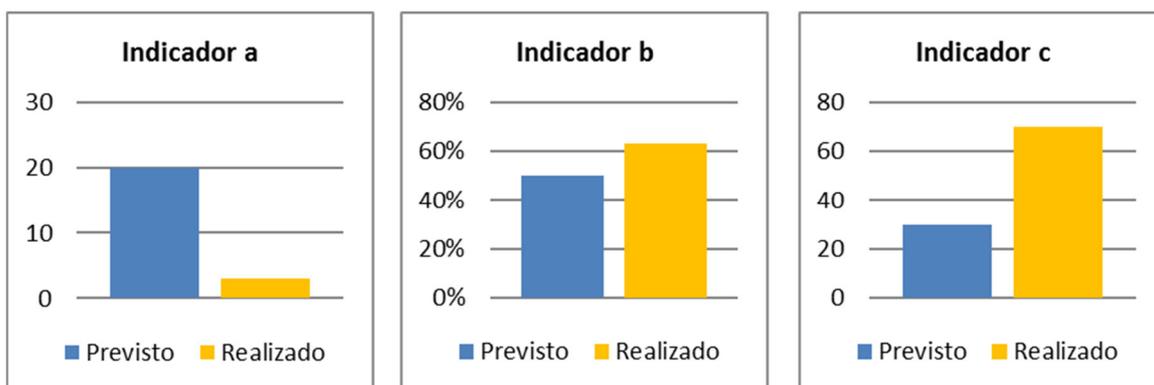


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Contratos de Concessão de Direito Real de Uso celebrados em UC de Uso Sustentável	20	3	20	3	3
b) % das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação	80	66	50	63	-
c) Caverna (Patrimônio Espeleológico Nacional) conservada	30	30	30	70	50
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

a) A meta precisou ser revista pois não há previsão de recebimento de áreas em 20 UC para celebrar a CDRU com comunitários, sendo a previsão para 2018 de 03 UC.

b) No ano de 2017, registraram-se 63,43% das espécies da fauna ameaçadas de extinção com populações presentes em unidades de conservação. Esclarecemos que, atualmente, 525 espécies ameaçadas de extinção possuem ocorrência registrada em unidades de conservação federais, das categorias previstas no SNUC. Esse número aumenta para 744, considerando também as unidades de conservação estaduais, municipais e particulares.

Adicionalmente, solicita-se a retirada de tal indicador por se tratar de uma informação fornecida por este ICMBio, não se tratando de um indicador de desempenho ao qual pode ser atribuído uma meta.

c) No âmbito do Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico (Portaria MMA nº 358/2009) foram realizados: (i) inventário anual do patrimônio espeleológico nacional; (ii) monitoramento e avaliação de impactos sobre o patrimônio espeleológico; e (iii) implementação do PAN Cavernas do São Francisco. Foram contempladas 2 unidades de conservação federais de proteção integral contribuindo para a conservação de 70 cavernas naturais subterrâneas. Da mesma forma, para 2018 daremos continuidade aos projetos citados atuando em 3 unidades de conservação federais contribuindo para a conservação de 50 cavernas naturais subterrâneas.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

As iniciativas do ICMBio relacionadas à articulação de políticas públicas em favor de comunidades tradicionais beneficiárias de UC de uso sustentável dependem de arranjos interinstitucionais complexos e, neste sentido, as retrações destas políticas acarretaram redução do número total de beneficiários de programas como o PRONATEC e o Bolsa Verde, estando este último, inclusive, suspenso indefinidamente em razão de não mais figurar como ação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 13.587, de 02 de janeiro de 2018, publicado no DOU de 03/01/2018).

O papel de protagonismo do ICMBio no “Fórum Diálogo Amazonas: regularização fundiária urgente!”, criado em 2012 por iniciativa de organizações da sociedade civil e mediado pelo Ministério Público Federal, foi importante na interlocução com a sociedade para discutir a regularização fundiária e a posse das famílias nas unidades de conservação de uso sustentável. A partir dessa discussão, o instrumento “Contrato de Concessão de Direito Real de Uso – CCDRU” foi aperfeiçoado, dando mais segurança às populações tradicionais que vivem nessas unidades de conservação. O CCDRU é instrumento fundamental para o acesso à créditos voltados ao fomento da atividade produtiva e garantia de território.

Cabe registrar que a meta para 2018 envolvendo CDRU teve de ser redimensionada em relação à projeção estabelecida para os anos anteriores, sendo ajustada para uma perspectiva mais realista. Isto é, em relação às metas que haviam figurado para os anos de 2016 e 2017, e que não eram factíveis, foi estabelecida uma meta de 03 novos CCDRU. O ajuste se faz imprescindível, uma vez não há previsão de recebimento de áreas em 20 unidades de conservação para efeito de celebração de CCDRU com organizações representativas de comunidades tradicionais.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

Para a melhoria do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, o ICMBio e os demais órgãos envolvidos devem aperfeiçoar a comunicação e os procedimentos, no sentido de agilizar a concessão dos imóveis às famílias beneficiárias das unidades de conservação de uso sustentável.

Adicionalmente, buscando o atendimento desse público específico, é necessário a inclusão social via políticas públicas universais, bem como articulação, junto a diversas instituições governamentais, para a inclusão das unidades de conservação em programas de governo como Luz para Todos, PRONATEC, entre outros.

3.2.2- Processos

i. Descrição

Descrição geral

Essa perspectiva engloba os processos internos do ICMBio que promovem resultados diretos à sociedade.

São os processos que caracterizam a atuação do Instituto e visam garantir o cumprimento dos objetivos que motivaram sua criação e estão associados à criação e consolidação de unidades de conservação federais, à pesquisa e gestão da fauna e às autorizações para licenciamento ambiental. Há também o enfoque relacionado à consolidação de uma estratégia territorial de conservação, vista como importante para orientar a atuação institucional.

Foram destacados como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) autorizações para realização de pesquisas, ou coleta de material biológico, analisadas dentro do prazo; (b) realizar o cadastramento de famílias em UC; (c) sinalizar e demarcar o perímetro de UC federais; (d) estruturar UC federais para visitação e uso público e (e) manifestações sobre autorizações para demandas de licenciamento ambiental que afetam UC.

Responsável	DIMAN DISAT DIBIO
--------------------	-------------------------

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

O SISBio é a ferramenta disponibilizada pelo ICMBio para que pesquisadores obtenham autorizações e licenças para coleta de material biológico com finalidade científica ou didática no âmbito do ensino superior em todo o território nacional, e para pesquisa em unidades de conservação federais ou cavernas. O funcionamento desse sistema é regulamentado pela Instrução Normativa ICMBio nº 03/14. Informações mais detalhadas podem ser acessadas no site www.icmbio.gov.br/sisbio. O prazo para emissão das autorizações e licenças, conforme a Instrução Normativa é de 45 dias úteis. No ano de 2017, 98,97% das solicitações foram analisadas antes do término desse prazo. A média de dias transcorridos para a análise das solicitações, considerando a manifestação de todas as unidades de conservação e Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação envolvidos até o recebimento da resposta, foi de 19 dias corridos. O SISBio conta atualmente com 52.869 pesquisadores cadastrados. Desde 2007, quando o sistema foi implementado, até o final de 2017, foram emitidos 28.010 documentos, incluindo 20.176 autorizações com finalidade científica, 2.035 autorizações para atividades com finalidade didática no âmbito do ensino superior, 4.240 comprovantes de registro para coleta de material botânico, fúngico e microbiológico e 1.542 licenças permanentes.

Foram ampliadas ou melhoradas as estruturas de visitação em unidades de conservação, notadamente, a reforma e inauguração de centro de visitantes no Parque Nacional das Cavernas do Peruaçu, reforma do centro de visitantes e inauguração de exposição interpretativa no Parque Nacional do Itatiaia, além de mais de 580 km de trilhas terrestres manejadas ou sinalizadas em diversas unidades de conservação, como Florestas Nacionais de Brasília e Silvânia, Reserva Extrativista Chico Mendes, a Área de Proteção Ambiental do Planalto Central e os Parques Nacionais da Tijuca, Serra do Cipó, Jaú e Ubajara.

Além disso, foram firmadas importantes parcerias e outras formas de cooperação com organizações da sociedade civil e entes públicos ou privados para colaborar na gestão e estruturação do uso público nas unidades de conservação, como o acordo de cooperação firmado no Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. Importante considerar também a publicação da Portaria ICMBio nº 624/2017, que atualizou os valores de ingresso e outros serviços prestados pelas unidades de conservação.

Entre os anos de 2013 e 2015, o ICMBio realizou um trabalho pioneiro de cadastramento de famílias e diagnóstico socioambiental nas 77 UC com populações tradicionais, incluindo RESEX, FLONA e RDS, identificando de cerca de 60 mil famílias nessas unidades de conservação. Este trabalho evidenciou as principais potencialidades e carências desses territórios, possibilitando o aperfeiçoamento do trabalho do ICMBio no alcance de seus objetivos. Evidenciou também, a necessidade de se reconhecer os beneficiários diretos para os quais as UC foram criadas, identificando seus perfis e homologando as famílias beneficiárias.

Desde a publicação da Instrução Normativa ICMBio nº 35/2013, foram identificados perfis de famílias beneficiárias em 26 UC e atualmente os perfis encontram em fase de elaboração em 29 unidades. Espera-se em 2018, no mínimo, 40 UC com perfil de famílias beneficiárias publicados em portaria específica.

No ano de 2017, a Coordenação Geral de Avaliação de Impactos Ambientais – CGIMP procurou estabelecer uma nova dinâmica no desenvolvimento de suas ações procurando dar mais celeridade no atendimento aos diferentes documentos (Autorização para Licenciamento Ambiental – ALA, Autorização Direta – AD e Autorização para Supressão de Vegetação – ASV, dentre outros) e melhorar a qualidade das respostas, no que toca às condições específicas exigidas ao empreendedor, quando da emissão dessas avaliações.

Nesse contexto implantou o sistema de micro gerenciamento de processos, que tem como objetivo estabelecer o controle dos processos que estão em análise na CGIMP ou aguardando subsídios de outras áreas da Autarquia para o atendimento das demandas sob sua responsabilidade.

Assim, em 2017, foram digitalizados e migrados para o sistema SEI todos os processos físicos, e pactuado com a equipe prazos para o atendimento de cada demanda. Em dezembro/17, a Coordenação Geral atendeu 96,3% das demandas nos prazos estabelecidos,

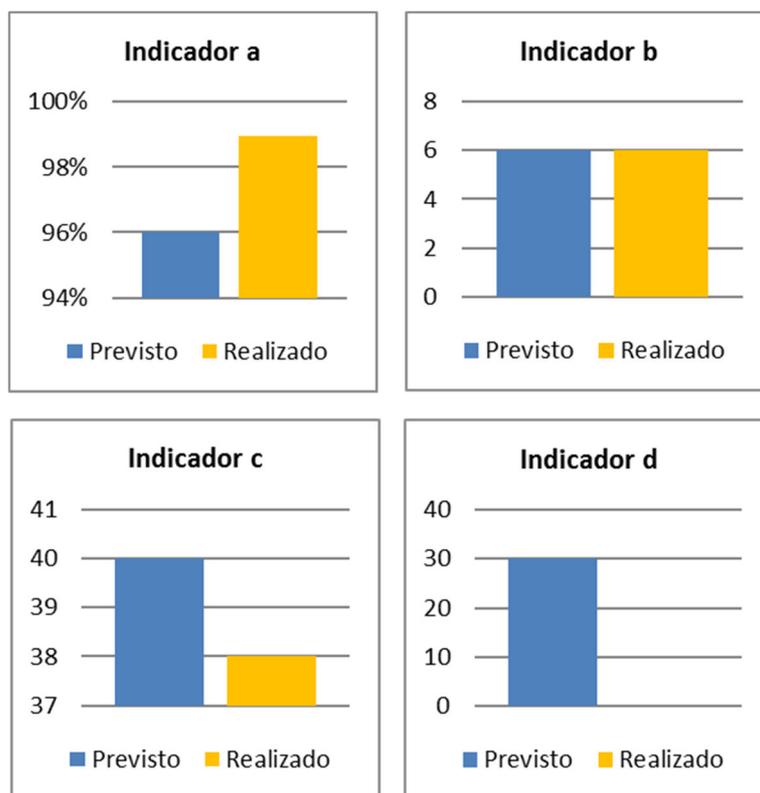
Ainda com o mesmo objetivo dar celeridade e assegurar a qualidade técnica ao processo de manifestação para o licenciamento ambiental, foi criado o Programa de Melhoria da Gestão, para emissão de Autorização para o Licenciamento Ambiental.

O Programa pretende automatizar e desenvolver rotinas para avaliação de impactos sobre os atributos da biodiversidade de unidades de conservação federal, dando aporte ao processo de emissão de autorização direta e de acompanhamento das condições e recomendações preconizadas pelo ICMBio, bem como, estabelecer conceitos, padrões, e requisitos dos fluxos necessários para o Protocolo Automatizado de Emissão de autorizações para o licenciamento ambiental e de emissão de relatórios de atendimento de condições específicas do processo de manifestação.

Foi realizado em novembro de 2017, o Curso de Manifestação para o Licenciamento Ambiental que contou com a participação de 37 alunos. Esse curso teve como objetivo capacitar servidores do ICMBio para a análise dos pedidos de autorização para o licenciamento ambiental de empreendimentos ou atividades que afetem as unidades de conservação federais, suas zonas de amortecimento e populações de espécies ameaçadas.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.](#)

Gráficos de indicadores de resultados



Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Autorizações para realização de pesquisas e coleta de material biológico analisadas dentro do prazo	100%	99,72%	96%	98,97%	98%
b) Perfil de família beneficiária publicado	-	-	6	6	14
c) Sinalizar e demarcar o perímetro UC Federais	40	37	40	38	48
d) Estruturar UC federais para visitação e uso público	30	27	30	Indicador excluído	Indicador excluído
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

- a) Com relação aos desafios, o SISBIO atual será substituído por uma nova versão com interface gráfica mais amigável e maior facilidade na utilização por parte do usuário, para tanto o banco de dados hospedado na infraestrutura do IBAMA/MMA está em processo de migração para o ICMBio. De modo a capacitar os operadores na nova versão, está sendo elaborado um curso de ensino à distância, bem como material de apoio (tutorial e apostilas). No que diz respeito ao usuário externo do sistema ainda está em planejamento a elaboração de um manual. Outros desafios incluem a reativação do Comitê de Assessoramento Técnico do SISBio, a revisão da IN nº 03/2014, que versa sobre autorizações concedidas pelo SISBio e a revisão da Norma de Execução nº 01/2017, que versa sobre licenças permanentes.
- b) O cadastramento de famílias nas unidades de conservação foi realizado, em sua grande maioria, entre os anos de 2013 e 2015. No ano de 2017, apenas uma nova unidade de conservação teve cadastramento realizado, sendo esta a RDS Nascentes Geraizeiras. Assim, o indicador anterior foi substituído, uma vez que, com os dados do cadastramento em sua

maioria coletados, a passo seguinte é o gerenciamento do cadastro de famílias para definição do perfil de família beneficiária, instrumento de gestão que consiste na descrição das características que identificam a população tradicional de cada unidade de conservação. Assim, a mudança do indicador para a “publicação do perfil de famílias beneficiárias” é fundamental, pois o instrumento serve de parâmetro para o reconhecimento das famílias beneficiárias e para refletir o esforço de trabalho da equipe.

- c) Com relação à tarefa de consolidação de limites das UC, cabe registrar que não houve avanços significativos em relação ao exercício anterior, uma vez que apenas a demarcação e sinalização de 1 UC foi concluída. Ainda estão sendo executadas a demarcação e a sinalização de 12 UC. Mais especificamente, cabe esclarecer que em 2016 o ICMBio acompanhou a demarcação de 13 UC, sendo 10 no eixo da rodovia BR 163, com recursos de doação do KFW, 1 com recurso de compensação ambiental, 1 com recurso de precatórios e 1 com recurso do ARPA (esta última demarcação é parcial).
- d) O indicador “Estruturar UC federais para visitação” mostrou-se um indicador subjetivo, de múltiplas interpretações, e que, absolutamente, não retrata o esforço de estruturação das unidades de conservação. Isso por que, primeiramente, cada UC ou grupo de UC, de acordo com vocações locais, possui uma linha de base individual sobre o que seria “unidade de conservação estruturada”, prejudicando a análise comparativa ou coletiva. Além disso, UC alvo de execução de projetos de estruturação que já possuírem estruturas mínimas de suporte à visitação não tem seus resultados aferidos pelo indicador.
- e) Cabe ressaltar que a linha “e” prevista até o Relatório de Gestão do exercício de 2016, referente ao indicador “Autorização para Licenciamento Ambiental”, não consta deste Relatório por não se caracterizar mais como um dos principais indicadores mais relevantes para a Instituição, por não estar associado à criação e consolidação de unidades de conservação federais.

ii.c- Principais desafios para 2018.

Publicação de Portaria de perfis de famílias beneficiárias de ao menos 11 UC que se encontram em processo de mobilização comunitária e com consultoria especializada em atividade.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

No que concerne ao SISBio, é importante salientar que, mesmo com o significativo aumento da demanda por autorizações e licenças de pesquisa, a porcentagem de solicitações concedidas dentro do prazo continua constante. Este número demonstra a conquista de um marco de eficiência e comprometimento do Instituto na prestação de um relevante serviço à comunidade científica brasileira e com a geração de conhecimento sobre nossa biodiversidade.

Em relação à avaliação de impacto ambiental, do ponto de vista da análise de desempenho não há como avaliar, tendo em vista que o ICMBio reage por demanda, dos órgãos licenciadores, para emissão das autorizações e outros documentos exigidos no contexto legal.

A meta alcançada relativamente a perfis de família beneficiária publicados é bastante significativa se considerarmos a complexidade conceitual do instrumento e a logística demandada para as discussões, uma vez que a Instrução Normativa ICMBio nº 35/2013, que estabelece os procedimentos para discussão e aprovação do perfil, determina o envolvimento direto das comunidades na sua definição. No que concerne a articulação para a implementação de políticas públicas universais, e considerando os avanços alcançados no ano de 2017, cabe sublinhar que o ano de 2018 se constitui como promissor,

considerando a perspectiva de conclusão da implementação do Programa Luz para Todos na RESEX Verde para Sempre e do Projeto RESEX Produtoras de Energia Limpa em Lábrea/AM. Para o ano de 2019, há a previsão de atendimento do Luz para Todos em outras 4 reservas extrativistas e a ampliação do Projeto RESEX Produtoras de Energia Limpa em Lábrea. Em outras áreas de atuação, espera-se a articulação para acesso às políticas públicas nas áreas de educação, saúde e saneamento, considerando os estudos elaborados em 2017, que servirão de subsídios para a definição de estratégias para o atendimento ao público nas unidades de conservação.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho

Com o objetivo dar celeridade e assegurar a qualidade técnica ao processo de manifestação para o licenciamento ambiental, em 2018 será implementado o Programa de Melhoria da Gestão para a emissão de autorização para o licenciamento ambiental visando a emissão automatizada de documentos dentro dos padrões técnicos previstos nas normativas do ICMBio.

O Programa pretende ainda desenvolver rotinas para avaliação de impactos sobre os atributos da biodiversidade de unidades de conservação, estabelecer um sistema de acompanhamento das condições e recomendações preconizadas pelo ICMBio, bem como, estabelecer conceitos, padrões, e requisitos dos fluxos necessários para o Protocolo Automatizado de Emissão de autorizações para o licenciamento ambiental e de emissão de relatórios de atendimento de condições específicas do processo de manifestação.

Concernente ao SISBio a melhoria foi atingida, pois o foco é dar agilidade e atender dentro dos prazos previstos propiciando a emissão de autorizações para realização de pesquisas e coleta de material biológico, o que se comprova pois, no ano de 2016, 99,72% das solicitações foram analisadas antes do término desse prazo, índice muito próximo de 100%.

Em 2018 prevê-se a revisão da Instrução Normativa ICMBio nº 03, de 1º de setembro de 2014, que rege o SISBio e o processo autorizativo de pesquisa, visando aprimorar os procedimentos e orientações a partir de dúvidas surgidas com a aplicação da norma – o tratamento dessas questões deve trazer ainda maior agilidade ao processo. Espera-se também o lançamento do SISBIO 2.0, que permitirá a utilização do sistema pelos órgãos estaduais de meio ambiente, de modo eletivo, assim como a maior articulação com outros sistemas e demandas, como o licenciamento ambiental e o Programa Monitora.

No que se refere ao Perfil da Família Beneficiária, no final de 2017 foram contratados 5 consultores para acompanharem o processo de discussão do Instrumento em 26 unidades de conservação. As contratações darão um impulso importante para que o ICMBio possa dobrar o número de perfis publicados nas RESEX, RDS e FLONA com populações tradicionais. A formalização dos instrumentos é prevista para médio prazo.

Quanto à implementação de políticas públicas, deve-se estruturar melhor a base de dados do cadastramento de famílias. Para tanto, o ICMBio realizou parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM para elaboração de uma segunda versão de sistema informatizado, que deve gerenciar as informações coletadas.

3.2.3- Perspectiva Aprendizado e Crescimento

i. Descrição

Descrição geral

Essa perspectiva busca considerar os processos internos que têm como clientes outros processos internos do Instituto, buscando maior eficiência e eficácia. Está dividida nos blocos Estrutura (estrutura organizacional do Instituto), Pessoas (gestão de pessoas e do conhecimento) e Recursos (infraestrutura, tecnologia e recursos financeiros e orçamentários).

Foram elencados como indicadores para acompanhar a implementação das ações desenvolvidas pelo Instituto no âmbito dessa perspectiva: (a) percentual de servidores capacitados; (b) unidades de conservação mantidas (manutenção) e (c) arrecadação com receitas próprias.

Responsável	DIPLAN
--------------------	--------

ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de 2017 em relação ao exercício de 2016.

De modo a desenvolver atividades que visem cumprir a missão institucional, o ICMBio despendeu esforços no sentido de modernizar as práticas de gestão e, em atenção aos objetivos delineados para 2017, foram executadas as seguintes ações:

1. Sistematização de modelo de Gestão para Educação Corporativa e apoio às atividades educativas do ICMBio

Em 2017, o ICMBio estruturou a plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA/ICMBio, para atender às necessidades de gestão dos cursos relacionados a educação corporativa.

A plataforma objetiva centralizar a gestão do conhecimento e da informação em um único ambiente, permitindo que os servidores do ICMBio tenham todas as informações sobre capacitações, internas e externas, em um mesmo ambiente. Acrescido a isso, o AVA também proporciona o aprimoramento dos conhecimentos por meio de cursos virtuais e materiais didáticos disponibilizados na plataforma.

Assim, quanto à operacionalização dos cursos, a plataforma contribui para a melhoria do processo, porque permite que todo o fluxo instrucional do aluno seja efetuado nela. E com relação às questões gerenciais, proporciona possibilidade de análise e implantação de melhorias, envolvendo as várias áreas relacionadas.

2. Nova Unidade Escola – ACADEBio/FLONA de Ipanema

O novo modelo de gestão proposto para a Unidade Escola está amparado na Lei nº 9.637, de 15/05/1998, marco legal das Organizações Sociais e do Contrato de Gestão, lei recentemente regulamentada pelo Decreto nº 9.190, de 01/11/2017, que instituiu o Programa Nacional de Publicização. Visa, em exposição simplificada, a absorção de atividades, até então desenvolvidas por órgãos da União, por organizações sociais sem fins lucrativos, por meio da qualificação dessas entidades como Organização Social do órgão que as qualificou, que passa a se configurar como órgão supervisor.

Ancorado em preceitos constitucionais, o novo modelo de gestão permite à iniciativa privada o pleno exercício do dever que tem, por direito próprio, de atuar de forma direta ou em parceria com o Estado na gestão de serviços públicos sociais, serviços constitucionalmente destinados aos deveres do Estado e da sociedade.

O Estudo de Publicização foi concluído em novembro de 2017 e destinado à análise e aprovação do Ministério do Planejamento. O Contrato de Gestão está sendo visto pelo órgão governamental como

solução oportuna e adequada à ampliação da participação e controle social na gestão das atividades públicas sociais e como melhor caminho para a ampliação do escopo de atuação da Unidade Escola, objetivando mais e melhores resultados com menores custos.

O ICMBio e a Unidade Escola têm a parceria como um instrumento-chave para melhorar o foco da sua ação interna e externa, ampliar seu atual desempenho, dar sustentabilidade aos processos de trabalho e maior visibilidade para os níveis de responsabilidade e responsabilização.

O objeto da publicização é a gestão das atividades de formação, capacitação e uso público desenvolvidas pela Unidade Escola ACADEBio/FLONA de Ipanema. Por conseguinte, o Contrato de Gestão terá por objeto:

- a) A execução das atividades e serviços vinculados à formação e capacitação teórica e prática do público interno e externo do ICMBio;
- b) A produção, registro, divulgação e promoção de conhecimentos relacionados à gestão de unidades de conservação e desenvolvimento socioambiental; e
- c) O planejamento e desenvolvimento do uso público da FLONA de Ipanema ressaltando a intencionalidade educativa nas atividades de sensibilização, interpretação ambiental, conhecimento histórico-cultural, lazer, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico.

3. Gestão por Competências

A gestão por competências é uma poderosa ferramenta que permite gerenciar a lacuna de competências da organização. Em um primeiro momento ela atua na identificação da lacuna, resultado do mapeamento das competências. No momento seguinte ela serve de subsídio para modernização das demais políticas e práticas de gestão de pessoas, visando impulsionar o desempenho individual e com isso alavancar os resultados institucionais.

Diante a esse cenário, em 2017 o ICMBio elaborou um projeto para mapeamento das competências, visando dar início ao programa de implantação da gestão por competências no Instituto.

4. Mapeamento de Processos

Outra melhoria associada é o mapeamento de processos na área de Gestão de Pessoas. Em 2017 elaborou-se um projeto para identificar os processos desenvolvidos pela área de Gestão de Pessoas e priorizar processos críticos que serão melhorados.

O projeto busca desenvolver soluções mais eficientes para organizar o trabalho e modernizar os instrumentos da área, bem como contribuir com o objetivo estratégico – Fortalecer e integrar os instrumentos de gestão. Em curto prazo, espera-se que haja a redução dos silos organizacionais, melhoria da comunicação entre a área e os demais departamentos e consequentemente maior apoio aos servidores do Instituto.

5. Política de movimentação de pessoal

Devido à alta capilaridade do Instituto, a autarquia enfrenta desafios quanto à lotação de servidores em determinadas regiões, como é o caso da região Norte.

Com o objetivo de analisar e implementar mudanças nos processos de remoção no Instituto, foi realizada no exercício de 2017 uma análise das movimentações efetuadas desde a criação até os dias

atuais, visando minimizar os obstáculos quando da lotação de servidores em regiões de baixa infraestrutura e desenvolvimento.

Houve também a publicação da Portaria ICMBio nº 226, de 03 de abril de 2017, alterando a Instrução Normativa ICMBio nº 06, de 05 de novembro de 2014, que instituiu a política de remoção dos servidores e disciplina o concurso interno de remoção, no sentido de simplificar a movimentação de servidores no âmbito dos Núcleos de Gestão Integrada – NGI e da Unidade Especial Avançada - UNA.

6. Teletrabalho

Em 08 de dezembro de 2017, foi publicada pelo ICMBio a Portaria nº 805, a partir de autorização do Ministro do Ministério do Meio Ambiente - MMA, que veio instituir o teletrabalho no Instituto, possibilitando aos servidores prestarem serviços fora das dependências físicas deste órgão, proporcionando a flexibilização do tempo e do lugar e ainda, a redução dos custos operacionais para o Instituto.

Esta modalidade é uma realidade na sociedade atual, em razão das modernas tecnologias hoje existentes, dá ao trabalhador a possibilidade de realizar suas atividades à distância, sem a necessidade de estar presente fisicamente no ambiente laboral.

A implementação levou em consideração, dentre outros aspectos, as vantagens e benefícios diretos e indiretos advindos dessa modalidade de trabalho para a Administração, servidor e sociedade, tais como melhoria da qualidade de vida no trabalho, redução dos custos institucionais, redução da poluição das cidades etc. Como consequência espera-se que seja alcançada a otimização dos fluxos de trabalho e o alcance da eficiência na gestão das atividades.

7. Ações para recompor a força de trabalho

No sentido de recompor a força de trabalho institucional, em 2017 o ICMBio despendeu esforços e realizou algumas articulações junto ao MMA e ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão - MPDG. Como resultado, diante do processo de concessão de aeroportos, tivemos a autorização para recepcionar 15 empregados públicos da INFRAERO para exercício em unidades do Instituto, localizadas nos municípios de Belo Horizonte/MG e Salvador/BA.

Outra frente adotada foi o incremento do corpo de pessoal através de processo seletivo para o cargo de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPGG, do quadro de pessoal do MPDG. Em 2017 foram autorizadas 06 descentralizações de exercício de EPPGG para o ICMBio.

Também foram realizadas tratativas junto ao MPDG, por meio do MMA, afim de viabilizar a realização de novos concursos público para os cargos efetivos de analista ambiental, analista administrativo, técnico ambiental e técnico administrativo. Atualmente a autarquia possui uma totalidade de 1.179 cargos efetivos vagos.

8. Especialização das Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAAF

Em 2017 ocorreu a implementação do projeto “Especialização das UAFs”, onde a reorganização dos processos de trabalho das Unidades Avançadas de Administração e Finanças - UAFs e especialização de suas funções, proporcionou que essas atuassem de maneira segmentada, em detrimento ao objeto do contrato, e deste modo, passaram a ter atuação nacional.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada diretoria/entidade externa e unidades descentralizadas para os resultados obtidos.

Gráficos de indicadores de resultados



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
a) Número de servidores capacitados (%)	75	61	30	36	25
b) Unidades de Conservação mantidas (manutenção)	320	320	320	320	320
c) Arrecadação com receitas próprias (em R\$ 1.000,00)	130.068	166.575	88.952	107.482	112.296
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

- Em 2017, foram executados 38 cursos e oficinas no âmbito do Plano Anual de Capacitação, envolvendo 819 educandos, sendo: 629 servidores do ICMBio e 190 externos e, aproximadamente, 376 instrutores e monitores, totalizando 1195 participações. Considerando o número de servidores do ICMBio capacitados e o número oficial de servidores em 2017 (1764 em janeiro de 2018), tem-se que foram capacitados cerca de 36% dos servidores, ultrapassando em 6% a meta definida inicialmente. Assim, pode-se considerar que os resultados alcançados foram bastante satisfatórios quando observamos o PAC.
- Em atenção ao indicador “Unidades de conservação mantidas”, é importante destacar que a métrica utilizada para avaliação dos resultados foi a existência ou não de despesas orçamentárias para a manutenção das estruturas das unidades de conservação. Assim, caso tenha sido destinado recursos para o custeio de qualquer dos serviços terceirizados – limpeza, vigilância, apoio administrativo, luz, água, entre outros – destinados a uma UC, considera-se que a unidade foi mantida.
- As receitas próprias arrecadadas compreendem receitas com serviços de acampamentos, visitação, ingressos diversos, serviços de licenciamento, autorizações, concessões, arrendamento, dentre outras. Praticamente 50% dessa receita provém da receita 20343 – Serviço de acampamento/visitação/ingressos diversos. Para a meta 2018, foi analisada a série histórica da arrecadação da natureza de receita.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico do ICMBio, as ações de capacitação têm como principais objetivos promover o aperfeiçoamento técnico, emocional e comportamental dos servidores, bem como sensibilizá-los de seu papel e da grandeza da missão institucional.

Desde a criação do ICMBio, seus dirigentes acreditam na capacitação continuada do corpo de servidores, como ação promotora e potencializadora do alcance dos resultados institucionais esperados pela sociedade. Por meio dos processos formativos, boas práticas de gestão são implantadas nas áreas protegidas, diretrizes institucionais são consolidadas e processos organizacionais são melhorados.

Com o projeto Especialização das UAFs, as Unidades Avançadas Administrativas e Financeiras tiveram aumento da eficiência e eficácia da gestão administrativa e conseqüentemente, o Instituto passou a ter maior controle das despesas.

iii.b- Ações para melhoria de desempenho.

As ações previstas para 2018, visando a melhoria do desempenho da Instituição serão:

1. Sistematização de modelo de Gestão para Educação Corporativa e apoio às atividades educativas do ICMBio

Objetiva-se que essa plataforma seja o instrumento utilizado para implantação de todas as ações educativas do PAC/2018; ampliação do escopo com cursos abertos para a sociedade; desenvolvimento das comunidades de aprendizagem e da videoteca; ampliação dos arquivos disponibilizados na biblioteca; e aprimoramento do processo de disseminação do conhecimento e divulgação da plataforma como um ambiente institucional e da sociedade.

2. Nova Unidade Escola – ACADEBio/FLONA de Ipanema

Estabelecer parceria, mediante contrato de gestão, com uma entidade de natureza privada sem fins lucrativos, a ser selecionada por meio de chamamento público, qualificada como Organização Social do ICMBio.

Compor o Conselho Administrativo da Organização Social e a Comissão de Avaliação, garantindo a efetiva participação social, visando maior controle e eficácia da política pública de formação e capacitação para a gestão e conservação da biodiversidade e de uso público, incluído o conjunto histórico e arquitetônico, museu à céu aberto da Floresta Nacional de Ipanema.

Espera-se que a política de publicização, uma vez implementada, viabilize a ampliação do enfoque atual que é limitado à formação e capacitação dos servidores da instituição, para alcançar servidores públicos das 3 esferas de governo, como também o público com interface na gestão de áreas protegidas de todos os setores da sociedade; agentes de conservação da natureza; comunidade acadêmica; populações tradicionais; membros dos conselhos gestores das diversas unidades de conservação; turistas, visitantes e estudantes do ensino fundamental, médio e universitário, público alvo do projeto de publicização visualizado como principal beneficiário.

3. Gestão por Competências

Para 2018, o ICMBio prevê a contratar instituição que colabore com a implantação do projeto de Gestão por Competências.

O projeto está estruturado em ciclos. Assim, no primeiro ciclo o objetivo é definir a lacuna de competências entre os objetivos organizacionais desejados e os já existentes na Autarquia. Espera-se que a lacuna de competências seja utilizada como subsídio para qualificar a capacitação, no sentido de maximizar o uso dos recursos em treinamento, desenvolvimento e educação. Em médio prazo, nos próximos ciclos, vislumbra-se que essa será usada para modernizar as políticas de mobilidade, recrutamento e seleção.

4. Mapeamento de Processos

De modo a fortalecer o projeto de identificação dos processos e desenvolver soluções mais eficientes para organizar o trabalho e modernizar os instrumentos da área, faz-se necessário a manualização dos procedimentos da área de Gestão de Pessoas e, a identificação junto a outras instituições das melhores práticas que venham a contribuir para a modernização dos instrumentos já existentes.

3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O Instituto Chico Mendes passa atualmente pelo 4º estágio de gestão estratégica, que passamos a relembrar:

- No estágio inicial, entre 2007 e 2008, houve a construção do primeiro mapa estratégico e planejamento e implantação de estrutura organizacional e modelo de governança. Ocorreu a implantação do modelo de Gestão para Resultados e as atividades foram organizadas segundo processos de trabalho e que se agrupam em macroprocessos. Tais macroprocessos são coordenados pelas instâncias organizacionais das Coordenações-Gerais;
- O segundo estágio, de 2010 e 2011, foi marcado pela revisão do mapa estratégico e desenvolvimento de um conjunto de indicadores gerenciais. Ainda neste período foi construído o Sistema Integrado de Gestão Estratégico – SIGE para o monitoramento dos indicadores e das metas institucionais de todas as unidades organizacionais do Instituto. Houve ainda, a revisão do mapa para o período 2012-2013;
- Em 2013, marcando o terceiro estágio, foram revisados os objetivos estratégicos para o biênio 2013-2014, com definição de indicadores e metas, para possibilitar o monitoramento via SIGE. Também em 2013, deu-se continuidade ao mapeamento de processos;
- Em 2014, deu-se início ao estágio atual – o quarto. Tendo sido construído o mapa estratégico atualmente vigente 2015-2018 e, ainda em 2014, foram mapeados e modelados processos elencados como estratégicos pelo Instituto. Em 2015 deu-se início à reformulação do SIGE, que em 2016 foi suspensa, devido cenário de cortes orçamentários.

O ano de 2016 foi caracterizado por crises no cenário político, pela reforma administrativa dos órgãos de governo e pela crise econômica-fiscal. Neste contexto, o ICMBio teve que atuar no sentido de absorver os diversos fatores externos no seu processo de gestão e conseqüentemente readequar sua estrutura e o planejamento de ações ao novo cenário, buscando preservar os serviços essenciais prestados à sociedade e atividades prioritárias de conservação da biodiversidade.

Num cenário de aprimoramento, em 2017, a gestão estratégica do ICMBio foi desenvolvida tendo base em dois pilares: Painel Dinâmico de Informações e *Scaling Up*. Ressalta-se que, ambas as ações começaram a ser tratadas e formuladas em meados de 2016.

O Painel Dinâmico de Informações é uma ferramenta *Business Intelligence*, que veio possibilitar maior transparência para as atividades desenvolvidas pelo Instituto para a sociedade, e no âmbito gerencial permite acesso amplo aos dados institucionais, orientando as tomadas de decisões.

Cabe ressaltar que o Painel Dinâmico de Informações foi considerado, em carta encaminhada por 49 organizações e redes da sociedade civil ao Ministério do Meio Ambiente no âmbito das discussões da Parceria para Governo Aberto - OGP, como uma das políticas que "possuem bons instrumentos de prestação de contas e monitoramento que podem servir de base para a construção de um sistema aplicável às diferentes políticas ambientais". Ele é descrito como um instrumento que "fornece de forma simples, por meio de grupos temáticos e filtros inteligentes, diversos dados sobre as UC para a sociedade". O Painel pode ser acessado por meio do sítio na internet: <http://qv.icmbio.gov.br/>.

O *Scaling Up* trata-se de um programa que sistematiza um conjunto referencial de iniciativas que visa permitir ao Instituto agregar mais eficiência e economia aos seus procedimentos cotidianos, valendo-se especialmente, da construção de soluções que posicionem o agir institucional em escalas que alcancem maiores ganhos e resultados.

O objetivo de ganhar escala nas ações desenvolvidas por uma organização é um princípio fundamental na modernização de sua gestão. Desde a sua criação, o Instituto Chico Mendes, como instituição federal de referência para a conservação ambiental no país, vem desenvolvendo e implementando procedimentos técnicos e gerenciais inovadores para a gestão pública de áreas protegidas e para proteção da biodiversidade brasileira.

Alguns desses desenvolvimentos, por seu caráter inovador, são inicialmente pensados e implementados como casos singulares que, a partir do sucesso de sua implantação, são desdobrados em procedimentos orientadores para todo o conjunto de áreas e finalidades pelas quais a instituição responde.

O *Scaling Up* pode ser acessado por meio do sítio na internet: http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/planoestrategico5.1.pdf.

3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

O modelo institucional é orientado na Gestão Para Resultados e tem como metodologia de formulação e revisão, o BSC – *Balanced Scorecard*.

Em meio ao contexto descrito, buscou-se avançar no aprimoramento normativo estruturante do processo de planejamento estratégico, em especial na finalização de ato administrativo interno disciplinando a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio. Esse procedimento culminou em fevereiro de 2017, com a publicação da Portaria nº 61 de 20/02/2017, no Boletim de Serviço da instituição. A Portaria também traz as competências da Presidência, Comitê Gestor e demais áreas do órgão em relação à formulação, avaliação e revisão da estratégia.

3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

O Planejamento Estratégico Institucional foi desenvolvido logo após a criação do ICMBio, tendo sido elaborado, na sua primeira fase, as propostas de modelagem institucional e estrutura organizacional básica e propostos os modelos de governança e parcerias. Foi nesta fase que foram definidas a

primeira versão do mapa estratégico institucional, contendo as componentes do planejamento estratégico, bem como mapeados preliminarmente os processos que foram agrupados em macroprocessos, servindo como base para a revisão da estrutura regimental da autarquia que optou pelo modelo de gestão voltado aos resultados.

Em segunda fase do Planejamento Estratégico, houve aprofundamento da avaliação do mapa estratégico, servindo de base para a definição dos indicadores e metas institucionais, estas foram devidamente alinhadas num processo retroalimentação com o PPA e a LOA.

Tal prática permanece vigente e na tabela abaixo é apresentada, de forma sintética, a correlação entre planejamento estratégico, PPA e LOA.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PPA	LOA	
		Ações Orçamentárias	Planos Orçamentários
<p>Objetivo Estratégico</p> <p>Contribuir para a conservação das espécies, dos ecossistemas e da diversidade genética</p>	<p>Objetivo 1078 - Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável. Meta 0484 (para o ICMBio isso é INDICADOR): Reduzir o risco de extinção de 10% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de Espécies Ameaçadas de Extinção*</p> <p>Meta 0488 (para o ICMBio isso é INDICADOR): Ampliar de 500 mil para 2 milhões o número de registros de ocorrência de espécies visando à disponibilização de conhecimento sobre a biodiversidade para a sociedade</p> <p>Iniciativas:</p> <p>053U. Avaliação do estado de conservação e das vulnerabilidades das espécies da fauna e da flora brasileira ameaçada de extinção, elaboração e implementação dos planos de ação.</p> <p>053X. Publicação da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e instrumentos de gestão para espécies ameaçadas de extinção, incluindo o desenvolvimento de programas de conservação <i>ex situ</i> de espécies ameaçadas.</p> <p>0547. Desenvolvimento e implementação de programas para geração de conhecimento das espécies da biodiversidade</p> <p>0548. Desenvolvimento, implementação, atualização e integração de sistemas de informação sobre a biodiversidade brasileira: SISBio, Espécies, Portal da Biodiversidade, JABOT, SIBBr/MCTI</p> <p>0549. Fortalecimento e ampliação de programa de monitoramento da biodiversidade com ênfase em espécies ameaçadas ou de especial interesse.</p> <p>054B. Avaliação de impacto sobre espécies ameaçadas no âmbito do licenciamento ambiental.</p>	<p>20WN - Execução de Pesquisa e Conservação de Espécies e do Patrimônio Espeleológico</p>	<p>0001 - Fomento e Execução de Pesquisa, Monitoramento e Gestão do Conhecimento, Direcionados à Conservação da Biodiversidade e à Gestão de Unidades de Conservação - CGPEQ</p> <p>0002 - Conservação das Espécies Ameaçadas de Extinção e Migratórias - CGESP</p> <p>0003 - Conservação do Patrimônio Espeleológico Nacional - CGPEQ</p> <p>0004 - Avaliação de impactos sobre Unidades de conservação e espécies ameaçadas para efeito de autorizações e anuências no âmbito do Licenciamento Ambiental - COIMP</p>
<p>Ampliar o aproveitamento do potencial econômico dos ativos ambientais das Unidades de conservação</p>	<p>Objetivo 1065 - Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social produtiva.</p> <p>Iniciativas:</p> <p>0510. Promoção, de forma conjunta com as comunidades tradicionais, do ordenamento do uso dos recursos naturais em unidades de conservação federais.</p> <p>0518. Levantamento e adesão do programa Bolsa Verde pelo ICMBio de 7500 famílias em UC federais</p> <p>051B. Capacitação de beneficiários de territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em práticas de manejo florestal, organização</p>	<p>20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais</p>	<p>0002 - Identificação das famílias beneficiárias e promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e do manejo florestal comunitário sustentável nas unidades de conservação federais de uso sustentável com comunidades tradicionais - CGPT</p>

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PPA	LOA	
Objetivo Estratégico	Objetivos	Ações Orçamentárias	Planos Orçamentários
	social e produtiva e educação ambiental. 051G. Promoção de meios e condições para o funcionamento regular dos conselhos gestores das Unidades de conservação federais de Uso Sustentável com populações tradicionais 051H. Definição do perfil da família beneficiária nas unidades de conservação de uso sustentável federais que abrigam comunidades tradicionais		0004 - Consolidação da Gestão Socioambiental, através da promoção da Gestão Participativa, da Educação Ambiental e do apoio à Gestão de Conflitos Territoriais - CGSAM
Contribuir para a integração e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de conservação	<p>Objetivo 1070 - Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais</p> <p>Meta 04GR (para o ICMBio isso é INDICADOR): Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares em Unidades de conservação Federais (DISAT/CGTER)</p> <p>Meta 047W (para o ICMBio isso é INDICADOR): Ampliar de 155 para 215 Unidades de conservação Federais dotadas com planos de Manejo (DIMAN/CGCAP)</p> <p>Meta 047X (para o ICMBio isso é INDICADOR): Aumentar de 265 para 283 Unidades de conservação Federais com conselhos gestores criados (DISAT/CGSAM)</p> <p>Meta 047Y (para o ICMBio isso é INDICADOR): Aumentar de 6,7 milhões para 8,2 milhões o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais (DIMAN/CGEUP)</p> <p>Meta 047Z (para o ICMBio isso é INDICADOR): Reduzir em 30% a área atingida por incêndios florestais até 2019, nas unidades de conservação federais, com base na média de áreas atingidas por incêndio considerando os anos de estiagem, 2010, 2012 e 2014 (DIMAN/CGPRO)</p> <p>Iniciativas:</p> <p>0537. Implementação de projetos de educação ambiental estruturados em Unidades de conservação federais, por meio de processos formativos e elaboração de publicações, materiais áudio-visuais, didáticos e pedagógicos</p> <p>0538. Gestão junto a SPU, INCRA e órgãos estaduais de terra para efetivar a cessão das glebas públicas estaduais e federais sobrepostas as Unidades de conservação.</p> <p>05H9: Execução Efetiva dos recursos oriundos da Compensação ambiental por meio do aprimoramento dos procedimentos de contratação de bens e serviços e dos processos decisórios desde a etapa da destinação dos recursos</p> <p>0539: Fortalecimento do envolvimento dos povos e comunidades tradicionais na gestão territorial para conservação da biodiversidade por meio da qualificação e implementação dos instrumentos de gestão existentes</p> <p>053A: Incremento e aprimoramento de estruturas, delegação de serviços e publicação de instrumentos legais de ordenamento da visitação em Unidades de conservação Federais</p> <p>053B: Aprimoramento dos mecanismos de registro e estatística do número de visitantes nas Unidades de Conservação Federais</p> <p>053C: Realização de ações de fiscalização e controle em todas as Unidades de Conservação Federais.</p> <p>053D: Levantamento, análise e apoio à gestão de conflitos relacionados às interfaces territoriais com vistas à consolidação das Unidades de Conservação Federais</p> <p>053E: Elaboração de diretrizes, instrumentos e metodologias para a gestão socioambiental nas UC federais</p> <p>053F: Fortalecimento e ampliação da implementação do programa de monitoramento da biodiversidade nas unidades de conservação Federais</p>	<p>20WM - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de conservação Federais</p>	<p>0001 - Promoção da visitação pública e instrumentalização dos serviços ambientais e do comércio de produtos florestais ofertados pelas unidades de conservação federais - CGEUP</p> <p>0002 - Identificação das famílias beneficiárias e promoção das cadeias de produtos da sociobiodiversidade e do manejo florestal comunitário sustentável nas unidades de conservação federais de uso sustentável com comunidades tradicionais - CGPT</p> <p>0003 - Apoio à Criação, Gestão e Implementação das Unidades de Conservação Federais - CGCAP</p>
	<p>Envolver a sociedade na gestão das Unidades de conservação e na conservação da biodiversidade</p>		<p>214P - Fiscalização Ambiental e Proteção em Unidades de conservação Federais</p>

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	PPA	LOA	
Objetivo Estratégico	Objetivos	Ações Orçamentárias	Planos Orçamentários
	<p>053G: Elaboração e implementação de Planos de Pesquisa voltados à conservação e manejo da biodiversidade e à gestão das unidades de conservação federais</p> <p>053K: Promoção dos meios e condições para o funcionamento regular dos conselhos gestores das unidades de conservação federais.</p> <p>053L: Definição do perfil da família beneficiária nas unidades de conservação de uso sustentável federais que abrigam comunidades tradicionais.</p> <p>053M: Avaliação de impactos sobre unidades de conservação para efeito de autorizações e anuências no âmbito do licenciamento ambiental.</p> <p>05HN: Fortalecimento dos mecanismos técnicos e jurídicos para compensação de reserva legal em unidades de conservação federais.</p> <p>0632: Apoio à estruturação das atividades turísticas nas unidades de conservação.</p>		

3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica

A atual gestão do ICMBio revisou dos indicadores, conforme a expectativa explicitada no Relatório do exercício de 2016, e decidiu pela manutenção dos mesmos, por considerar que eles são suficientes para a avaliação da estratégia institucional.

A retomada da discussão deverá ocorrer no âmbito do novo Planejamento Estratégico para o período de 2019/2022. Ademais, para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos, foi construído o *Scaling Up*, conforme mencionado anteriormente.

3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

O atual planejamento estratégico tem vigência 2015-2018, assim não foram realizadas revisões no durante o ano de 2017, e como reforço foi publicada a Portaria nº 61 de 20/02/2017 disciplinando a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico no ICMBio.

Conforme explicado no item 3.3.1, em 2017, o planejamento estratégico esteve voltado à orientação e implementação das iniciativas estabelecidas pelo *Scaling Up*. Tais iniciativas compartilham de um caráter gerencial transformador e de uma busca por alavancar ganhos e economias em escala, inovando processos, padronizando procedimentos, integrando e articulando o agir institucional em níveis mais agregados de ação.

3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores)

Historicamente, há grande e relevante envolvimento da alta direção do ICMBio na construção das estratégias institucionais.

Em se tratando do exercício de 2017, cabe destacar o protagonismo dos Diretores e Presidente tanto na construção do *Scaling Up*, como para o acompanhamento e execução das iniciativas. O *Scaling Up* foi lançado pelo Presidente do ICMBio na Semana do Meio Ambiente de 2017, quando também foi aberta a consulta, via formulário virtual, para a colaboração de todos os servidores do Instituto.

Após a consulta, durante dez dias, entre agosto e setembro, foram realizadas as Oficinas para desdobramento das 20 Iniciativas em planos de ações. As Oficinas foram planejadas e facilitadas pelos membros do Comitê Assessor de Apoio ao Planejamento e Gestão Estratégica e da Divisão de Gestão Estratégica e Modernização, e contou com a colaboração de mais de 100 (cem) servidores nessa etapa. Cada Oficina abordou uma iniciativa e contou com a participação das equipes diretamente envolvidas na sua execução.

3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico.

Como já relatado, o ICMBio é um órgão com altíssima capilaridade, contando com mais de 340 unidades organizacionais descentralizadas distribuídas por todos os estados e no Distrito Federal, em pelo menos 200 municípios. Por conta disto, o alinhamento e acompanhamento do processo de gestão e monitoramento dos resultados por unidade organizacional se baseia na própria estrutura do órgão. Assim, as unidades de conservação são monitoradas pelas Coordenações Regionais de sua vinculação e, os processos de trabalho em todas elas são monitoradas pelas Coordenações-Gerais; as UAAF e ACADEBio são acompanhadas diretamente pela DIPLAN; os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação são monitorados pela DIBIO, e pela DISAT no caso do CNPT. As Coordenações Regionais são diretamente acompanhadas pela Presidência do Instituto.

Assim, as informações dos resultados globais estabelecidos pela instância estratégica (por meio de indicadores e metas), são obtidos pela área de planejamento e gestão estratégica diretamente junto às Coordenações-Gerais e Diretorias.

Destaca-se que a referência de planejamento das unidades de conservação é o Plano de Manejo, e complementarmente, as instâncias de coordenação do Instituto incentivam e buscam apoiar a construção de planejamentos estratégicos e operacionais pelas próprias equipes das unidades.

O Sistema Integrado de Gestão Estratégica – SIGE, que foi implantado em 2012, deixou de ser utilizado a partir de 2015, em função da necessidade de adequações na sua plataforma tecnológica e para evolução de funcionalidades. Desta forma, permanece a necessidade de um sistema informatizado que propicie aprimoramento do monitoramento.

3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas.

- A reforma administrativa e respectiva redução de cargos, que se consolidou por meio do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, impactou na extinção da estrutura da Coordenação de Planejamento do Instituto. Assim, tais atribuições foram absorvidas por uma Divisão (DAS 101.2) sob coordenação direta do Gabinete da Presidência.

- A carência de servidores especializados em gestão estratégica e que conheçam a fundo a temática e funcionamento do órgão permanece como uma dificuldade. Neste sentido, ao longo dos últimos anos, o ICMBio tem realizado cursos de formação para capacitar técnicos de seu quadro no tema e que se encontram distribuídos em todo o país. Esse curso, trata-se de um Ciclo de Capacitação em Gestão para Resultados, que por restrições orçamentárias não foi realizado em 2017.

- Foi constituído, por meio da Portaria ICMBio nº 263, de 18 de abril de 2017, o Comitê Assessor de Apoio ao Planejamento e Gestão Estratégica institucional, formado por nove servidores, que foram capacitados em Ciclos de Gestão para Resultados, como medida de fortalecimento das ações da área. O Comitê foi essencial durante o processo de construção do *Scaling Up*, tanto para as formulações junto aos Diretores, como para a estruturação dos Planos de Ação referentes a cada iniciativa.

- Em 2018 (entre abril e novembro) será realizado mais um Ciclo de Capacitação em Gestão para Resultados, para a formação de 25 servidores.

3.4- Gestão das multas aplicadas em decorrência da atividade de fiscalização

A gestão das multas aplicadas a partir de autos de infração ambientais aplicados pelo ICMBio ocorre precipuamente na Coordenação de Arrecadação - COARR. No entanto, o processo de um auto de infração é bastante descentralizado no âmbito do Instituto e permeia diversas unidades organizacionais. Resumidamente, o auto de infração inicia-se na Unidade de Conservação aonde ocorre a infração ambiental. O auto é julgado na respectiva Coordenação Regional, que também intima o autuado do resultado do julgamento. Nos prazos e regras estabelecidos na legislação pertinente (Decreto nº 6.514/2008 e IN ICMBio nº 06/2009), o autuado pode interpor recurso administrativo, que será decidido pelo Presidente do ICMBio. Caso o autuado não se manifeste pelo pagamento ou parcelamento da multa, o crédito em favor do ICMBio constitui-se definitivamente, e o processo é encaminhado para a COARR para as providências cabíveis.

Em regra, quando um crédito decorrente de auto de infração ambiental é definitivamente constituído, a COARR toma as medidas relativas à cobrança, como inscrição do CPF/CNPJ do devedor no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN e envio do crédito para inscrição na dívida ativa da União. Este último passo encontra-se bastante modernizado e ágil com o advento do módulo dívida do sistema SAPIENS (sistema da AGU) e com a criação da Equipe Nacional de Cobrança – ENAC/AGU, constituída por uma equipe de procuradores federais que realizam a análise e inscrição dos créditos do ICMBio na dívida ativa.

Medidas adotadas visando à melhoria da Gestão das Multas Aplicadas

A Coordenação de Arrecadação tem buscado padronizar os procedimentos relativos à cobrança dos autos de infração, elaborando manuais internos e rotinas de trabalho específicas. Recentemente foi assinado o Contrato nº 015/2018 junto ao FUNBIO para contratação de um consultor em tecnologia para aprimorar o Sistema de Arrecadação – SARR, que necessita de diversos ajustes e melhorias. O sistema é de fundamental importância para a gestão das multas aplicadas, pois por meio dele são gerenciados os parcelamentos das multas, são geradas as Guias de Recolhimento da União (GRU) para cobrança, de modo que é possível consolidar um banco de dados com os autos de infração que chegam à Coordenação de Arrecadação para a cobrança. A importância dos ajustes e melhorias que estão sendo realizados visa tornar o sistema o mais automatizado possível, evitando erros humanos e a inserção de informações não acuradas no sistema. Há também a possibilidade de descentralização do sistema para as Coordenações Regionais e Unidades de Conservação do ICMBio, o que significaria uma gestão “em tempo real” das multas de maneira mais ágil, descentralizada e com repartição de responsabilidades.

Segundo relatório do sistema SAPIENS, a ENAC, em 2017, inscreveu na dívida ativa da União 2.189 créditos decorrentes de multas ambientais do ICMBio, o que demonstra uma alta inadimplência dos devedores, mas por outro lado revela a eficiência do envio de créditos pela COARR à ENAC, que desde o advento do módulo dívida do SAPIENS (maio/2016) enviou para análise e inscrição 3.222 créditos. Ainda segundo o relatório do SAPIENS, o valor dos créditos devidos ao ICMBio inscritos na dívida ativa totalizou R\$ 335.047.976,55. Pela falta de relatórios sistematizados, o número de inscrições no CADIN realizadas pela COARR pode ser estimado em cerca de 2.000 inscrições.

Cumprе salientar que não existem na Coordenação de Arrecadação, créditos passíveis de inscrição em dívida ativa, dessa forma, não há que se falar em risco de prescrição das multas ambientais sob gestão da COARR.

De acordo com dados apresentados pela Coordenação-Geral de Proteção do ICMBio, o valor estimado total lavrado de multas decorrentes de danos causados ao meio ambiente em 2017 foi de R\$ 369.029.207,00 (somatório de multas simples e multas diárias até o presente momento). Por outro lado, o montante arrecadado em 2017 com as multas ambientais foi de R\$ 3.897.356,64.

Por fim, importante destacar que o montante arrecadado em 2017 não tem necessariamente relação direta com as multas lavradas no exercício, já que normalmente boa parte da arrecadação se faz em vista de multas lavradas em exercícios anteriores. Estão inclusos nestes pagamentos aqueles realizados à vista no âmbito do ICMBio, assim como os pagamentos referentes aos 187 parcelamentos de multa vigentes e geridas pela COARR.

Quantitativo de processos no âmbito da segunda instância

No intuito de evitar a ocorrência da prescrição intercorrente, adotando esse cenário como mais negativo, haja vista que a prescrição quinquenal ocorre em lapso temporal superior e estaria em tese afastada nessa instância, é realizada uma análise prévia do prazo prescricional para definição dos processos a serem analisados em cada período.

Tal medida ainda apresenta eficácia, considerando que não há registro de prescrição de processos de auto de infração em tramitação na segunda instância. Contudo, no ano de 2017 foi reconhecida pela autoridade julgadora de segunda instância a prescrição de 01 processo de auto de infração ocorrida durante a tramitação do mesmo na primeira instância de julgamento.

Ainda em relação ao ano de 2017 um novo dado passou a ser considerado, qual seja, o número de processos de auto de infração que tiveram julgamento de primeira instância revogado, registra-se 07 ocorrências em 2017.

Na tabela, a seguir, são demonstrados os seguintes dados relacionados aos indicadores restritos aos julgamentos realizados no âmbito de segunda instância, relativos ao período de 2013/2017: quantidade de processos de auto de infração encaminhados para análise de segunda instância recebidos, totalização dos autos de infração julgados, confirmados e cancelados, revogação de julgamento de primeira instância, e prescrição.

Tabela - Multas Aplicadas (Julgamentos em 2ª Instância)

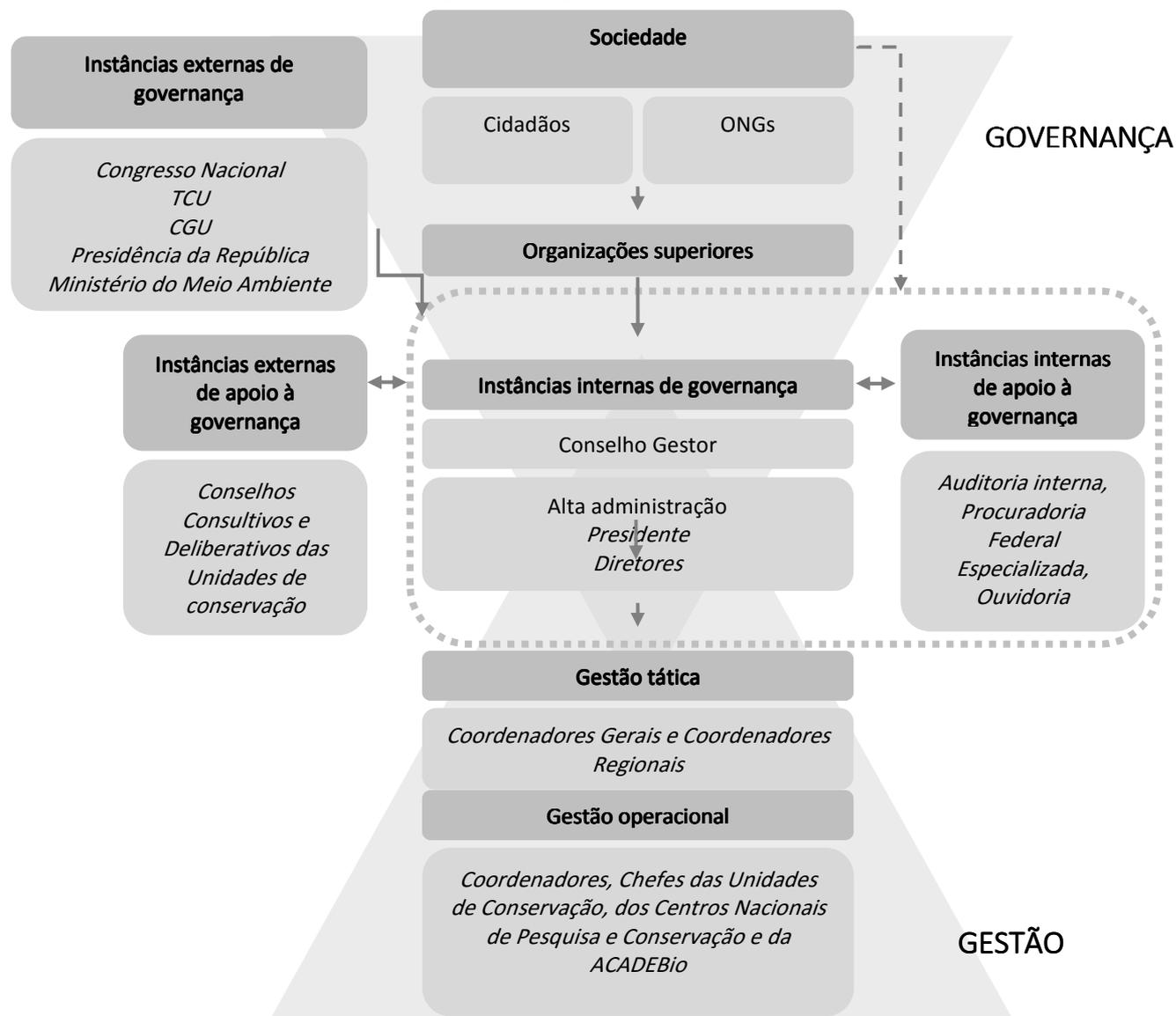
DADOS QUALITATIVOS DO JULGAMENTO DE SEGUNDA INSTÂNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO LAVRADO PELO ICMBio							
Exercício	QUANTIDADE DE PROCESSOS RECEBIDOS	QUANTIDADE DE PROCESSOS ANALISADOS	JULGAMENTO CONCLUÍDO	CONFIRMAÇÃO DA AUTUAÇÃO	CANCELAMENTO DE AUTUAÇÃO	REVOGAÇÃO DO JULGAMENTO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA	PRESCRIÇÕES
2013	Não verificado	Não verificado	24	23	1	Não verificado	0
2014	Não verificado	Não verificado	128	123	5	Não verificado	0
2015	353	281	210	204	6	Não verificado	0
2016	369	168	90	83	7	Não verificado	0
2017	333	171	95	80	7	7	1
Total	1055	620	547	513	26	7	1

Observa-se a preponderância de um equilíbrio entre os autos de infração julgados e confirmados nos exercícios demonstrados. Nota-se ainda que nos primeiros anos o julgamento de autos de infração vinha em escala crescente, contudo nos anos de 2016 e 2017 há um declínio na quantidade de processos analisados e julgados.

Conclusivamente, há um declínio na quantidade de processos de auto de infração analisados em segundas instância e conseqüente julgados, entretanto a quantidade média de processos recebidos vem se mantendo, esse declínio está diretamente relacionado ao menor quantitativo de servidores envolvidos na atividade.

4- Governança, gestão de riscos e controles internos

4.1- Descrição das Estruturas de governança



Legenda (segundo o [Referencial Básico de Governança do TCU](#))

Instâncias externas de governança	Instâncias externas de apoio à governança	Instâncias internas de governança	Instâncias internas de apoio à governança
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

estando vinculadas a apenas uma organização.

políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.

4.2- Gestão de riscos e controles internos

4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos

A gestão do ICMBio preza pelo monitoramento constante do seu desempenho e do alcance dos objetivos organizacionais estabelecidos. Como parte dessa prática, o Instituto conta com o Comitê Gestor, composto pelo Presidente, pelos Diretores, pelo Auditor Interno, pelo Procurador Federal Especializado e, por vezes, estendido à participação dos coordenadores das Coordenações Regionais. Na referida instância, as ações, as diretrizes e os planos específicos das áreas finalísticas, bem como as metodologias administrativas da área meio, são rotineiramente discutidos para manter o aperfeiçoamento da gestão, a maximização dos resultados e a prevenção de eventos que possam impactar o Instituto.

Nesse mesmo sentido, em atendimento ao estabelecido na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 01, de 10 de maio de 2016, e no intuito de contribuir com o alcance dos objetivos estratégicos e de proporcionar maior qualidade, confiabilidade e agilidade das informações que dão suporte à decisão, o Instituto vem trabalhando para publicar instrumento que institucionalize uma Política de Gestão de Riscos, a qual irá identificar e analisar, por meio de uma matriz, os riscos inerentes aos processos institucionais e que podem impactar negativamente na consecução dos objetivos do ICMBio. Por meio dessa política, os riscos poderão ser tratados para que sejam mantidos a níveis aceitáveis previamente estabelecidos e aumentar a eficácia dos controles internos.

No entanto, enquanto não possui desenhada a sua matriz de riscos, o Instituto vem sempre em busca de soluções ágeis e providências tempestivas, com edições de normativos internos e proposições de legislações, no intuito de minimizar, a níveis aceitáveis, a exposição a tais riscos.

Cabe esclarecer que a notória capilaridade institucional e a deficiente quantidade de servidores frente ao universo de atividades demandadas pelo Instituto são desafios para o estabelecimento de um ambiente de controle ideal, o que reforça a constante necessidade de revisão e aperfeiçoamento dos controles. Diante desse cenário, a instituição procura orientar sua força de trabalho para que a consecução de suas atividades seja pautada nos princípios e na adequação dos controles internos.

As revisões e o aperfeiçoamento dos controles são práticas que contribuem para a formação de um ambiente institucional favorável à absorção efetiva dos instrumentos de controle, na medida em que as pessoas da organização entendem e têm consciência que uma postura proativa diante de suas responsabilidades, seus limites de atuação e suas competências perante as situações contribui para a formação de um ambiente que considera os riscos e seus mecanismos de controle.

4.2.2- Avaliação dos controles internos pelo chefe da Auditoria Interna

No exercício de 2017, a unidade de Auditoria Interna envidou seus esforços no sentido de contribuir na concepção de uma futura Política de Gestão de Riscos, a qual possibilitará a melhoria dos controles internos institucionais. Além disso, a referida unidade continuou a acompanhar os atos e fatos da gestão do Instituto, ainda que não da forma ideal, visto a peculiaridade, já reiteradamente informada,

sobre a inexistência de setores primordiais e específicos para tratar dos assuntos de Corregedoria, Ouvidoria e Sistema de Informação ao Cidadão – SIC, que recaem atualmente sobre a Auditoria Interna.

Importante se faz mencionar que a criação das mencionadas unidades específicas foge à governança institucional, visto que este ICMBio realiza constantes tratativas, junto aos órgãos competentes, para a criação dessas instâncias, sem, no entanto, lograr êxito.

Nesse ensejo, exaltamos novamente a prestimosa colaboração direta da equipe de auditores do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU no planejamento e na execução das auditorias que avaliam e monitoram a gestão do ICMBio.

Apesar de a Auditoria Interna não ter conseguido, no exercício de 2017, dedicar-se exclusivamente às atividades de avaliação da adequação, eficiência e eficácia dos controles internos, bem como às de acompanhar de forma amíúde o atendimento, pelas áreas do Instituto, das metas, leis, normas e dos planos e regulamentos, é aspiração dessa unidade direcionar seus esforços no sentido de poder realizá-las com mais afinco.

Em que pese os entraves descritos, a Auditoria Interna, em conjunto com a alta administração do ICMBio vêm conseguindo executar uma gestão que prima pela qualidade, confiabilidade e agilidade das informações que dão suporte à decisão. Os monitoramentos constantes, exercidos por meio de reuniões sistemáticas do Comitê Gestor do Instituto, favorecem discussões e correções de rotas quanto às ações, diretrizes e aos planos específicos das áreas finalísticas e administrativas, na busca constante da maximização dos resultados.

Por fim, considerando os desafios deste ICMBio, principalmente aqueles concernentes à sua área geográfica de atuação, com diversas unidades de conservação situadas em pontos remotos do país, e ao seu contingente insuficiente de servidores para atender as diversas demandas do Instituto, somos de opinião que os controles internos da instituição são satisfatoriamente confiáveis, em que pese suas necessidades sempre prementes de melhorias, dentre elas, tecnológicas e de adequação do quantitativo de pessoal.

5- Áreas especiais da gestão

5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

Abaixo, segue quadro com informações referentes aos aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis.

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis	Avaliação	
	SIM	NÃO
1 Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	X	
2 Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	X	
3 As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4 A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	X	
5 A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	X	
6 O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7 O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
8 Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X

Considerações gerais

Por força do Termo de Compromisso nº 11/2012, os itens recolhidos na coleta seletiva são destinados para a Cooperativa de Reciclagem Ambiental Construir. Ademais, registre-se que o ICMBio implantou em 2017, no âmbito da sua Sede, o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos.

6- Relacionamento com a sociedade

6.1- Canais de acesso do cidadão

No âmbito do ICMBio, os principais canais de relacionamento com a sociedade são a Ouvidoria e o Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC), ambos inseridos dentre as atividades da Auditoria Interna.

Ao longo dos últimos anos, percebe-se a crescente interação da sociedade com o Instituto, demonstrada por meio dos resultados anuais de manifestações e solicitações apresentadas na Ouvidoria e no e-SIC, respectivamente.

A maior participação dos cidadãos nos assuntos competentes ao ICMBio vem possibilitando que o exercício da cidadania, por meio do controle social, contribua para a melhoria dos resultados do Instituto e para o seu reconhecimento pela sociedade.

Ouvidoria

No exercício de 2017, foram recebidas no Instituto, por meio eletrônico, 1.223 manifestações referentes a assuntos de Ouvidoria (23% a menos se comparado ao exercício de 2016 que apresentou 1.584 manifestações).

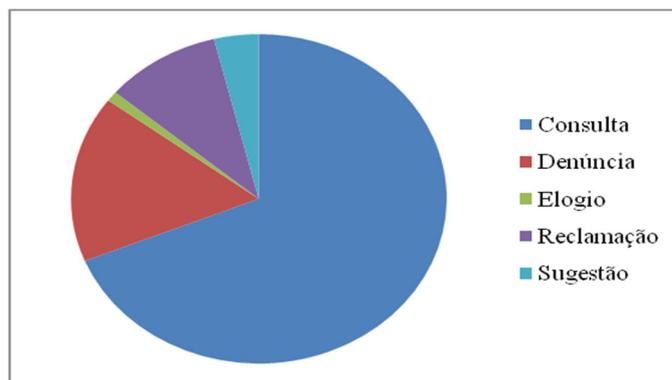
Em que pese a diminuição do quantitativo de manifestações recebidas em 2017, o total de 905 foram atendidas (74%), o que demonstra um ganho em relação ao exercício anterior, que teve 64% do total das manifestações atendidas. As 318 manifestações restantes (26%) encontravam-se em atendimento no dia 31/12/2017, conforme demonstra o quadro a seguir:

Tabela - Informações sobre o atendimento das manifestações da Ouvidoria do ICMBio em 2017.

Informações sobre o atendimento (2017)				
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações (A)	Concluídas (B)	Pendentes	Resultado (B/A)
Consulta	842	630	212	75%
Denúncia	200	159	41	80%
Elogio	12	12	0	100%
Reclamação	122	78	44	64%
Sugestão	47	26	21	55%
Total geral	1.223	905	318	74%

Fonte: Ouvidoria ICMBio. Dados extraídos em 28/01/2018.

Gráfico - Visão geral das manifestações da Ouvidoria do ICMBio em 2017.



Fonte: Ouvidoria ICMBio. Dados extraídos em 28/01/2018.

Importante se faz mencionar que o Instituto tem a intenção de, a partir do exercício de 2018, iniciar a operação de sua Ouvidoria por meio do Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-OUV), plataforma que facilita o controle e o gerenciamento das manifestações recebidas, bem como possibilita a melhor aferição do grau de satisfação dos cidadãos com a Ouvidoria do ICMBio.

Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

No que se refere ao Sistema e-SIC, o Instituto recebeu, em 2017, 364 pedidos de informações (22,2% a mais se comparado com 2016 que apresentou 283 solicitações), os quais foram plenamente atendidos, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Tabela - Informações sobre o atendimento dos pedidos de informação do e-SIC do ICMBio em 2017.

Informações sobre o atendimento SIC (2017)		
Pedidos recebidos*	Pedidos atendidos	Pedidos encaminhados a outros órgãos
364	346	18

Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 26/01/2018.

6.2- Carta de serviços ao cidadão

A Carta de Serviços aos Usuários foi publicada em 11 de outubro de 2017, tendo por objetivo facilitar e ampliar o acesso do cidadão aos serviços oferecidos, de forma a melhorar o controle social e a qualidade do atendimento do Instituto Chico Mendes. O documento está disponível em http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/edital/carta_de_servicos_icmbio_2017.pdf.

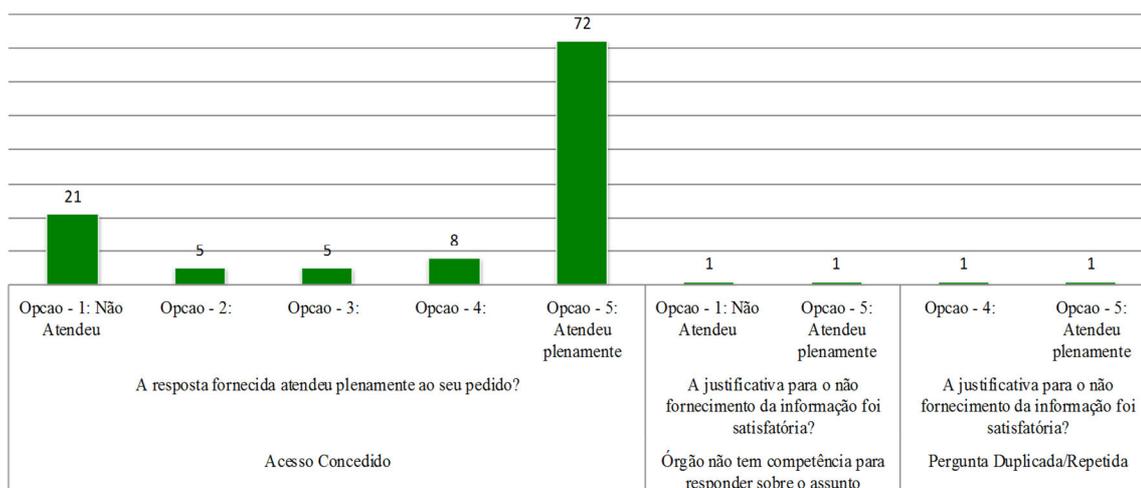
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Com a edição do Decreto nº 9.094, de 17 de julho de 2017, o ICMBio vem envidando esforços para iniciar o cumprimento do estabelecido no art. 20 do mencionado dispositivo.

Cabe mencionar que são franqueados canais como a Ouvidoria, o Fale Conosco, a Auditoria e o e-SIC para que os cidadãos possam expressar o grau de satisfação com o atendimento institucional. O e-SIC possibilita a aferição do grau de satisfação pelos usuários, cujos resultados da avaliação realizada pelos cidadãos foram os seguintes:

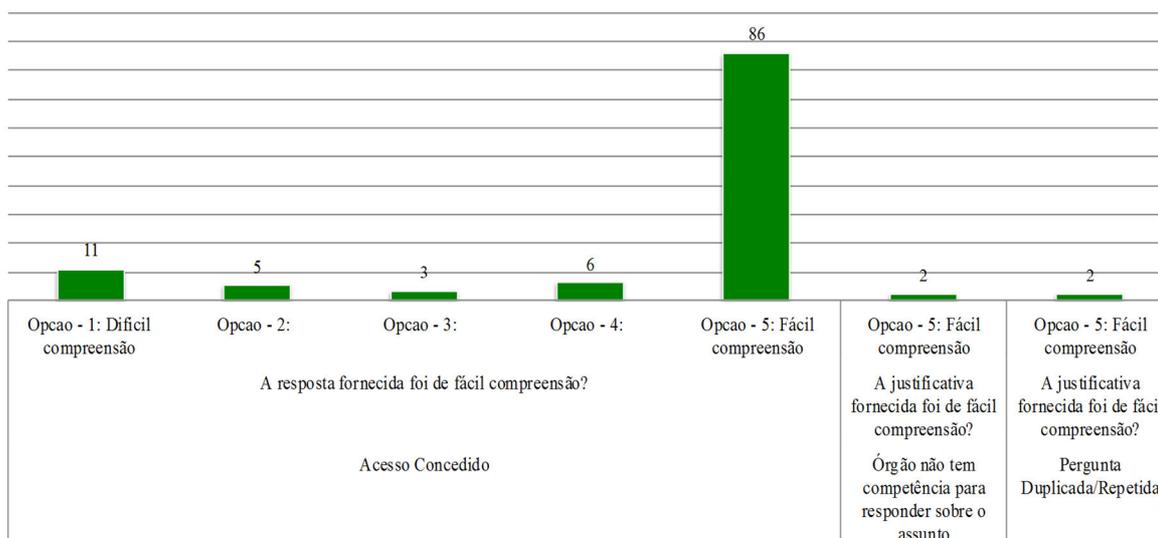
- Dos 364 (trezentos e sessenta e quatro) pedidos de informações atendidos pelo órgão, 115 (cento e quinze) foram avaliados. Os gráficos a seguir demonstram, respectivamente, as avaliações quanto ao grau de satisfação do atendimento do pedido e ao de compreensão da resposta fornecida pelo Instituto.

Gráfico - Avaliação do grau de satisfação do atendimento do pedido de informação.



Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 07/02/2018.

Gráfico - Avaliação do grau de satisfação quanto à compreensão da resposta fornecida pelo Instituto.



Fonte: e-SIC. Dados extraídos em 07/02/2018.

6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

Acesso às informações do ICMBio		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Mapa%20Estrategico%202015_2018%20versao%20FINAL%20Internet.pdf	Quadrienal
Planejamento estratégico	http://www.icmbio.gov.br/portal/gestaoestrategica	Anual
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html - Relatório de Gestão Interno	Anual
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	http://qv.icmbio.gov.br/	Mensal/Anual
Balanco financeiro	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BF-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Financeiro%202017.pdf	Anual
Balanco orçamentário	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BO-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Orçamentario%202017.pdf	Anual
Balanco patrimonial	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BP-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Patrimonial%202017.pdf	Anual
Demonstrações dos fluxos de caixa	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-DFC-Anual-Orgao44207%20-%20Demonstracoes%20dos%20Fluxos%20de%20Caixa%202017.pdf	Anual
Demonstrações das variações patrimoniais	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-DVP-Anual-Orgao44207%20-%20Demonstracoes%20das%20Variacoes%20Patrimoniais%202017.pdf	Anual
Notas explicativas	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Notas%20Explicativas%20-%20ICMBio%202017.pdf	Anual
Declaração do Contador	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Contador.pdf	Anual
Declaração sobre a conformidade contábil	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Declaracao%20sobre%20a%20conformidade%20contabil%20dos%20atos%20e%20fatos%20da%20gestao%20orçamentaria.pdf	Anual
Relatórios de gestão	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html	Anual

Relatórios de auditoria de gestão	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/auditorias/processos-de-contas-anuais.html	Anual
Parecer da Auditoria	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Parecer de Auditoria.pdf	Anual
Relatório das Atividades Correcionais	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Relatorio%20das%20Atividades%20Correcionais.pdf	Anual
Estrutura organizacional	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D8974.htm	Quando há alteração
Organograma	http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-somos/Organograma%20Estrutura%20ICMBio%20-%20atualizadoFEV2015.pdf	Quando há alteração
Declaração SISAC	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/DECLARACAO%20CGGP%20(1).pdf	Anual
Declaração IR	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/DECLARACAO%20CGGP%20(2).pdf	Anual
Declaração SIOP	http://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Declaracao%20SIOP.pdf	Anual
Regimento Interno	Em elaboração.	

7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

7.1- Desempenho financeiro do exercício

Principais Receitas

Na tabela a seguir, são listadas as principais receitas realizadas nos exercícios de 2016 e 2017, conforme registros constantes do SIAFI, bem como dos valores previstos para 2018, de acordo com a Lei Orçamentária – LOA nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018.

Os valores relativos aos repasses do Tesouro Nacional são apresentados de forma agrupada na linha “H” da mesma Tabela.

Tabela - Principais Receitas Realizadas nos Exercícios 2016 e 2017 e Previstas para 2018

Receitas	Descrição	Receitas Realizadas		Receitas Previstas (LOA)
		2016	2017	2018
A	Visitação Parques Nacionais e Licenciamentos Ambientais	145.635	⁽¹⁾ 83.855	66.100
B	Concessões (Cessão de Uso)	12.038	13.826	13.225
C	Arrendamentos e Aluguéis	2.653	7.856	7.200
D	Taxas e Multas pelo Exercício Poder de Polícia	-	3.227	-
E	Transferências do Exterior	-	-	4.000
F	Compensação Ambiental - depósito Caixa Econômica Federal (Valor integrante da Exploração de Recursos Naturais)	-	⁽²⁾ 337.618	-
G	Outras Receitas	10.477	4.113	4.200
Totais Receitas Arrecadadas pelo ICMBio		170.803	450.495	94.725
H	Repasso Tesouro Nacional	463.402	⁽³⁾ 484.085	613.688
Realização Total		634.205	934.580	708.413
I	Reserva de Contingência	-	(198.421)	-
Realização Total Ajustada		634.205	⁽⁴⁾ 736.159	708.413

Fonte: SIAFI

Com relação aos valores das receitas demonstradas na Tabela precedente, cabe observar os seguintes esclarecimentos:

⁽¹⁾ O decréscimo observado no exercício de 2017 em “Visitação Parques Nacionais e Licenciamentos Ambientais” deve-se ao pico dessas receitas em 2016, decorrentes dos licenciamentos concedidos pelas Florestas Nacionais de Saracá-Taquera, de **R\$ 73.352 mil** no mês de julho/2016, e de Tapirapé-Aquiri, no valor de **R\$ 8.268 mil** no mês de dezembro/2016.

⁽²⁾ Valor correspondente aos depósitos realizados pela Caixa Econômica Federal, oriundos de recursos da compensação ambiental mantidos em contas escriturais até 2016, os quais foram incorporados ao Orçamento Geral da União em 2017, dando cumprimento aos Acórdãos do Tribunal de Contas da União nºs 1.853/2003, 1.004/2016 e 1.772/2016.

Esclarecimentos a respeito constam do título específico deste relatório intitulado “Compensação Ambiental”, integrante deste “Item 7 – Desempenho Financeiro e Informações Contábeis”.

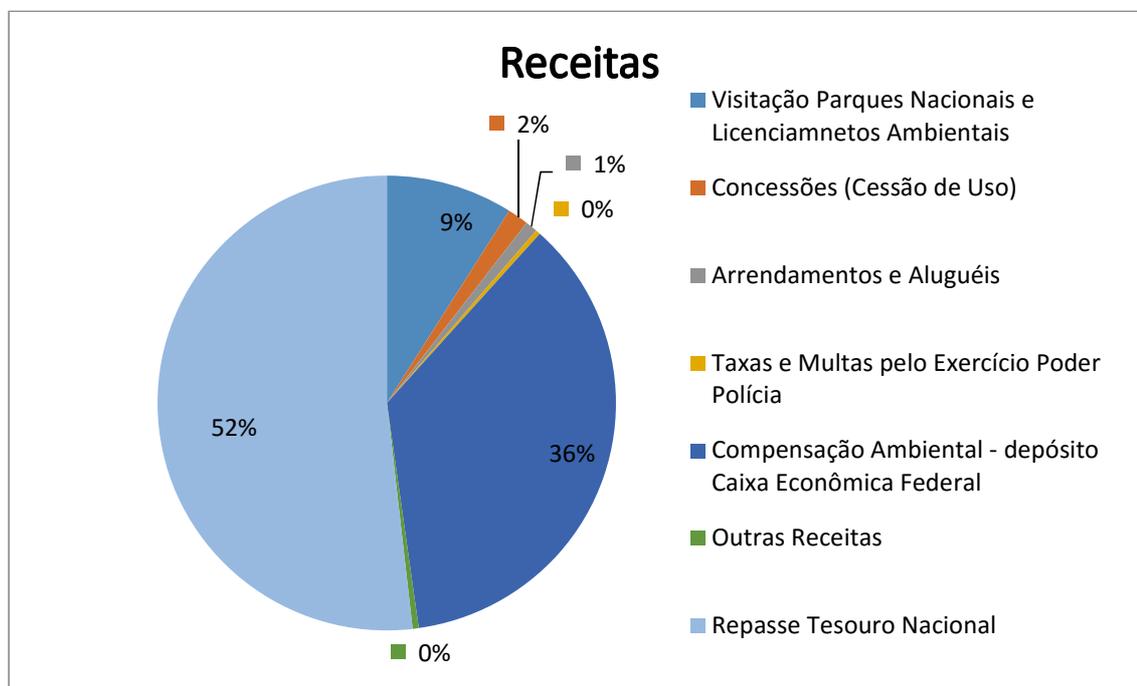
⁽³⁾ Saldo decorrente do valor **R\$ 510.579 mil** (repasso do Tesouro Nacional conforme Balanço Financeiro) ajustado mediante exclusão do valor de **R\$ 21.465 mil** (fonte 0107), que é parte integrante dos **R\$ 337.618 mil** depositados pela CEF, e dos valores relativos às fontes do Tesouro Nacional 0129 e 0174, respectivamente, de **R\$ 2.800 mil** e **R\$ 2.229 mil**.

Resumindo (**R\$ 510.579 mil – R\$ 21.465 mil – R\$ 2.800 mil – R\$ 2.229 mil = R\$ 484.085 mil**).

Saliente-se que tais ajustes são atribuídos ao fato de que as mencionadas fontes já são parte integrante da **totalização das receitas arrecadadas pelo ICMBio**, no valor **R\$ 450.495 mil**.

⁽⁴⁾ Realização Total Ajustada mediante exclusão do valor da Reserva de Contingência constituída sobre o valor de **R\$ 337.618 mil**, depositado pela CEF, uma vez que tal reserva não é passível de execução, ou seja, a alocação de dotação nessa rubrica em 2017 ocorreu somente para equilíbrio contábil (despesa x receita).

Gráfico – Principais Receitas Realizadas no exercício de 2017, considerando o depósito realizado pela CEF no valor de R\$ 337.618 mil.



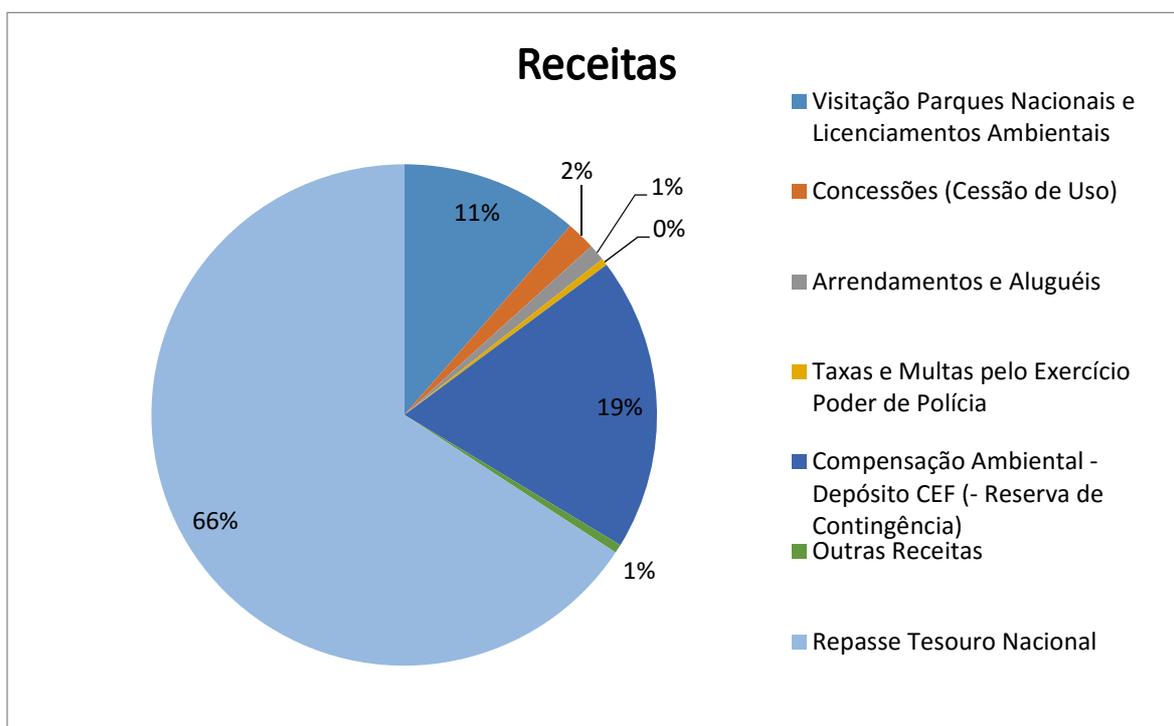
Ressalte-se que 52% das receitas totais realizadas no exercício de 2017 referem-se aos valores repassados pelo Tesouro Nacional. Destacam-se, ainda, as receitas oriundas dos depósitos efetuados pela Caixa Econômica Federal – CEF, decorrentes dos recursos da compensação ambiental, as quais

representam 36% das receitas totais realizadas em 2017, uma vez não considerada a dedução do valor correspondente à Reserva de Contingência constituída no exercício pelo valor de **R\$ 198.421 mil**.

As arrecadações decorrentes das visitas junto aos Parques Nacionais e dos licenciamentos ambientais concedidos contribuíram com 9%.

Com o objetivo de demonstrar os valores passíveis de execução, no gráfico, a seguir, são demonstradas as receitas decorrentes dos depósitos realizados pela CEF no valor total de **R\$ 337.618mil**, mediante exclusão do valor da Reserva de Contingência de **R\$ 198.421 mil**.

Gráfico – Principais Receitas Realizadas no exercício de 2017, considerando o depósito realizado pela CEF no total de R\$ 337.618mil, ajustado mediante exclusão da Reserva de Contingência no valor de R\$ 198.421mil.



Considerando a exclusão do valor da Reserva de Contingência, objeto do ajuste constante da **“Tabela - Principais Receitas Realizadas nos exercícios 2016 e 2017 e Previstas para 2018”** precedente, observa-se maior participação dos recursos repassados pelo Tesouro Nacional, chegando a 66% das receitas totais no exercício de 2017, e redução da participação das receitas oriundas da Compensação Ambiental, as quais contribuíram com 19%.

No sentido inverso, constata-se elevação para 11% do percentual de participação decorrente das visitas junto aos Parques Nacionais e dos licenciamentos ambientais concedidos.

Principais Despesas

Tomando como referência os valores empenhados pelo ICMBio nos exercícios de 2016 e 2017, na Tabela a seguir são demonstradas as despesas mais expressivas executadas pelo Instituto, conforme registros constantes do SIAFI.

São listadas, ainda, as despesas fixadas para o exercício de 2018, de acordo com a Lei Orçamentária – LOA nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018.

Considerando que o ICMBio conta com 345 unidades descentralizadas espalhadas por todo território nacional, além da Sede da Instituição, observa-se maior concentração de gastos em serviços com administração da Unidade, após as despesas com pessoal.

Tabela - Principais Despesas Executadas nos exercícios 2016 e 2017 e Fixadas para 2018

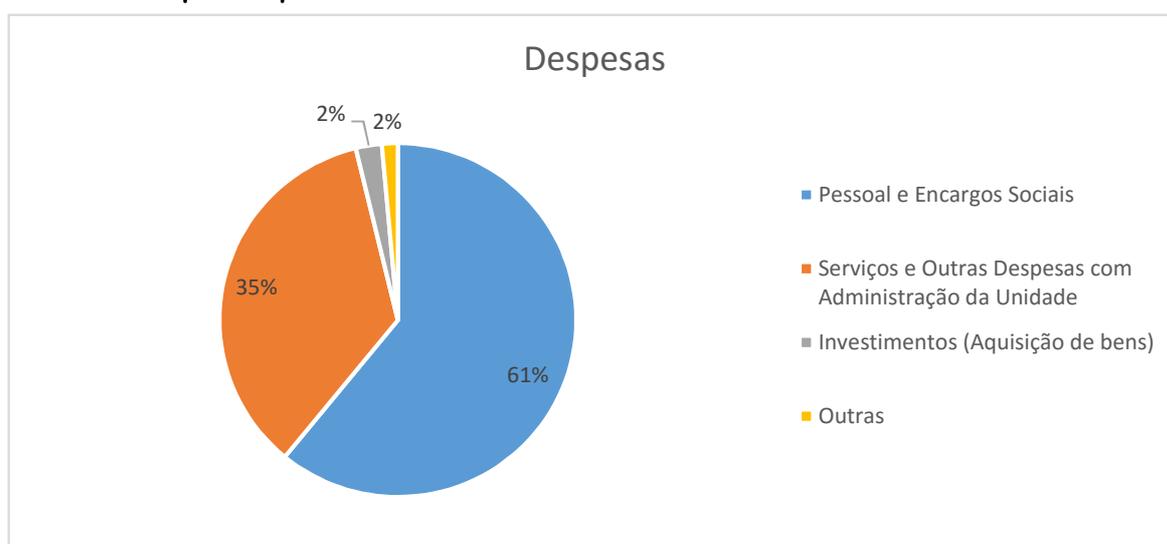
R\$ mil

Despesas	Descrição	Despesas Executadas (Empenhadas)		Despesas Fixadas (LOA)
		2016	2017	2018
A	Pessoal e Encargos Sociais	353.006	380.677	391.448
B	Serviços e Outras Despesas com Administração da Unidade	257.800	220.502	283.543
C	Investimentos (Aquisição de bens)	1.489	⁽¹⁾ 14.661	12.794
D	Outras	496	9.048	
Totais		612.791	624.888	687.785
Restos à Pagar inscritos no exercício		(38.451)	(41.134)	
Totais Despesas Pagas		574.340	583.754	
Inversões Financeiras				20.628
Total conforme LOA 2018				708.413

Fonte SIAFI

⁽¹⁾ Integra o valor de **R\$ 14.661 mil** de execução em Investimentos, no exercício de 2017, o valor de **R\$ 8.172 mil** oriundo de recursos da compensação ambiental.

Gráfico - Principais Despesas Executadas no exercício 2017



Observa-se do gráfico precedente que as despesas mais representativas tratam-se dos gastos com pessoal, os quais representam 61% das despesas totais do ICMBio. Os gastos com Administração da Unidade se destacam em segundo lugar, com 35% da totalização das despesas. Estes gastos justificam-se devido ao grande número de unidades descentralizadas, além da Sede, conforme já destacado.

Compensação Ambiental

Nos casos de licenciamento ambiental de empreendimentos de significativo impacto ambiental, como medida reparadora, o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação. Essa reparação é denominada de “compensação ambiental”, prevista no artigo 36 da Lei nº 9.985/2000.

Em atenção à execução dos recursos de compensação ambiental destinados às unidades de conservação federais, os procedimentos deste Instituto Chico Mendes foram regulados pela Instrução Normativa ICMBio nº 10, de 05/12/2014. Por meio desta normativa, o empreendedor celebrava Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental (TCCA) com o ICMBio, e optava por duas modalidades de execução: “execução direta” – sendo esta a execução por meios próprios pelo empreendedor; ou “execução indireta”, por meio de depósito em contas escriturais de instituição financeira selecionada. Em ambos os casos, o TCCA tinha um prazo de 12 (doze) meses.

Todavia, a partir das decisões do TCU, proferidas por meio dos Acórdãos nº 1.853/2003, 1.004/216 e 1.772/2016, restringiu-se o cumprimento da obrigação da compensação ambiental pelo empreendedor por meio da execução direta. Os recursos que estavam nas contas escriturais da Caixa Econômica Federal foram então internalizados ao Orçamento Geral da União (OGU), inaugurando, em 2017, a execução dos recursos pelo OGU.

Vale destacar que, em dezembro de 2017, foi publicada a Medida Provisória nº 809/2017, autorizando o ICMBio a selecionar instituição financeira oficial para criar e administrar fundo privado a ser integralizado com recursos oriundos da compensação ambiental. Desse modo, há expectativa de execução dos recursos de compensação por meio de fundo privado para os próximos exercícios.

No que se refere aos valores incorporados ao Orçamento Geral da União em 2017, decorrentes dos depósitos realizados pela Caixa Econômica Federal entre o período de fevereiro a maio, totalizando R\$ 337.618 mil, restou internalizado ao orçamento do ICMBio, no respectivo exercício, o valor de R\$ 308.421 mil (não considerada a atualização monetária).

Deste valor de dotação resultou o saldo de R\$ 97.000 mil, considerando a constituição da Reserva de Contingência no valor de R\$ 198.421 mil e outros ajustes no total de R\$ 13.000 mil, ou seja, (R\$ 308.421 mil – R\$ 198.421 mil – R\$ 13.000 mil = R\$ 97.000 mil).

A tabela abaixo mostra as despesas executadas via OGU no exercício de 2017, considerando o LIMITE orçamentário disponibilizado ao Instituto de R\$ 28.206 mil, para aplicação em benefício de unidades de conservação federais

Execução da compensação ambiental (recursos no Orçamento Geral da União)

R\$ mil

Ação Executada	Provisionado (*)	Executado
Regularização fundiária	1.865	11.297

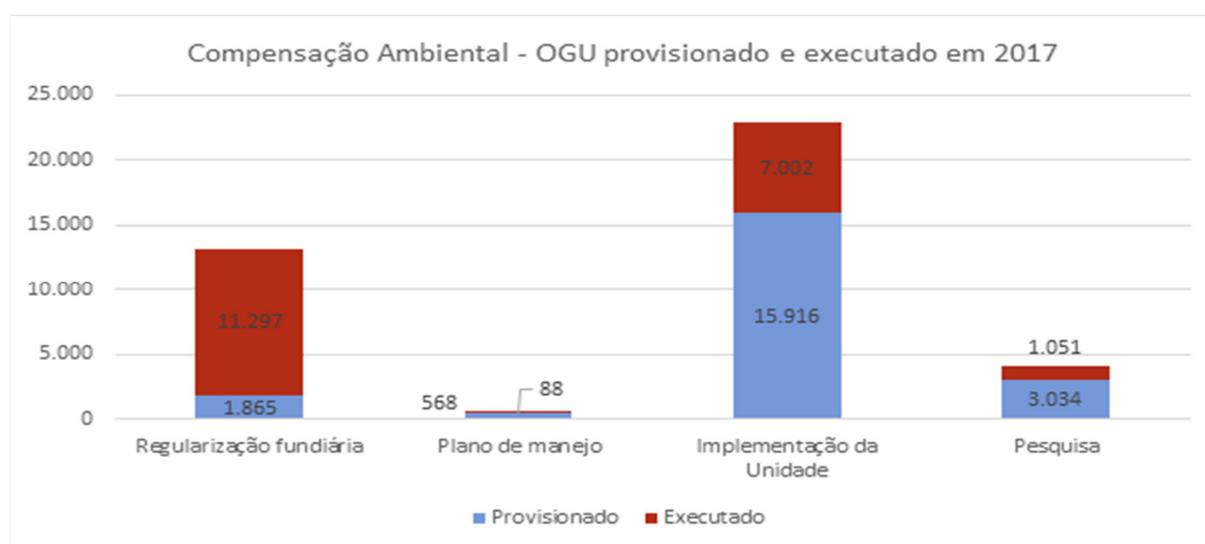
Plano de manejo	568	88
Implementação da Unidade	15.916	7.002
Pesquisa	3.034	1.051
TOTAL	21.383	19.438

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

(*) Provisionamentos são reservas de recursos para atendimento das demandas, sendo análogos à dotação orçamentária. O provisionamento não depende de limite orçamentário.

O gráfico, a seguir, permite uma visão geral dos recursos de compensação ambiental no OGU, considerando os valores provisionados e executados por ação.

Compensação ambiental – OGU em 2017



Aplicações na Modalidade Direta

Quanto à execução na modalidade direta, no exercício de 2017 foram firmados 12 novos Termos de Compromisso para o cumprimento da Compensação Ambiental – TCCAs.

Na tabela e gráfico abaixo são demonstrados os valores correspondentes, conforme planos de aplicação constantes dos termos de compromisso firmados com o ICMBio.

Recursos em TCCAs firmados na modalidade direta

R\$ mil

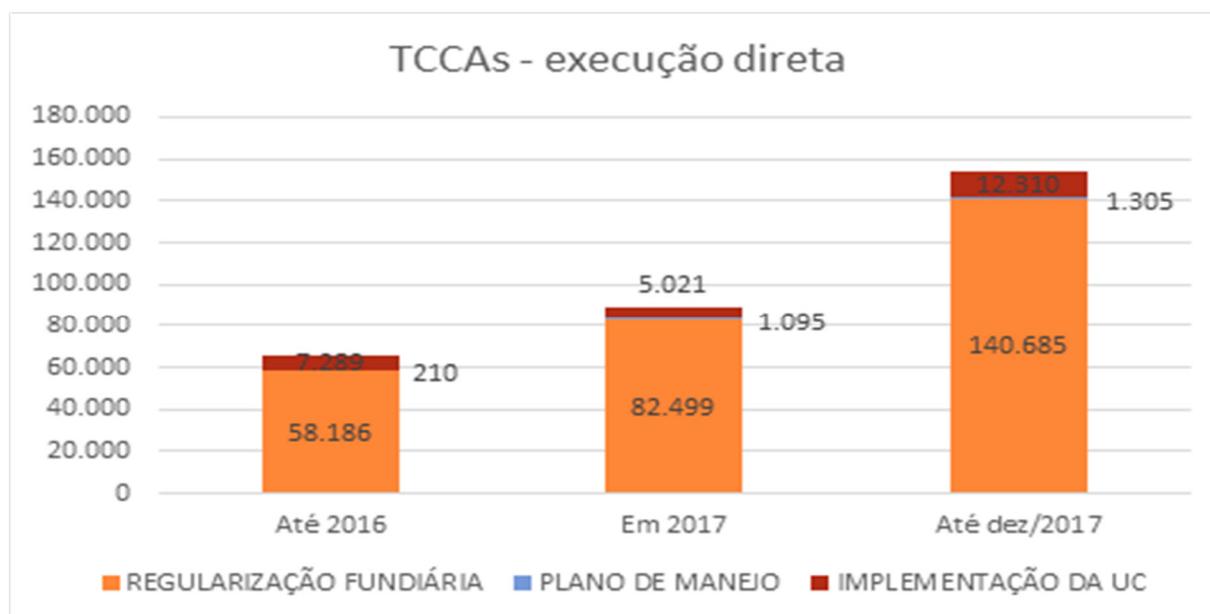
Ação	até 2016	em 2017	Total de recursos até dez/2017
Regularização fundiária	58.186	82.499	140.685
Plano de manejo	210	1.095	1.305
Aquisição de bens e serviços	7.289	5.021	12.310
Total Recursos	65.685	88.615	154.300

Fonte: COCAM/CGFIN/DIPLAN/ICMBio

Número de TCCAs firmados na modalidade de execução direta

Ação	até 2016	2017	TCCAs firmados até dez/2017
Número de TCCAs firmados	6	13	19

Recursos em TCCAs na modalidade de execução direta



A tabela e gráfico a seguir, demonstram uma prévia dos valores executados durante o exercício, na modalidade de execução direta. A confirmação desses valores depende de análise em processo de prestações de contas, uma vez que tais valores foram executados diretamente pelos empreendedores.

Prévia da execução via modalidade Direta

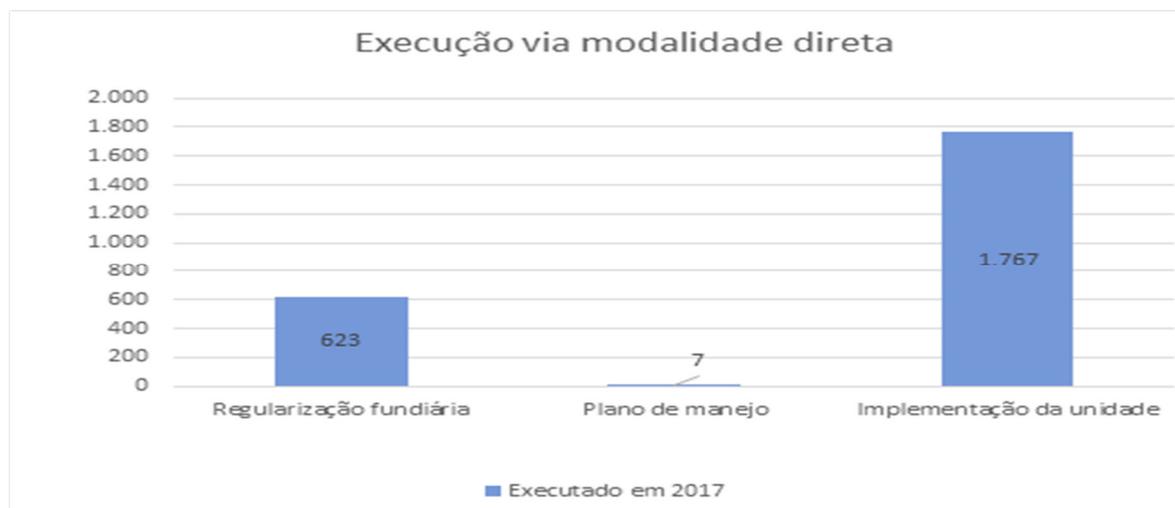
Ação Destinada	Execução em 2017 (*)
Regularização fundiária	623
Plano de manejo	7
Aquisição de bens e serviços	1.767
Total	2.397

R\$ mil

Fonte: COCAM/CGPLAN/DIPLAN/ICMBio

(*) Execuções pendentes de análise de prestações de contas

Execução na modalidade Direta



A tabela e gráfico a seguir, resumem a execução de recursos via compensação ambiental de 2010 a 2017 (com ressalva que em 2017 foi considerada a prévia da execução direta, uma vez que o valor consolidado ainda não está disponível).

Execução total na modalidade Direta - Histórico

Ano	Valor Executado	R\$ mil
2010	5.726	
2011	16.144	
2012	15.435	
2013	21.538	
2014	15.639	
2015	20.182	
2016	13.423	
2017*	21.835*	
Total	129.922	

* Inclui execução via modalidade direta ainda não confirmada via processo de prestação de contas

Histórico de Execução na modalidade Direta (2010 a 2017)



7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Sob o aspecto do tratamento contábil da depreciação, amortização e exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos, importa registrar que o ICMBio não dispõe ainda dos meios e informações adequadamente organizados para o registro regular do seu patrimônio, de forma a atender todos os critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.9 - Depreciação, Amortização e Exaustão e da NBC T 16.10 - Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público).

A dificuldade maior reside na identificação de todos os bens móveis do Instituto, porquanto, estes estão distribuídos entre as 345 (trezentos e quarenta e cinco) unidades descentralizadas, além da Sede da instituição.

É importante salientar que a Administração já dispõe de controle dos bens pertencentes à sua Sede, uma vez que realizou os Inventários de 2015, 2016 e 2017. Por outro lado, elaborou plano de ação buscando identificar os bens existentes junto às unidades descentralizadas. Com esse objetivo foi formalizado processo e encaminhado a todas essas unidades solicitando o levantamento dos bens móveis nelas alocados. Ainda no exercício de 2017, 80 (oitenta) processos foram restituídos com as informações solicitadas, restando pendente 266 (duzentos e sessenta e seis) correspondentes às demais unidades.

Cabe destacar que os bens relativos aos Inventários realizados na Sede do Instituto, bem assim de mais 6 (seis) unidades de conservação já foram devidamente incorporados ao sistema de controle do patrimônio utilizado pelo Instituto.

No entanto, a correlação desses bens com as informações constantes do SIAFI ainda não foi possível de se concretizar, considerando que os bens estão registrados no Sistema junto às Unidades Gestoras Executoras da Sede e das demais Unidades Avançadas de Administração Financeira – UAAF, localizadas nos Estados.

Este fato cria grandes dificuldades em razão da necessidade de consolidação do inventário de bens de todas as unidades do Instituto, de forma a compatibilizar com os registros constantes do SIAFI nas diversas unidades gestoras executoras da Instituição.

No entanto, a expectativa do ICMBio é de que com a utilização do Sistema Integrado e Administração de Serviços – SIADS, cujo uso já foi sinalizado pelo Tesouro Nacional como obrigatório a partir de 2019, se supere todos esses percalços e se disponha do controle total do patrimônio do Instituto, com seus respectivos registros no SIAFI, visando atender aos normativos pertinentes, objetivo este que o Instituto almeja alcançar há muito tempo.

Nesse sentido, o ICMBio já iniciou os primeiros contatos junto ao Tesouro Nacional, com a finalidade de já em 2018 implantar o sistema SIADS para gerenciamento do seu patrimônio.

Não obstante todo esse contexto, a depreciação continua sendo registrada mensalmente no SIAFI desde o exercício de 2010, com suporte em informações extraídas de planilhas em Excel alimentadas manualmente.

O método utilizado para os cálculos da depreciação nas citadas planilhas é o de quota constante, de acordo com a Macrofunção SIAFI 020330, item 47, que estabelece: *“O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional será o das quotas constantes, já que a informação deve ser consistente e comparável, devendo constar em notas explicativas”*.

Para os citados cálculos, utilizam-se ainda os seguintes critérios:

- ✓ depreciação efetuada no mês seguinte ao da aquisição, e registro no SIAFI realizado na conta correspondente ao bem adquirido;
- ✓ vida útil mensal; e
- ✓ utilização das taxas definidas conforme Macrofunção SIAFI 020330.

7.3- Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

Por meio do Sistema Integrado de Gestão – SIG-ICMBio, cuja base de dados é composta também por dados extraídos diariamente do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, o Instituto dispõe de ferramenta operacional própria, atualmente disponível para agregação de informações da gestão orçamentária e financeira da instituição.

O SIG-ICMBio permite que todas as informações relacionadas à execução orçamentária e financeira, bem assim a programação anual de cada contrato, sejam registradas no Sistema.

Tal Sistema permite agregar as informações dos custos operacionais de funcionamento de cada uma de suas unidades administrativas finalísticas, quais sejam, as unidades de conservação federais, os Centros Nacionais de Pesquisa e Conservação e as Coordenações Regionais

7.4- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 4.320/64 e notas explicativas

Demonstração contábil/notas explicativas	Endereço para acesso
Balço Financeiro	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BF-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Financeiro%202017.pdf
Balço Orçamentário	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BO-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Orcamentario%202017.pdf
Balço Patrimonial	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-BP-Anual-Orgao44207%20-%20Balanco%20Patrimonial%202017.pdf
Demonstração dos Fluxos de Caixa	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-DFC-Anual-Orgao44207%20-%20Demonstracoes%20dos%20Fluxos%20de%20Caixa%202017.pdf
Demonstração das Variações Patrimoniais	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/BGU-DVP-Anual-Orgao44207%20-%20Demonstracoes%20das%20Variacoes%20Patrimoniais%202017.pdf
Notas Explicativas	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Notas%20Explicativas%20-%20ICMBio%202017.pdf
Declaração do Contador	http://www.icmbio.gov.br/acessoainformacao/images/stories/relatorio_gestao/relatorio_gestao_2017/Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Contador.pdf

8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Quadro da situação de atendimento das demandas do TCU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
ACÓRDÃO Nº 2020/2017 – TCU – Plenário	9.3	Determinar ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade que, na hipótese de dar continuidade à concorrência 1/2016, com fundamento no art. 21, § 4º, da Lei 8.666/1993, republique o edital contendo as especificações referentes aos serviços condominiais a serem prestados pelo locador, nos termos do art. 15 da IN MPOG 2/2008.	O ICMBio optou pela não continuidade da concorrência 01/2016.
ACÓRDÃO Nº 2318/2017 – TCU – Plenário	9.2	Fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência deste Acórdão, para que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Unidade Avançada de Atibaia – ICMBio/Atibaia, com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal c/c o art. 45, caput, da Lei 8.443/1992, adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, consistente na anulação do Pregão Eletrônico 11/2016 e do contrato decorrente desse certame, pactuado com a empresa LDW Mercantil Eireli ME, bem como dos atos realizados posteriormente a esse contrato.	Foram adotadas todas as determinações do TCU, que redundaram em revogação do pregão; devolução do veículo e anulação do empenho.

8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Quadro da situação de atendimento das demandas da CGU

Deliberação	Nº do item	Descrição sucinta do item da deliberação	Providências adotadas / Ações implementadas
201600657	166581	Realizar levantamento de todos os processos disciplinares existentes no Instituto, com a definição da fase em que se encontram, destacando-se as datas de ocorrência do fato e de ciência pela Administração, fazendo-se a contagem do prazo prescricional de cada um deles para controle, no prazo de 90 dias.	Estão devidamente levantados todos os procedimentos disciplinares, ou seja, aqueles que tramitaram pela análise do juízo de admissibilidade e receberam da autoridade competente a conclusão da existência de infração disciplinarmente censurável, capaz de suscitar processos apuratórios investigativos ou punitivos.

201600657	166582	Estruturar a área responsável pelo controle sistemático dos processos disciplinares, preferencialmente por meio da criação de uma Corregedoria Seccional do ICMBio, de modo que procedimentos e prazos disciplinados em lei para sua prescrição e andamento regular sejam atendidos, sob pena de apuração de responsabilidade.	Foram realizadas, ao longo dos últimos exercícios, diversas tratativas junto aos Ministérios do Meio Ambiente e do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão para a criação de uma Unidade de Corregedoria Seccional do ICMBio, por meio da revisão da estrutura regimental estabelecida para o órgão, porém todas frustradas. Nesse ínterim, buscou-se organizar, dentro da estrutura da AUDIT, um fluxo para o desempenho das atividades correcionais, embora o entendimento contundente deste Instituto seja o de que somente a criação da unidade de corregedoria irá resolver uma deficiência institucional histórica e, assim, solucionar uma questão que é objeto de recorrentes recomendações, solicitações e cobranças da CGU.
201600657	166583	Publicar Portaria interna de atribuições e rotina de trabalho de controle dos processos administrativos disciplinares do Instituto, para que possa haver claro fluxo de trabalho e de responsabilidade sobre o controle destes processos, incluindo os responsáveis pelo parecer jurídico dos processos, quando necessário, e dos prazos processuais.	Já foi elaborada a minuta da portaria e encontra-se em análise para breve deliberação do presidente do Instituto.
201600657	166585	Estruturar a área responsável pelo atendimento das demandas da CGU, com recursos humanos suficientes e capacitados, de forma a evitar novos atrasos e omissões no encaminhamento de respostas.	Foi estruturada a Auditoria Interna para melhor executar as atividades de corregedoria O que acarretou significativas melhoras em termos de tempestividade e de conteúdo às respostas para a CGU. Atualmente, dois servidores vêm desempenhando tais atividades, as quais também podem ser executadas eventualmente por outros servidores por demanda do Auditor-Chefe.
201600657	166587	Estruturar o fluxograma de trabalho e a área responsável pelo cadastramento e atualização de informações e dados no Sistema CGU-PAD, de forma a evitar novas omissões e incompletudes nos registros.	A Auditoria Interna conta com um servidor, especificamente destacado para realizar, regularmente, o cadastramento e a atualização de informações e dados no Sistema CGU-PAD, o que vem evitando omissões e incompletudes nos registros. No que tange à estruturação de um fluxograma, encontra-se em fase final de análise uma portaria que instituirá o fluxo de atividades de corregedoria e estabelecerá formalmente as rotinas de trabalho para o controle dos procedimentos disciplinares no âmbito deste Instituto.

201600657	166590	<p>Criar normativos com rotinas formalizadas de planejamento e gerenciamento das aquisições de bens de uso controlado, a fim de garantir que a aquisição desses produtos/serviços ocorra tempestivamente e seja utilizada de forma adequada.</p>	<p>Encontra-se implantado um sistema de controle de material controlado - SIMAC - que contém as informações dos agentes de fiscalização, armamentos, coletes, munições e todos os outros itens considerados, entretanto foram verificados alguns problemas operacionais no sistema, que demandarão ações saneadoras pelo ICMBio</p>
201600657	166591	<p>Comprovar a regularização da distribuição dos coletes aos agentes de fiscalização do ICMBio, com o objetivo de sanar a irregularidade apontada.</p>	<p>Os procedimentos de entrega foram finalizados, com os respectivos recibos.</p>
201600657	166592	<p>Revisar os indicadores de desempenho existentes na Autarquia, a fim de torná-los sintéticos e úteis para a tomada de decisões estratégicas, assim como alinhados às perspectivas definidas no Mapa Estratégico da Entidade.</p>	<p>Foram realizadas avaliações junto à alta direção do Instituto, e deliberou-se, durante o exercício de 2017, que os indicadores estratégicos de desempenho atualmente monitorados são suficientes para a avaliação da estratégia institucional.</p>
201600657	166593	<p>Após a revisão dos indicadores estratégicos, implantar mecanismos de avaliação de desempenho dos indicadores da entidade e dar publicidade aos resultados de desempenho desses indicadores na intranet e extranet.</p>	<p>Há mecanismo de avaliação de desempenho. A avaliação de desempenho institucional é realizada por meio de repasse de informações das Coordenações-Gerais diretamente para as Diretorias, e, por fim, para o Comitê Gestor. A publicidade dos indicadores estratégicos e outros resultados e estatísticas institucionais se dá, desde meados de 2017, por meio do Painel Dinâmico de Informações.</p>
201600657	166594	<p>Normatizar a área de planejamento estratégico, com a publicação de atos normativos que:</p> <ol style="list-style-type: none"> Estabeleça os procedimentos gerais das ações de Planejamento Estratégico; Estabeleça a metodologia para elaboração do Planejamento Estratégico; Estabeleça um sistema informatizado de gestão estratégica. 	<p>Foi publicada no Boletim de Serviço nº 11 de 23 de fevereiro de 2017 Portaria que disciplina a elaboração, implantação, monitoramento e gestão do Planejamento Estratégico, no âmbito do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.</p>
201600657	166595	<p>Publicar portaria designando servidores para realizar o Inventário de bens imóveis do ICMBio, bem como dos bens imóveis inservíveis.</p>	<p>O ICMBio possui a Portaria Nº 31/2016, (D.O.U. de 27 de abril de 2016) que está em processo de reestruturação e em fase de publicação. As demandas de reconhecimento, gestão e controle dos imóveis, com os devidos registros, estão sendo tratadas por meio do processo nº 02070.001125/2016-24.</p>

201600657	166597	<p>Realize a revisão em todos os processos de concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade, com a emissão de novos laudos periciais que contemplem e corroborem todos os requisitos exigidos nos normativos, inclusive quanto à juntada da portaria de lotação dos servidores nas unidades e de documentos que comprovem a exposição aos agentes nocivos na periodicidade exigida pela ON nº 06/2013.</p>	<p>Foi publicada a Portaria ICMBio nº 837, de 18 de dezembro de 2017 que delegou competências para emissão de Portarias de Localização e Lotação dos Servidores com detalhamento de como será realizado o processamento para concessão dos adicionais de insalubridade e periculosidade. Obedecendo os preceitos descritos nessa portaria, foram revogadas todas as concessões dos servidores. Por conseguinte, as novas concessões dos adicionais de insalubridade somente serão processadas após a comprovação da exposição ao fator de risco detalhado no Laudo Técnico de Avaliação Ambiental.</p>
201600657	166598	<p>Que o ICMBio promova ações no sentido de mitigar os fatores que contribuem para a concessão do adicional de insalubridade/periculosidade, por meio de fornecimento de EPIs adequados às tarefas exercidas pelos servidores.</p>	<p>Com base nas informações do Laudo Técnico de Avaliação Ambiental, a CGGP enviará a Coordenação Geral de Administração e Tecnologia da Informação - CGATI as medidas necessárias à mitigação ou eliminação dos riscos, bem como à proteção contra os seus efeitos identificados no laudo de avaliação ambiental.</p>
201600657	166600	<p>Realizar compras somente após planejamento detalhado da necessidade de aquisições, de forma a evitar manter equipamentos ociosos na Unidade, e também incorrer na perda de garantia de equipamentos e em desperdício de recursos públicos.</p>	<p>Informamos que as contratações de TI têm seguido o planejamento como prática nos processos de aquisição. Assim como é orientado pela Instrução Normativa nº 4, de 11 de setembro de 2014 e também previsto no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2016/2017, todas as contratações têm observado o planejamento no qual é avaliada a necessidade da aquisição, estimativa do valor, o período da garantia, Documento de Oficialização de Demanda, Estudo Técnico Preliminar, Análise de Risco e Termo de Referência, além dos outros aspectos pertinentes ao objeto da contratação.</p>
201600657	166601	<p>Realizar o levantamento da necessidade de aparelhos telefônicos do Instituto, com o objetivo de utilizar os aparelhos ociosos, colocando-os em funcionamento, conforme previamente previsto em processo licitatório.</p>	<p>Os aparelhos telefônicos adquiridos por meio do Processo de Licitação nº 02070.000362/2014-14 foram distribuídos e instalados.</p>

201600657	166604	Estabelecer uma estratégia, com a definição de cronograma, para o tratamento das demandas correcionais e saneamento dos problemas apontados.	A estratégia estabelecida pelo ICMBio foi a de realizar os levantamentos necessários dos procedimentos disciplinares, seus registros, atualizações e acompanhamentos no Sistema CGU/PAD e proceder ao rearranjo dos fluxos internos das respectivas atividades com vistas ao saneamento dos problemas apontados pela CGU. Como parte dessa estratégia, foi estabelecida uma interação com a CGU, mediante reuniões e deliberações constantes para alinhamento das ações que acarretaram, gradativamente, nas resoluções dos apontamentos do órgão de controle. Entretanto, restam ainda a publicação da portaria de fluxos das atividades (com previsão já comentada) e a criação da unidade de correição (que apesar dos diversos pleitos apresentados, independe da governança institucional).
201600657	166605	Adotar medidas urgentes para a finalização da obra de construção de portaria/guarita no Parque, para que se dê andamento ao processo licitatório de contratação dos postos de operador de bilheteria, bem como a instalação da infraestrutura necessária, a fim de regularizar a entrada do público e realizar as devidas arrecadações.	O ICMBio assinou termo de cooperação em maio/2016 e está tomando as providências necessárias para que seja finalizada a obra.
201603137	168848	Que o ICMBio implemente um único canal para o recebimento das demandas de criação/ampliação de UC e sistematize o seu gerenciamento na COCUC.	Atualmente o ICMBio já apresenta todas as demandas externas e internas cadastradas eletronicamente no Sistema Eletrônico de Informação - SEI. As demandas da COCUC no SEI estão sendo organizadas em blocos internos para facilitar a análise, a definição das prioridades e a regionalização das propostas.
201603137	168849	Que o ICMBio elabore documento ou ato normativo que especifique os critérios técnicos para a habilitação das demandas de criação/ampliação de UC, e o divulgue no seu site na Internet.	Encontra-se em fase de análise a minuta de Instrução Normativa que estabelece os critérios técnicos para a habilitação das demandas de criação/ampliação de UC. Trata-se de um processo complexo pois ainda será disponibilizada para consulta pública de toda a sociedade.
201603137	168850	Que o ICMBio defina, em ato normativo próprio ou em conjunto com o MMA, quais são os critérios técnicos para a priorização dos processos.	Encontra-se em fase de análise a minuta de Instrução Normativa que estabelece os critérios técnicos para a habilitação das demandas de criação/ampliação de UC. Trata-se de um processo complexo pois ainda será disponibilizada para consulta pública de toda a sociedade.

201603137	168851	Que estabeleça em ato normativo o planejamento operacional da área, definindo os processos que serão priorizados a curto e médio prazos, de acordo com os critérios previamente definidos.	Os critérios para priorização das demandas de criação estão dispostos na Instrução Normativa que está sendo trabalhada em conjunto como o MMA. Nessa Instrução Normativa também está previsto o planejamento operacional da área e a previsão da definição de um plano bianual de criação de unidades de conservação.
201603137	168852	Que sejam definidos, por meio de ato normativo conjunto com o MMA, os órgãos e entidades que devem ser instados a se manifestar no processo, em qual momento processual, e estabelecido prazo de resposta.	Os órgãos e entidades que devem ser instados a se manifestar no processo, em qual momento processual, e estabelecido prazo de resposta estão dispostos na minuta de Instrução Normativa, em anexo. Apesar de que os prazos estabelecidos em ato do MMA não necessariamente têm que ser cumpridos por outro Ministério.
201603137	168853	Que estude formas de incrementar a transparência da atividade, com a publicação, no seu site, de informações sobre as propostas em trâmite.	Atualmente o ICMBio disponibiliza no site as propostas de criação que estão em consultas públicas. Essas propostas já estão em nível mais avançado de criação e a avaliação desta coordenação é que as propostas que ainda estão em estágio inicial não devem ser disponibilizadas no site para não criar uma falsa expectativa de criação da unidade e para não acelerar o processo de ocupação da área.
201603137	168854	Que o ICMBio estude a possibilidade de definir um prazo a partir do qual os diagnósticos da área sobre a qual recai a proposta deverão ser atualizados.	Os estudos técnicos que definem a importância ambiental de uma região em que está sendo proposta uma unidade de conservação federal não têm prazo de validade, o que é atualizado é o grau de ocupação da área.
201603137	168855	Que estabeleça, nos processos iniciados a partir da publicação deste relatório, procedimentos para a inclusão de estimativa de recursos alocados na realização de estudos e vistorias; e estude a possibilidade de utilizar essas informações como critério para a priorização dos processos.	O processo de priorização e elaboração de um plano bianual acordado com o Ministério do Meio Ambiente tem como premissa a menor probabilidade de uma unidade não ser criada após ter seus estudos realizados. Acatamos a proposição de inclusão de estimativa de recursos alocados na realização de estudos e vistorias; e a utilização dessas informações como mais um critério para a priorização dos processos.

201603137	168856	Que, após a publicação do ato normativo que estabelecerá os critérios para a priorização das propostas de criação/ampliação de UC, atue no sentido de reduzir o estoque de processos em trâmite na COCUC.	A minuta de Instrução Normativa estabelece critérios para a priorização das propostas de criação/ampliação, conforme minuta em anexo. E, com isso, pretende-se reduzir o volume de processos.
201603137	168857	Que o ICMBio estude a viabilidade de definir um conteúdo mínimo de informações a constarem no processo a respeito da estimativa de custo de implantação da UC, contemplando a indicação da fonte de recursos.	No encaminhamento da proposta do Ministério do Meio Ambiente à Casa Civil da Presidência da República é elaborada a Exposição de Motivos que aponta os elementos mais relevantes para a criação da Unidade de conservação. Neste documento existe em seu anexo um campo em que está prevista a estimativa de custos para a criação/implantação da unidade de conservação.
201603137	168858	Que o ICMBio que realize estudo a respeito da necessidade de elaboração de roteiros de vistoria ou manuais específicos com procedimentos para cada categoria de UC.	Após a publicação da Instrução Normativa, e a definição e atualização dos procedimentos para criação das unidades de conservação, serão envidados esforços na elaboração de documentos explicativos à luz da nova norma.
201603137	168859	Atualize a Instrução Normativa nº 03/2007 de acordo com a atual estrutura regimental do Instituto.	Foi elaborada minuta de Instrução Normativa elaborada de acordo com a atual estrutura regimental do Instituto.
201603137	168860	Institucionalize a lista de documentos e de informações mínimas que devem amparar as propostas, a fim de qualificá-las.	A lista de documentos e de informações mínimas que devem amparar as propostas de criação está disposta na minuta de Instrução Normativa.
201604733	170104	Que o ICMBio proponha ao PNUD o aperfeiçoamento dos termos da Carta de Acordo, de modo a definir: protocolos de controle para garantir a adequação dos valores acordados, inclusive com a elaboração de memórias de cálculo em nível de detalhamento suficiente que possibilite visualizar com clareza os parâmetros utilizados para definição dos custos	Quanto ao Instrumento Carta de Acordo utilizado pelo Projeto, o PNUD informou que vem aprimorando o instrumento com base nas recomendações da CGU e também passou a firmar as Cartas de Acordo apenas entre o PNUD e o parceiro.

		pactuados; regras claras a respeito da prestação de contas que será exigida; e procedimentos de avaliação dos resultados.	
Nota de Auditoria 4 2017 / CGIMA-DIV2	170129	Adotar providências para que as ações definidas no Quadro 7* deste Relatório sejam efetivadas, apresentando a documentação comprobatória. * Quadro 7. Equívocos na concessão de diárias Nº do Voucher PCDP Providência a ser adotada pelo Projeto 328535 2688/16 O beneficiário deve restituir ao Projeto o valor de R\$7,74. 328804 3555/16 O beneficiário deve restituir ao Projeto o valor de R\$59,00. 338472 8090/16 A beneficiária deve restituir ao Projeto o valor de R\$ 20,82. 338658 8093/16 A beneficiária deve restituir ao Projeto o valor de R\$ 104,01 326668 2305/16 O Projeto deve restituir à beneficiária o valor de R\$ 41,64. 338249 7984/16 O Projeto deve restituir à beneficiária o valor de R\$ 82,60.	Foram efetivadas as ações recomendadas, com apresentação dos respectivos comprovantes.
Nota 201604728/001 2017 / CGIMA-DIV1	170846	Recomenda-se que a Unidade apresente documento que comprova o recebimento das placas, bem como informe de que forma as placas serão afixadas na FLONA Amana, considerando a informação apresentada pela empresa, e ratificada pelo ICMBio, de que não há outros acessos à FLONA do Amana em que seja possível chegar com a placa de sinalização.	Trata-se de 110 placas da FLONA do Amana armazenadas na sede em Itaituba/PA, para as quais será realizado um planejamento complementar para sinalização e planejamento da demarcação, com atividades previstas para 2017 e 2018. Inicialmente, é possível indicar que algumas placas deverão continuar armazenadas na sede da UC, para eventual substituição das placas já instaladas. Outras placas, cuja estimativa será elaborada em planejamento específico, serão instaladas nos trechos já sinalizados, de modo a concentrar as placas e adensar a sinalização nestes locais.
201700866	172477	Realizar o planejamento de suas contratações, de modo a evitar contratação excepcional, emergencial ou permitir solução de continuidade nas prestações de serviços que possam acarretar prejuízos consideráveis ao bom funcionamento da entidade contratante, inserindo nos autos dos processos as condições proclamadas pelo § 4º, art. 57, da Lei nº 8.666/1993, quando da prorrogação excepcional por mais doze meses.	Ao se concluir pela última prorrogação contratual, ou mesmo se decidir pela não continuidade de um contrato, adotou-se como critério a solicitação de manifestação de interesse da área demandante do serviço, dos seus gestores e fiscais, a fim de que estes possam viabilizar, se for de interesse deles, a abertura de processo licitatório para contratação daquele bem ou serviço.

201700866	172478	Considerando a existência de recomendação da CGU em aberto para instauração de processo de apuração de responsabilidade dos envolvidos pela adesão, de forma irregular, da ata de registro de preço do TSE nº 73/2014, incluir a presente constatação no referido processo, a fim de subsidiar a apuração de responsabilidade.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
201700866	172479	Instaurar procedimento para apuração de responsabilidade dos envolvidos na execução de atividades no âmbito do contrato nº 12/2015 sem respaldo contratual, com desvio de objeto.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
201700866	172480	Recomendação 1: Que o ICMBio elabore um plano de ação e o apresente à CGU, em um prazo de 45 dias, estabelecendo: a) Mecanismos de aprimoramento das ferramentas de gestão disponibilizadas para o acompanhamento e fiscalização da aplicação dos recursos da compensação ambiental, de modo a conferir confiabilidade, rastreabilidade e segurança aos dados inerentes à atividade; b) Formas de aprimoramento do processo de trabalho referente à execução dos recursos da compensação ambiental, de modo a justificar as aquisições de bens e serviços a partir de estudos individualizados para cada Unidade de conservação acerca dos bens e serviços necessários à sua completa estruturação; c) Pontos de revisão da Instrução Normativa nº 10/2014, a fim de que as atribuições conferidas ao Gerente Técnico Operacional do Termo de Compromisso para o Cumprimento de Compensação Ambiental (TCCA) sejam efetivamente acompanhadas e aprovadas por instâncias superiores, instituindo a segregação de funções, especialmente para: i) atividades de elaboração do Plano de Trabalho, especificação dos bens e serviços solicitados e definição de valores; ii) fiscalização da execução do objeto do TCCA; iii) aprovação da prestação de contas das atividades constantes do Plano de Trabalho; d) Ações necessárias para a publicação, em seu site, de informações sobre a aplicação dos recursos oriundos da compensação ambiental, indicando, no mínimo, a unidade de conservação beneficiada, o valor destinado e o valor já aplicado, discriminando as ações realizadas.	Foi encaminhada a Nota Técnica nº 5/2017/COCAM/CGPLAN/DIPLAN/ICMBio, de 28/11/2017.

201700866	172481	Adotar as diretrizes consignadas na Instrução Normativa nº. 05/2017 quanto à atuação dos gestores e dos fiscais técnicos administrativos no acompanhamento da execução contratual, de modo a verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos humanos e materiais necessários a assegurar o cumprimento do objeto do contrato, bem como da regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária das contratadas e de seus empregados.	O ICMBio adotou as diretrizes consignadas na IN nº 05/2017.
201700866	172482	Realizar ações de capacitação voltadas à melhoria de desempenho dos servidores designados para atuarem como gestores e fiscais de contratos terceirizados, avaliando, caso a caso, as temáticas requeridas para o correto exercício do ofício para os quais foram escolhidos para representar a Administração junto às empresas contratadas.	O ICMBio vem realizando diversas ações de capacitação na área administrativa. Em 2017, promoveu capacitação de diversos servidores em cursos, por exemplo: • 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos- como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU; • 12º Congresso Brasileiro de Pregoeiros; • Contrato de Gestão; • XIV Semana De Administração Orçamentária, Financeira e Contratações Públicas; • Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC; • 56º Curso de Elaboração de Projeto Básico e Termo de Referência; • Licitação e Contratação de obras e Serviços de Engenharia, entre outros. Para 2018, também entraram no Plano Anual de Capacitação (PAC), os cursos: • Curso de Gestão Orçamentária, financeira e contratos; • Curso de Fiscalização de contratos administrativos para fiscais técnicos/setoriais; • Curso de formação de pregoeiros; • Curso de planejamento de contratações à luz da IN nº 05/2017.
201700866	172483	Instruir os processos de pagamentos referentes às contratações de serviços terceirizados com as documentações requeridas pela legislação e com as informações que demonstrem o cumprimento das obrigações contratuais, legais, previdenciárias e trabalhistas, adequando, neste último caso, o pagamento devido às empresas contratadas aos registros efetuados pelos gestores e fiscais técnicos e administrativos do contrato.	O ICMBio tem instruído os processos de pagamentos com toda a documentação constante da legislação.
201700866	172484	Fazer constar dos procedimentos de prorrogação contratual todas as certidões requeridas pelas legislações que regulamentam o assunto, de modo a observar a conformidade legal e ao tempo de resguardar o interesse público.	O ICMBio faz constar de cada procedimento administrativo de prorrogação contratual as certidões exigidas pela legislação atual, como condição de renovação, tais como as citadas abaixo, e outras, conforme o caso: • Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); • Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF); • Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); • Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por

			Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade (CEIS); • Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN); • Certidão Negativa de Inidôneos do Tribunal de Contas da União (TCU).
201700866	172485	Avaliar, a cada renovação contratual, se há itens que fazem parte da composição da planilha que podem ser suprimidos em virtude de sua completa amortização, em atendimento ao Acórdão n. 1.186/2017 Plenário.	O ICMBio iniciou os trabalhos de analisar os custos fixos não renováveis, os quais estão sendo verificados e retirados no ato da concessão de repactuação.
201700866	172486	Realizar a avaliação dos riscos associados à celebração de novos contratos referentes à prestação de serviços em TI com a estrutura de recursos humanos atual, considerando, no mínimo: i) valor do contrato; ii) relevância do serviço prestado; iii) qualidade do planejamento; iv) risco de falhas na execução do contrato; v) qualidade da atuação do fiscal do contrato. A partir dessa análise, elaborar e executar plano de ação com medidas para mitigação dos riscos identificados nos contratos, impedindo a ocorrência de pagamentos indevidos e o descumprimento de normativos, como a IN SLTI/MP nº 04/2014.	A partir do recebimento dessa recomendação, todas as contratações estão sendo avaliadas quanto aos riscos associados à estrutura de recursos humanos existentes na Coordenação de Tecnologia – COTEC.
Nota de Auditoria 39 2017 / CGIMA-DIV2	172539	Realizar, a partir do conhecimento desta Nota de Auditoria, a retenção de ofício dos tributos previstos na Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, Anexo I, em todos os pagamentos devidos à empresa Bonágua Comércio de Água Mineral, Alimentos e Serviços.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
Nota de Auditoria 39 2017 / CGIMA-DIV2	172540	Notificar a Receita Federal do Brasil acerca da celebração do Contrato n. 013/2014 com a empresa Bonágua Comércio de Água Mineral, Alimentos e Serviços em 02/07/2014, informando que somente foi desenquadrada do Regime Tributário regulado pela Lei Complementar nº 123/2006 (Simples Nacional) em 31/12/2016, em virtude de Ato Administrativo praticado pelo Distrito Federal.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.

Nota de Auditoria 39 2017 / CGIMA-DIV2	172541	Apurar, por meio de procedimento adequado, observando o contraditório e a ampla defesa, a conduta da empresa Bonágua Comércio de Água Mineral, Alimentos e Serviços no âmbito do Contrato n. 013/2014 pelo não atendimento dos subitens 12.31 e 12.31.1 do termo de referência do Pregão Eletrônico n. 03/2014, bem como ao estabelecido pelo art. 17, § 1º, da Lei Complementar n. 123/2006.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
NOTA TÉCNICA 1772 2015 / SFC/DR/CGAMB	173744	NOTA TÉCNICA nº 1772 /2015/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR, de 26/10/2015 Efetuar e/ou atualizar o levantamento dos veículos de posse desse Instituto, e realizar vistoria no sentido de verificar o real estado de cada um, adotando, se necessário, as medidas para sua recuperação ou, caso seja economicamente inviável, os procedimentos de sua baixa/alienação.	O levantamento dos veículos do Instituto, bem como dos seus respectivos estados físicos, está sendo realizado. Após a finalização do levantamento, será possível adotar as medidas recomendadas quanto à recuperação e/ou alienação.
Relatório 2016 / CGIMA-DIV2	174199	Que a Unidade promova estudos visando a identificar os percentuais efetivamente aplicados nas unidades de conservação do Grupo de Proteção Integral que arrecadam recursos mediante a cobrança de taxa de visitação e/ou outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade, ressaltando a necessidade de projeção de um provável aumento na arrecadação no médio prazo decorrente de novas licitações, e encaminhe cópia desses estudos à CGU.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
Relatório 2016 / CGIMA-DIV2	174200	Caso os estudos indiquem que os percentuais aplicados nas unidades de conservação não estão adequados à previsão contida no artigo 35 da Lei nº 9.985/2000, que a Unidade apresente à CGU as providências adotadas com vistas a cumprir o comando contido no referido normativo ou a propor alterações no normativo visando a adequá-la às situações reais.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.
Relatório 2016 / CGIMA-DIV2	174201	Que a Unidade promova estudos visando a definir os conceitos relacionados aos itens que efetivamente são ou podem ser classificados como "outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade", bem como aos itens que efetivamente são ou podem ser classificados como aplicados na "implementação, manutenção e gestão da própria unidade", e encaminhe cópia desses estudos à CGU.	As providências serão adotadas no exercício de 2018.

Relatório 2016 / CGIMA-DIV2	174202	Caso os estudos permitam a definição dos conceitos relacionados aos itens que efetivamente são ou podem ser classificados como "outras rendas decorrentes de arrecadação, serviços e atividades da própria unidade", bem como aos itens que efetivamente são ou podem ser classificados como aplicados na "implementação, manutenção e gestão da própria unidade", que a Unidade proponha a regulamentação do artigo 35 da Lei nº 9.985/2000 e encaminhe cópia da proposta à CGU.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.
Relatório 2016 / CGIMA-DIV2	174203	Considerando que o valor da arrecadação do Parque é consideravelmente superior à despesa liquidada pela UAAF Foz do Iguaçu, que a Unidade disponibilize recursos suficientes para o pagamento das despesas de forma tempestiva, visando a não comprometer o funcionamento de todas as unidades vinculadas à UAAF, bem como a não encarecer os serviços devido a pagamento de multas e juros.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.
201604671	174210	Considerando o art. 17, § 5º, do Decreto nº 4.340/2002, recomenda-se ao Parque Nacional de Brasília avaliar a necessidade de renovação dos membros do Conselho Consultivo, buscando identificar as datas de início de seus mandatos e, quando da renovação dos membros, emitir os termos de posse dos novos conselheiros.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.
201604671	174211	Recomenda-se ao Parque Nacional de Brasília, em conjunto com os demais conselheiros, instituir a Secretaria Executiva do Conselho Consultivo do PNB, com a atribuição, dentre outras definidas no seu Regimento Interno, de planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades do Conselho, destacando-se a necessidade de se ter um controle seguro da frequência dos conselheiros e um acompanhamento dos encaminhamentos pactuados nas reuniões.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.
201604671	174212	Recomenda-se ao Parque Nacional de Brasília, em conjunto com os demais conselheiros, elaborar o Plano de Ação do Conselho Consultivo do PNB, conforme estabelece o art. 25 da IN ICMBio nº 09/2014, e empregar esforços para o seu efetivo cumprimento.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.

201604671	174213	Recomenda-se ao Parque Nacional de Brasília, em conjunto com os demais conselheiros, realizar as avaliações anuais da efetividade do funcionamento do Conselho, em atendimento ao art. 26 da IN ICMBio nº 09/2014 e ao art. 35 do Regimento Interno do Conselho.	As providências adotadas serão apresentadas no exercício de 2018.
201604671	174214	Recomenda-se à Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial em Unidades de conservação (DISAT) do ICMBio criar instrumentos de gestão que possibilitem/facilitem a realização de controles sobre o funcionamento dos Conselhos Gestores das Unidades de conservação, de forma a monitorar os aspectos mais relevantes de sua atuação.	Está sendo desenvolvido um sistema informatizado para acompanhamento do funcionamento dos Conselhos Gestores que possuirá espaço para divulgação da agenda de reuniões e para os principais documentos de formalização dos conselhos (Portarias de criação/modificação e documento de homologação), que hoje são disponibilizados no portal do ICMBio, no espaço reservado para informações das unidades de conservação. Pretende-se que seja possível divulgar com o sistema as atas, planos de ação e os atos elaborados pelos conselhos com as decisões de suas plenárias.
201604671	174215	Recomenda-se ao ICMBio avaliar a possibilidade de disponibilizar na internet as principais informações dos Conselhos Gestores de todas as Unidades de Conservação federais, divulgando para cada Conselho, no mínimo, o calendário das reuniões, as portarias de criação e de modificação de sua composição, o Regimento Interno, as atas e listas de presença das reuniões, os Planos de Ação e os relatórios de avaliação.	<ol style="list-style-type: none"> 1. Foram providenciadas melhorias de comunicação entre a sede e as unidades de conservação com elaboração de comunicados (memorandos, e-mails e matérias no jornal interno do ICMBIO) para transmitir informações sobre a forma de funcionamento dos conselhos gestores para as unidades de conservação e coordenações regionais. 2. Está sendo elaborado protocolo de monitoramento e avaliação dos Conselhos Gestores.

8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/1993

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade atende a orientação do art. 5º da Lei nº 8.666/1993, sendo utilizada nas suas licitações a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no artigo 42 da referida Lei. O pagamento das obrigações relativas ao fornecimento de bens, locações, realização de obras e prestação de serviços obedece a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem, para obras e serviços de engenharia o valor de R\$ 15.000,00, e outras compras e serviços o valor de R\$ 8.000,00, são efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da apresentação da fatura, ressalvada a disponibilidade orçamentária e fonte de recurso financeiro.

9- Anexos e apêndices

9.1- Complemento da visão por coordenação regional

Esse item complementa as informações constantes do item 2.3.2 - Ambiente de atuação das Unidades Descentralizadas do ICMBio, descrevendo o ambiente de atuação representativo de cada Coordenação Regional (CR). São apresentadas as informações requisitadas para cada CR sob os seguintes aspectos: i. Descrição geral; ii. Adversidades; iii. Riscos; iv. Estratégia de enfrentamento; e v. Mudanças ocorridas.

Coordenação Regional em Porto Velho (RO) CR-1

Descrição geral

A circunscrição da Coordenação Regional da 1ª Região abrange 32 (trinta e duas) Unidades de Conservação federais nos estados do Acre (11 UC), Rondônia (14 UC), Sul do Amazonas (06 UC) e Mato Grosso (Parque Nacional do Juruena), totalizando mais de 15.000.000 de hectares.

Adversidades

Os principais desafios enfrentados pela CR-1 são: avanço exponencial do desmatamento e grilagem das unidades de conservação na região, falta de políticas públicas locais para melhorar o uso público das UC, número reduzido de servidores e uma visão ainda distorcida do papel das UC para a sociedade em geral.

- Atualmente o reduzido número de servidores lotados nas UC da CR1 está ligado à ausência de políticas de fixação de servidores federais na Amazônia. Quadro comum a algumas instituições federais, os servidores federais do ICMBio não recebem gratificações ou adicionais de interiorização, fronteira ou periculosidade.

- Recursos orçamentários e de compensação ambiental: o orçamento disponível anualmente ainda é insuficiente para atender as demandas de todas as atividades administrativas e finalísticas do órgão, gerando grandes vazios de atuação do ICMBio na região. Essas unidades dependem de recursos humanos e/ou orçamentários para realizar a proteção e integração com a comunidade, fazendo frente aos profundos impactos da ação antrópica, ocasionadas pelo modelo econômico adotado, caracterizado principalmente pela substituição do extrativismo pela pecuária e extração seletiva de madeira, entre outros problemas. A grilagem de terras foi acentuada ao longo dos últimos anos, motivada pela diminuição de terras públicas disponíveis para assentamentos, entre outros motivos. Uma importante opção é a aplicação de recursos de compensação ambiental.

Riscos

O maior risco para as unidades de conservação federais é a perda de biodiversidade, aliada à alteração do modo de vida das populações tradicionais, que optam por novos modos de produção (pecuária, extração de madeiras, monoculturas, etc.).

Percebe-se um preocupante acréscimo de populações não-tradicionais em unidades de uso sustentável, que estão aos poucos adquirindo ilicitamente terras no interior de unidades de conservação.

Estratégia de enfrentamento

- Aproximação com os demais atores envolvidos na gestão de UC: associações, sociedade civil, governos estaduais e municipais, além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como IBAMA, FUNAI, INCRA, MAPA, entre outros, inclusive com a formalização de acordos de cooperação, ajustamento de conduta, entre outros instrumentos de gestão.

- Definição de estratégias de combate ao desmatamento (Amazônia Protege, Operação Integração), aumento da expectativa de geração de renda para as comunidades, entre outros aspectos;

- Maior envolvimento desta Coordenação Regional na discussão e propostas de melhorias nas cadeias produtivas que envolvam populações residentes e do entorno das UC;

- Criação de estratégias de captação de recursos para o pagamento por serviços ambientais;

- Aporte de recursos para gestão das unidades de conservação;

- Maior envolvimento das comunidades locais na gestão das UC, possibilitando às lideranças locais que possam atuar como chefes de reservas extrativistas, valorizando esses profissionais e dando novo enfoque à gestão de UC de uso sustentável;

- Apoio à contratação por prazo determinado para atuação em áreas finalísticas do ICMBio (brigadistas).

Mudanças ocorridas

- Incremento no controle do desmatamento em unidades de conservação federais, que ao longo dos anos diminuíram significativamente seus índices totais;
- Apoio à criação de projetos de geração de renda para as comunidades diretamente afetadas pela criação e/ou existência de unidades de conservação;
- Estão sendo construídos arranjos para a aproximação de instituições de pesquisa, proteção, cadeias produtivas, entre outros, que possibilitam uma gestão mais próxima da sociedade;
- Pequenas iniciativas para a criação de programas de monitoramento da biodiversidade, ecoturismo, geração de renda através de manejo de fauna e flora silvestre, tudo devidamente acompanhado pela Coordenação Regional e instituições parceiras.
- Ampliação do Programa ARPA, que apoia em 18 UC da CR-1, possibilitando uma significativa melhoria nos processos de gestão, permitindo um trabalho mais homogêneo e integrado entre as unidades;
- Implementação dos Núcleos de Gestão Integrada para fortalecimento institucional das UC.

Coordenação Regional em Manaus (AM) CR-2

Descrição geral

A circunscrição da Coordenação Regional da 2ª Região abrange 36 unidades de conservação, localizadas nos estados de Roraima (8 UC) e do Amazonas (28 UC), cobrindo uma área de mais de 21.000.000 hectares. A CR-2 representa uma parte da maior floresta tropical do mundo que se caracteriza como a área com maior biodiversidade do planeta, em números absolutos, e um terço de toda a madeira tropical existente.

Adversidades

As principais adversidades enfrentadas pela Coordenação Regional 2, são:

- Número de servidores insuficientes por unidade de conservação;
- Falta de recursos financeiros para a execução das atividades, principalmente das UC que não são apoiadas por projetos externos;
- Sede de UC de difícil acesso e infraestrutura deficitária, o que prejudica a fixação de servidores e onera a logística de trabalho;
- Aumento do pedido de abertura de processos de remoção, relacionadas ao isolamento e/ou distância da família (situações que têm refletido, inclusive, na saúde dos servidores);
- Ausência do contrato de embarcação para realizar operações de fiscalização e outras atividades.

Riscos

As peculiaridades da região, e em especial as dificuldades de acesso às UC, colaboram para um cenário marcado por:

- Evasão de servidores;
- Baixa implementação das unidades;
- Perca da biodiversidade por dificuldades na realização de fiscalização e na elaboração de instrumentos básicos de gestão;
- Perigo crescente nas ações de fiscalização, pois os crimes ambientais estão cada vez mais interligados com outras categorias de crimes, tais como tráfico de drogas e de armas, assim como os “piratas de rio”; e
- Aumento na tensão da logística para realização das atividades no sul do Amazonas, devido ao conflito que ocorreu em outubro de 2017, que ocasionou no incêndio proposital, promovido por infratores ambientais, dos prédios do IBAMA e do ICMBio de Humaitá/AM.

Estratégia de enfrentamento

- Busca por parcerias com instituições públicas e privadas;
- Apoio do Programa ARPA, assim como de outros projetos, tais como Projeto Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia (KFW) para a implementação de um maior número de UC;
- Apoio do GEF-Paisagens Sustentáveis para UC localizadas no chamado “arco do desmatamento”;

- Adequação do planejamento das UC à realidade financeira;
- Institucionalização de Núcleos de Gestão Integrada (Humaitá e Maués);
- Foram realizadas 63 operações de fiscalizações;
- Em cumprimento das obrigações de desenvolvimento socioambiental e conservação da biodiversidade foram concedidas em 2017 Concessão do Direito Real de Uso – CCDRU para a RESEX Auati-Paraná, RESEX do Baixo Juruá e RESEX do Médio Juruá que juntas somam 265.143,93 hectares de áreas concedidas;
- Foi publicada a Portaria ICMBio nº 352, de 19 de maio de 2017, de revisão do Plano de Manejo do PARNA Anavilhanas;
- Finalizados a elaboração dos planos de manejo da ESEC Niquiá e PARNA Serra da Mocidade, que aguardam a publicação;
- Foram realizadas 03 audiências públicas para: ampliação do PARNA Viruá e ESEC Maracá que juntos protegerão mais novos 580 mil hectares de áreas importantes para conservação de rios e fauna só ali existentes e para a recategorização da Reserva do Parima, em Roraima.

Mudanças ocorridas

- 08 novas unidades de conservação (mais de 5 milhões de hectares) foram vinculadas à CR-2, localizadas no sul do Amazonas (região de Humaitá/AM), que passaram a atuar enquanto Núcleo de Gestão Integrada;
- O escritório do ICMBio, no município de Humaitá sofreu um atentado, onde houve perda total, e como resultado perdemos a representação institucional no município, forçando a mudança da sede do Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Humaitá para a sede da CR-1, em Porto Velho/RO;
- Gestão compartilhada com a CR-1 para fins de logística do ICMBio Humaitá;
- Foi criado o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Maués;
- Dada a sua relevância ambiental, em 2017, o PARNA Anavilhanas, já reconhecido como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade e Reserva da Biosfera pela Unesco, foi também reconhecido como Sítio Ramsar, juntamente com o PARNA Viruá, reforçando nossa missão para a conservação e o uso racional das áreas úmidas.

Coordenação Regional em Santarém (PA) CR-3

Descrição geral

A Coordenação Regional da 3ª Região, possui 24 (vinte e quatro) unidades de conservação sob sua circunscrição, somando quase 18 (dezoito) milhões de hectares, todas localizadas no oeste paraense. As UC estão organizadas em 5 (cinco) Bases de Gestão a saber: Porto Trombetas, Santarém, Itaituba, Altamira e Porto de Moz.

Trata-se de uma das regiões de maior conflito ambiental e fundiário do país, o que concede grande visibilidade na região ao ICMBio.

Adversidades

A sede da Coordenação Regional conta atualmente com apenas 4 (quatro) servidores incluindo o Coordenador e seu Substituto, para atender a demanda da região.

Os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal (Prodes) revelam que no último ano (agosto de 2016 a julho de 2017) o desmatamento nas unidades de conservação federais foi de 159 km², o que representa uma queda de 28% em relação ao período anterior, que teve um desmatamento de 221 km². As taxas mais elevadas de desmatamento ocorreram em quatro unidades de conservação, sendo três delas vinculadas à CR-3 (Área de Proteção Ambiental do Tapajós (32,3 km²), Floresta Nacional do Jamanxim (25,1 km²), Reserva Extrativista Chico Mendes (18,8 km²) e Estação Ecológica da Terra do Meio com 11,5 km²) que, em conjunto, representam 55% do total de desmatamento em UC. Apesar disso, a FLONA do Jamanxim reduziu em 65,6% do desmatamento, quando comparado com o mesmo período.

Pelos dados, o ICMBio identifica uma alteração nos vetores de desmatamento em algumas UC, com a crescente contribuição do garimpo para o desflorestamento, como é o caso da APA do Tapajós, que teve a maior área desmatada no período. Em 2016, a mineração foi responsável por 17% do desmatamento nas unidades de conservação, já em 2017 passou para 33%.

A criação do mosaico de unidades da região da rodovia BR-163 teve algum mérito apenas na redução dos desmatamentos, embora ainda elevados, devido principalmente à ação de comando e controle do ICMBio e

IBAMA, e não por ações de promoção da legalização o setor madeireiro através da política de gestão de florestas. Observa-se que a disciplinarização da indústria madeireira na região não avançou a contento - somente agora as concessões florestais estão se materializando, porém, as medidas de contenção ao desmatamento e exploração ilegal de madeira se intensificaram, principalmente através das ações de fiscalizações. Esta adversidade vem gerando enormes conflitos (inclusive enfrentamento armado com agentes do ICMBio) e pressões políticas pela desafetação de algumas dessas UC.

Associado a isso há também as grandes obras estruturantes planejadas para a região como, por exemplo, a construção da ferrovia EF-170 (Ferrogrão) e o asfaltamento da rodovia BR-163, no qual suas externalidades aumentam a pressão sobre as UC. Havendo inclusive projetos de lei pleiteando a desafetação de áreas de unidades de conservação.

Todas as UC da região da CR-3 sofrem com a insuficiência de servidores para a consecução de suas finalidades.

Riscos

Diante do contexto apresentado, os principais riscos são:

- conflito armado na região da rodovia BR-163;
- desafetação e recategorização de unidades de conservação;
- esvaziamento das UC, por conta da falta de política de gestão de pessoal e reposição de servidores, por meio de concursos públicos;
- mudança dos vetores de pressão do desmatamento.

Estratégia de enfrentamento

Santarém (CR-3; FLONA do Tapajós; RESEX Tapajós Arapiuns; FLONA de Mulata e RESEX Renascer):

- Construir a sede para a Coordenação Regional e as unidades de conservação sediadas em Santarém – o recurso já foi destinado e o projeto encontra-se em fase de planejamento;
- Buscar a ampliação de contratos de serviços;
- Concluir a elaboração dos Planos de Manejo da RESEX Renascer e da FLONA de Mulata, Parques Nacionais do Rio Novo e Jamanxim e finalizar a revisão do Plano de Manejo da FLONA do Tapajós e Parque Nacional da Amazônia;
- Implementar estratégia de gestão territorial e unidades de conservação;
- Realizar um encontro de planejamento da CR-3 (2018);
- Buscar melhoria de fornecimento do serviço de internet;e
- Realizar articulações institucionais para ampliar a equipe de servidores da CR-3.

Itaituba (UNA):

- Avaliar e consolidar o novo modelo de gestão para a Unidade Especial Avançada que possui um único chefe para as 12 unidades de conservação, estabelecido pelo Decreto nº 8.974/2017;
- Finalizar a construção da sede do ICMBio em Itaituba;
- Acompanhar os processos hidrelétricos, minerais e de ferrovia;
- Acompanhar os projetos de lei para desafetação das unidades de conservação da região da rodovia BR-163, em especial FLONA do Jamanxim, PARNA do Jamanxim e REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo;
- Concluir a elaboração dos Planos de Manejo do PARNA do Rio Novo, PARNA do Jamanxim e APA do Tapajós e revisar o Plano de Manejo do PARNA da Amazônia;
- Apresentação de projeto ao Fundo Amazônia para que possamos adotar de meios que supram parte das demandas de atividades finalísticas; e
- Aumentar parcerias com a sociedade civil nas regiões de conflitos para que trabalhem projetos de desenvolvimento sustentáveis com as comunidades beneficiárias das unidades de conservação.

Altamira (RESEX Rio Xingu; RESEX Rio Iriti; RESEX Riozinho do Anfrísio; PARNA da Serra do Pardo e ESEC da Terra do Meio):

- Finalizar o processo de cessão do terreno do IBAMA e construir a sede do ICMBio em Altamira com recursos já disponíveis de compensação ambiental;
- Implementar um Núcleo de Gestão Integrada, para o aprimoramento do modelo de trabalho dos servidores para o atingimento das finalidades das unidades de conservação;
- Incrementar quantitativo de servidores nas UC;

- Ampliar a destinação da compensação ambiental de Belo Monte;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população das RESEX; e
- Aumentar as ações de fiscalização na região, especialmente na ESEC da Terra do Meio, para conter o avanço do desmatamento.

Porto de Moz (RESEX Verde para Sempre):

- Elaborar o Plano de Manejo da RESEX Verde Para Sempre;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população da RESEX;
- Cessão do terreno da Aeronáutica para construção da sede da UC; e
- Acompanhar a implementação das condicionantes do licenciamento da empresa Isolux.

Porto de Trombetas (REBIO do Rio Trombetas e FLONA de Saracá-Taquera):

- Elaborar a revisão do Plano de Manejo da FLONA de Saracá-Taquera;
- Construir o acordo com as comunidades para elaboração do termo de compromisso ampliado e CCDRU com as comunidades quilombolas, para definição do processo judicial de titulação de territórios quilombolas no interior da FLONA e da REBIO do Rio Trombetas;
- Dar continuidade ao Termo de Reciprocidade com a empresa Mineração Rio do Norte; e
- Incrementar quantitativo de servidores nas unidades.

Mudanças ocorridas

- Realização de operações nacionais de fiscalização contínuas ao longo do ano na região da rodovia BR-163;
- Implementação do modelo de gestão em Itaituba, integrando 12 unidades de conservação sob uma administração centralizada;
- Processos fundiários instruídos e em fase final de decisão, porém temporariamente sobrestados devido à insuficiência de servidores para a realização da atividade;
- Designação de servidor da CR-3 para compor equipe ampliada da COMAN para acompanhar/supervisionar as demandas de elaboração e revisão de planos de manejo;
- Destinação de recurso para a construção da sede do ICMBio em Santarém e início da elaboração do projeto estrutural do prédio;
- Retomada do processo de licitação da construção da sede do ICMBio em Itaituba;
- Inclusão da FLONA Tapajós e FLONA Mulata no projeto Gestão Florestal;
- Chegada de servidores para a região, para ocupação de cargo DAS 101.3 na UNA em Itaituba;
- Início da elaboração de Acordo de Cooperação com o MPF para destinação de recursos de Ações Civis Públicas e Ações Penais na CR-3 e unidades do oeste do Pará;
- Ampliação do Programa de Voluntariado nas unidades de conservação da região;
- Parceria com o Instituto de Pesquisas Ecológicas - Ipê para contratação de funcionários para atender demandas das unidades (Projeto MOSUC);
- Acordo firmado com as comunidades quilombolas para apresentar e apresentar proposta discutida com as comunidades no processo judicial de titulação de territórios quilombolas no interior da FLONA e da REBIO do Rio Trombetas.

Coordenação Regional em Belém (PA) CR-4

Descrição geral

A Coordenação Regional da 4ª Região hoje possui 38 (trinta e oito) Unidades de Conservação sob sua circunscrição. A somatória da extensão dessas unidades é de aproximadamente 9.000.000 de hectares, distribuídas em 3 estados da federação (AP, PA e MA).

A maioria das Unidades de Conservação vinculadas a CR-4 são de uso sustentável, e dentre estas a maioria na modalidade Reserva Extrativista (RESEX). Ressalta-se que todas se encontram inseridas no Bioma Amazônia. Destacam-se dentre as RESEX desta região, aquelas que são marinhas, devido à sua grande relevância ambiental, vez que protegem a maior faixa contínua de manguezal do mundo (faixa essa que compreende os estados do Amapá, Pará e Maranhão). A proteção dos manguezais da Amazônia é de grande relevância para a manutenção da riqueza e biodiversidade deste ambiente aquático, produzindo e melhorando a qualidade de vida das populações tradicionais que diretamente dependem desses recursos para a sua sobrevivência.

Infelizmente, tais espaços têm sua importância pouco conhecida, fazendo-se necessárias mais ações educativas a respeito dessas áreas.

Na região da CR-4 também se encontram as UC federais do Arquipélago do Marajó, maior ilha fluvial do mundo. A manutenção desses espaços protegidos é forma garantidora de recursos e desenvolvimento regional para as presentes e futuras gerações.

Adversidades

As principais adversidades enfrentadas pela CR4 e as Unidades de Conservação sob sua circunscrição são:

- Sedes e bases: diversas unidades de conservação, inclusive a Coordenação Regional, não possuem atualmente sedes em imóveis próprios;
- Contratos Específicos de Meio: ausência de contratos de embarcação, helicóptero;
- Quadro Funcional: as unidades de conservações não possuem número de servidores suficiente (em média, 1 (um) servidor em exercício, o qual é responsável por todas as atividades da unidade);
- Contratos de Serviços de Terceirização: as unidades de conservação, em sua maioria, não possuem em seu quadro terceirizados, tais como recepcionistas, auxiliares, motoristas, dentre outros;
- Insuficiência de veículos e embarcações para o atendimento das necessidades de todas as unidades. Importante lembrar também que se faz necessária realizar a habilitação de servidores para condução de embarcações;
- Deficiência na Estrutura Organizacional: há insuficiência de cargos para as chefias das unidades de conservação;
- Passivo processual: atualmente encontram em tramitação de um grande número de processos na CR, estes que se vem acumulando ao longo dos anos anteriores (2009 a 2017);
- Dificuldade para firmar termos de parcerias;
- Aumento da Pressão da Extração Ilegal de Madeira nas UC do Marajó.

Riscos

- Esvaziamento dos servidores das unidades de conservação da região;
- Aumento do desmatamento, perda da biodiversidade e alteração dos limites de unidades de conservação ou diminuição das áreas protegidas pela expansão da agropecuária na Amazônia, no Amapá principalmente, pelo avanço da soja e criação de animais de grande porte; como é o caso da REBIO Lago Piratuba que leva a perda do ecossistema Lacustres, onde praticamente foi extinto o fenômeno da "Pororoca" por conta dos impactos gerados pelos búfalos, além dos impactos causados pelo avanço da especulação imobiliária.
- Ameaças às comunidades tradicionais, seus recursos e seus modos de vida. Tais ameaças são geradas pela atividade madeireira ilegal na região, principalmente nas UC da região do Marajó, que apresentam difícil acesso e logística, sendo a fiscalização realizada somente via fluvial;
- Impactos ambientais e sociais profundos, gerados pelos garimpos na região Amazônica, comprometendo a qualidade das águas dos rios e toda a diversidade aquática das unidades impactadas;
- Comprometimento dos estoques pesqueiros pela atuação da pesca não tradicional e pesca industrial, além do uso de métodos e petrechos não permitidos utilizados pelas próprias comunidades tradicionais das RESEX Marinhas, pois há uma demanda e pressão crescente sobre os estoques pesqueiros da região norte (Amapá, Pará e Maranhão);
- Riscos de Impactos Ambientais irreversíveis gerados pelos grandes empreendimentos como mineração, rodovias, hidroelétricas, pólos petrolíferos, cacinicultura.

Estratégia de enfrentamento

- Substituição do modelo de gestão individualizada das unidades de conservação por um modelo integrado, a ser definido de forma participativa entre servidores das UC, direção do ICMBio e lideranças das UC e aprimoramento do acesso à contratos que otimizem a atuação institucional;
- Formalização dos contratos de embarcação, helicóptero e outros, de forma a viabilizar a realização de ações de proteção nas UC de difícil acesso.
- Articulação institucional para aquisição de imóvel próprio na cidade de Belém-PA para a instalação e funcionamento da Coordenação Regional e das 08 (oito) unidades de conservação com sede nesta cidade;
- Contratação de serviços de terceirização de mão de obra, para atividades de apoio;
- Aquisição ou locação de veículos;
- Articulação regional e local com os Estados e Prefeituras para a gestão das UC, fortalecimento de parcerias com a sociedade civil, entidades governamentais e não governamentais;

- Otimização da execução de recursos orçamentários e extra orçamentários (Programa Arpa, PNUD e outros) através da realização de ações integradas nas unidades de conservação;
- Implantação de sistemas de informação que possibilitem a melhoria do controle dos recursos, das ações, das eficiências e da necessidade de ações complementares das UC;
- Sensibilização para um maior envolvimento da sociedade na gestão das UCs através da ampliação do Programa de Voluntariado, Programa de Monitoramento da Biodiversidade, implementação do Uso Público em algumas UC, assim como a divulgação das unidades de conservação e sua importância à sociedade;
- Intensificação da fiscalização e realização de operações integradas com outros órgãos.

Mudanças ocorridas

- Realização, com sucesso, da ação integrada de educação e proteção das unidades de conservação do litoral paraense, no período do defeso do Caranguejo-Uçá;
- Renovação de Conselhos Gestores em Unidade de Conservação, possibilitando assim a maior presença institucional do ICMBio nas unidades;
- Reforço da contratação de serviços básicos de suporte ao funcionamento para diversas sedes de UC.

Coordenação Regional em PARNAÍBA (PI) CR-5

Descrição geral

A Coordenação Regional da 5ª Região – CR-5 tem sua sede administrativa localizada na cidade de Parnaíba/PI, epicentro entre as capitais nordestinas do Ceará, Piauí e Maranhão, junto à sede de três unidades de conservação vinculadas à CR.

Atualmente, a Coordenação Regional da 5ª Região possui 19 (dezenove) unidades de conservação sob sua circunscrição, sendo 11 (onze) de proteção integral e 8 (oito) de uso sustentável, somando aproximadamente cinco milhões e meio de hectares localizados nos estados de Tocantins, Maranhão, Piauí e Ceará. As unidades de conservação vinculadas estão compreendidas na zona costeira e marinha, nos biomas Caatinga, Cerrado e Mata Atlântica. No território onde a Coordenação Regional 5 tem atuação, há predomínio de uma população historicamente vulnerável, composta por muitos agricultores familiares, comunidades tradicionais, como quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, sertanejos, povos indígenas, além de outros tantos traços advindos de origens diversas que compõem um rico mosaico de agrupamentos humanos, caracterizada por uma população pobre e sofrida devido às condições climáticas próprias do semiárido nordestino, grupos com expressivo senso comunitário e que em sua maioria possuem profunda sabedoria relativa à convivência com seu território, respeitando o ambiente, mas que pouco participam da gestão pública e que exercem forte pressão de uso nas UC devido à falta de condições econômicas que garantam sua sobrevivência.

Adversidades:

O principal desafio à gestão das unidades de conservação vinculadas à Coordenação Regional 5 está relacionado à pouca quantidade de servidores lotados nas UC. Existe uma dificuldade de lotação de servidores, principalmente por ser uma região onde as sedes administrativas encontram-se em pequenas cidades do Nordeste, possuindo pouca infraestrutura, principalmente pertinente ao deslocamento e acesso a serviços básicos de saúde, educação, entre outros. A falta de servidores na Coordenação Regional quanto nas UC limita a capacidade de desenvolver as atividades de gestão, realizar as ações de fiscalização, julgar os processos de auto de infração, promover as devidas manifestações nos processos de licenciamento ambiental, instruir os processos de regularização fundiária, implementar projetos de educação ambiental e fazer funcionar os conselhos gestores das referidas áreas protegidas.

Um outro grande desafio é a regularização fundiária, isso deve-se especialmente ao fato de que a grande maioria dos posseiros das áreas abrangidas pelas UC não possuem os documentos necessários comprobatórios para que sejam realizadas as indenizações.

Nas unidades de conservação onde predomina a zona costeira marinha, quais sejam: APA Delta do Parnaíba, RESEX Marinha do Delta do Parnaíba, PARNA de Jericoacoara e PARNA dos Lençóis Maranhenses, os maiores desafios são relacionados à especulação imobiliária, ilícitos ambientais e dificuldade de coibi-los adequadamente, bem como do ordenamento turístico e implementação dos instrumentos de gestão. Exige um maior esforço de gestão também na manutenção dos equipamentos, veículos e embarcações devido à aceleração do desgaste dos mesmos causado pelas intempéries inerentes ao ambiente.

Nas unidades de conservação onde predomina o Cerrado, quais sejam: no Piauí: PARNA da Serra das Confusões, ESEC Uruçuí Una, PARNA das Nascentes do Rio Parnaíba; em Tocantins: ESEC Serra Geral do

Tocantins, PARNA do Araguaia possuem o desafio relacionado aos grandes incêndios florestais, pressão de caça e do agronegócio.

No estado do Maranhão: PARNA da Chapada das Mesas destaca-se o desafio da regulamentação e ordenamento do turismo e na RESEX Chapada Limpa temos a pressão da pecuária extensiva e uso de fogo para renovação do pasto.

As UC com predominância do bioma Caatinga, quais sejam: PARNA de Sete Cidades, PARNA da Serra da Capivara e FLONA de Palmares, FLONA de Sobral têm como uma das principais ameaças a pressão em suas zonas de amortecimento causadas pela pecuária extensiva, o desmatamento e as queimadas, substituindo a vegetação nativa por cultivo agrícola, tornando o solo cada vez mais pobre. A retirada da mata ciliar também representa grande risco a esse ecossistema, pois os recursos hídricos intermitentes passam a não mais existir, além da contaminação e poluição dos mananciais por esgotos domésticos em áreas que não possuem esgotamento sanitário.

Ainda, sob o acompanhamento da CR-5, encontram-se unidades de conservação localizadas em ambientes classificados como 'ecotonais', onde há enclaves de mata úmida regulados pela Lei da Mata Atlântica. São as UC: APA Ibiapaba, PARNA de Ubajara, e APA da Serra da Meruoca, além dos ecossistemas associados manguezais e restingas encontrados no PARNA dos Lençóis Maranhenses, PARNA de Jericoacoara, APA Delta do Parnaíba e RESEX Delta do Parnaíba. A mata atlântica no Nordeste possui uma biodiversidade única, pois abriga várias espécies endêmicas da fauna e da flora, um dos grandes desafios nessas áreas é a perda da biodiversidade, principalmente ocasionada por desmatamentos e queimadas, além da especulação imobiliária.

Riscos

Considerando o contexto apresentado, os riscos são relacionados a perda de território protegido nas unidades de conservação ocasionado pela insuficiência de servidores para executarem as diversas funções exigidas na gestão das unidades de conservação e pouca infraestrutura de apoio as atividades administrativas, de fiscalização, de julgamento administrativo dos autos de infração, das análises e vistorias em processos de licenciamento ambiental promovidos pelos órgão ambientais onde o ICMBio deve se manifestar e logísticas, o que reflete e proporciona ações antrópicas não planejadas, perda da biodiversidade, desmatamentos, queimadas, avanço do agronegócio, construção de moradias ilegais, aumento da especulação imobiliária, desmotivação dos servidores devido à sobrecarga de trabalho, pouco envolvimento da sociedade na conservação da natureza.

Estratégia de enfrentamento:

Na CR-5:

- Ampliar a equipe de servidores da Coordenação Regional e das Unidades de Conservação vinculadas;
- Reformar a sede da CR-5;
- Planejar, monitorar e contribuir para implementação e gestão das unidades de conservação vinculadas a CR-5;
- Monitorar condicionantes das autorizações emitidas em processos de licenciamentos ambientais;
- Promover o funcionamento do Colegiado de Instrução Processual e Julgamento dos Autos de Infração;
- Executar projeto de Educação Ambiental;
- Fomentar o funcionamento dos Conselhos Gestores das UC;
- Planejar as ações de fiscalização juntamente com as equipes das UC;
- Melhorar estruturas e equipamentos das UC;
- Prover estruturas de apoio aos visitantes e estratégias de uso público nos Parques Nacionais;
- Buscar novas parcerias de gestão e fortalecer as já existentes; e
- Incentivar os servidores a participarem de capacitações relacionadas à melhoria da gestão.

Na APA Delta do Parnaíba e RESEX Marinha do Delta do Parnaíba:

- Elaborar os planos de manejo da APA e da RESEX;
- Fazer gestão para implementar as políticas públicas para a população tradicional da RESEX;
- Monitorar o uso dos recursos nas UC, para uso sustentável dos moradores;
- Definir perfil de beneficiários e usuários da RESEX;
- Consolidar o modelo de gestão integrada na APA e na RESEX;
- Fortalecimento das associações promovendo maior participação social na RESEX;
- Elaboração do Plano de gestão para extração do caranguejo-uçá na RESEX;

- Implantar o Programa de Voluntariado; e
- Criar a rede de Turismo de Base Comunitária.

No PARNA de Jericoacoara e PARNA dos Lençóis Maranhenses:

- Implementar os Planos de Manejo das UC;
- Dar continuidade aos conselhos implantados no PARNA Jericoacoara e PARNA dos Lençóis;
- Desenvolver o Plano de Ação do Conselho Consultivo no PARNA Lençóis;
- Elaborar o Plano de Ação do Conselho do PARNA Jericoacoara; e
- Realizar fiscalizações para executar as regras de ordenamento territorial.

PARNA da Serra da Capivara e PARNA da Serra das Confusões:

- Executar o Plano de Manejo no PARNA Confusões;
- Continuar a elaboração do Plano de Manejo do PARNA Serra Capivara;
- Colaborar com desenvolvimento de pesquisas nas UC, com participação das Universidades;
- Reestruturar o Conselho Consultivo do PARNA Serra da Capivara;
- Fortalecer a cogestão com parceiros e sociedade local; e
- Promover a Regularização Fundiária da UC.

ESEC de Uruçuí-Una:

- Formar e fortalecer parceria com instituições de pesquisas: Universidades, Institutos Federais, Faculdades; Fazer funcionar o Conselho Consultivo; e
- Realizar levantamento de informações para instruir os processos de regularização fundiária.

ESEC da Serra Geral do Tocantins:

- Manter atuante, o Conselho Consultivo da UC;
- Planejar e aplicar o Manejo Integrado do Fogo; e
- Apoiar a formação de Associação de Brigadistas.

Parque Nacional do Araguaia:

Foi inserido na Jurisdição da Coordenação Regional 5, no final do ano de 2017.

O principal conflito de Gestão é com as comunidades Indígenas e a criação de gado em propriedades localizadas no interior do Parque. Esses conflitos são mediados pelo Judiciário.

PARNA Nascentes do Rio Parnaíba:

- Colaborar na organização das reuniões do Conselho Consultivo;
- Estimular o desenvolvimento de pesquisas dentro da UC; e
- Desenvolver Projeto de Educação Ambiental.

PARNA da Chapada das Mesas:

- Elaborar e implementar o Plano de Manejo;
- Implementar Políticas de Combate ao Fogo; e
- Instruir processos administrativos, visando a regularização fundiária da UC.

PARNA de Sete Cidades:

- Continuidade de Plano de Ação de gestão da UC;
- Implantar o Programa de Voluntariado no PARNA;
- Manter a relação sócio ambiental com as comunidades do entorno da UC;
- Reativar o Conselho Consultivo do PARNA;
- Criar novos atrativos turísticos no Parque; e
- Implementar trilhas alternativas, que gerem um maior público de visitantes e geração de renda para os guias turísticos da região.

FLONA de Palmares:

Desenvolvimento de Projetos de Educação Ambiental;
Fomento a realização de pesquisas Monitoramento do uso dos recursos nas UC.

APA Ibiapaba:

-
- Acompanhar os processos de licenciamentos ambientais promovido pelos órgãos estaduais, realizar vistorias e propor condicionantes para compatibilizar o uso do território com a conservação da natureza; e
 - Apoiar o processo de reestruturação e fortalecimento do Conselho Consultivo da unidade de conservação.

PARNA de Ubajara:

- Implementar novas ações de Educação ambiental;
- Articular e Mobilizar o Conselho Consultivo;
- Executar o Plano de Manejo e de Ação já criados na Unidade; e
- Incentivar e apoiar a pesquisa dentro da UC.

FLONA de Sobral e APA Serra da Meruoca:

- Formar o Conselho Consultivo da APA Serra da Meruoca, fortalecendo a participação social nos processos de gestão da UC;
- Elaborar o plano de ação dos Conselhos da FLONA Sobral e APA Meruoca;
- Contribuir na elaboração/revisão do Plano de Proteção da Floresta Nacional de Sobral; e
- Acompanhar, vistoriar as áreas objeto de licenciamentos ambientais monitorando as condicionantes.

RESEX Chapada Limpa:

- Elaborar o plano de ação da UC;
- Dar continuidade ao Manejo Integrado do Fogo; e
- Dar continuidade do funcionamento do Conselho Consultivo da UC.

Mudanças ocorridas

- Ampliação de equipe da Coordenação Regional 5, nova coordenadora, novos três analistas ambientais e contratação de serviço terceirizado de quatro colaboradores para o apoio administrativo e logístico;
- Novo gerenciamento e construção de planejamento estratégico da CR-5 visando a gestão para resultados, para isso, foi realizado o Encontro de Gestores que reuniu os chefes e substitutos de todas as unidades de conservação vinculadas a Coordenação Regional, favorecendo o conhecimento do cenário de cada UC e estratégias de gestão utilizadas pelas equipes;
- A Coordenação Regional 5 passou a verificar as necessidades relacionadas aos procedimentos adotados com relação às demandas e desafios de gestão de cada unidade de conservação, organizando as demandas e informações objetivando a construção de um plano de monitoramento;
- Criação do Colegiado de Instrução Processual e Julgamento dos Autos de Infração;
- Estabelecimento de fluxos e procedimentos com modelagem dos processos de licenciamento ambiental e de julgamento dos autos de infração;
- Organização de um Projeto de Educação Ambiental, onde ação pedagógica que está sendo implementada promoverá um maior envolvimento da Coordenação Regional 5 com a gestão das unidades de conservação proporcionando melhor intervenção nos conflitos socioambientais existentes, passo fundamental para definir estratégias, pensando os fatores futuros, facilitando priorizações, permitindo a tomada de decisão mais precisa e fundamentada, fomentando a institucionalização de um processo estruturado de educação ambiental;
- Continuidade da aplicação do Acordo Judicial para Regularização Fundiária do Parque Nacional Serra da Capivara;
- Monitoramento das ações de fiscalização, via Plano Nacional de Fiscalização – PLANAF;
- A Coordenação Regional passou a atuar na elaboração de planos de gestão de conflito e a facilitar planejamentos estratégicos nas unidades de conservação;
- Estabeleceu-se acordo para fortalecer a gestão do Parque Nacional Serra da Capivara envolvendo ICMBio, o IPHAN, a FUNDHAM e o governo do Estado do Piauí;
- Celebrou Acordo de Cooperação Técnica – ACT com a Secretaria de Meio Ambiente do Piauí visando a execução de ações integradas Pró-Cerrado;
- Realizou a mudança nas equipes gestoras das unidades de conservação: Parque Nacional Serra da Capivara, APA da Serra da Meruoca, Floresta Nacional de Sobral e Parque Nacional de Sete Cidades objetivando melhorar a gestão garantindo a conservação da natureza e envolvimento social, além de ampliar a quantidade de servidores nas referidas UC.

Coordenação Regional em Cabedelo (PB) CR-6

Descrição geral

A Coordenação Regional da 6ª Região – CR-6, apoia a gestão de 32 (trinta e duas) unidades de conservação federais, distribuídas em sete estados do nordeste brasileiro (parte do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e parte da Bahia), que protegem importantes porções da Mata Atlântica, Caatinga e do ambiente Marinho-Costeiro.

Adversidades

- Dificuldade de lotação de pessoal em UC interiorizadas. Além disso, grande parte do efetivo hoje lotado nessas UC está próxima da aposentadoria;
- Dificuldade na nomeação de chefias para algumas unidades de conservação em razão do acentuado grau de interiorização, do baixo número de servidores capacitados e com perfil para atuação na esfera gerencial e face à escassez de incentivos institucionais;
- Persiste a heterogeneidade na relação com órgãos estaduais de meio ambiente, devido a interpretações divergentes das normas referentes aos processos de licenciamento ambiental no entorno e interior de UC federais;
- Falta de sede do PARNA do Catimbau, dificultando a efetiva implementação da Unidade;
- Sobreposição de algumas unidades de conservação com território pleiteado por populações indígenas no Estado de Pernambuco (REBIO de Serra Negra e PARNA do Catimbau);
- UC urbanas afetadas por violência urbana: FLONA da Restinga de Cabedelo, FLONA de Açu e, notadamente, FLONA do Ibura;
- Problemas fundiários e de especulação imobiliária atrelada ao turismo existentes nas Reservas Extrativistas da Lagoa de Jequiá, do Batoque e Prainha do Canto Verde;
- Número insuficiente de agentes de fiscalização para atender a demanda das operações;
- Recursos insuficientes para atendimento das operações de fiscalização pretendidas;
- Acúmulo de processos de Autos de Infração a serem julgados por falta de pessoal qualificado e/ou recursos para manutenção de reuniões do Colegiado de Julgamento; e
- Reduzido número de servidores que atuam em análises que subsidiam a emissão de autorizações para licenciamento ambiental expedidas pela CR.

Riscos

- Perda de patrimônio/documentos em UC sujeitas à violência urbana (problema agravado pela insuficiência ou inexistência de vigilância patrimonial nessas UC e baixo efetivo de servidores);
- Perspectiva de esvaziamento das UC interiorizadas pela aposentadoria de parte do pessoal;
 - Ameaças às comunidades tradicionais das reservas extrativistas, seus recursos e seus modos de vida em função da especulação imobiliária e dificuldade de gestão do território sem regularização fundiária;
 - Aumento dos ilícitos ambientais;
 - Acúmulo de processos de autos de Infração aguardando julgamento.

Estratégia de enfrentamento

- Instituição de Núcleos de Gestão Integradas;
- Melhoria do processo de planejamento com encontros periódicos de chefes das unidades de conservação;
- Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e Instituições de Ensino e Pesquisa;
- Gestão junto à Secretaria de Patrimônio da União para delimitação da linha de preamar, favorecendo a continuidade dos trabalhos de regularização fundiárias nas UC costeiras/marinhas;
- Busca pelo estreitamento e nivelamento da relação com os Estados e outros entes sociais;
- Busca constante pelo fortalecimento da imagem institucional e valorização do papel das UC perante a sociedade;
- Reforço do efetivo lotado nas UC vinculadas por meio de processos de remoção; e
- Aumento de recursos para fiscalização e para as reuniões do Colegiado de Julgamento de Autos de Infração.

Mudanças ocorridas

- Publicação dos planos de manejos do PARNA Serra de Itabaiana e das FLONA do Ibura e da Restinga de Cabedelo e iniciado o processo de revisão do Plano de Manejo da APA Costa dos Corais;
- Criação do Conselho Consultivo do PARNA Serra de Itabaiana;

- Criação dos Núcleos de Gestão Integrada ICMBio Itabaiana-Ibura/SE e ICMBio Costa dos Corais/PE e AL;
- Incremento, mesmo que ainda não suficiente, no número de servidores lotados na CR-6 e nas suas UC, apesar de aposentadorias e remoções de servidores para Unidades de outras regiões;
- Definição do perfil das famílias beneficiárias da RESEX do Batoque em dezembro de 2016, possibilitando que, em 2017, fosse realizado o cadastro das famílias beneficiárias da unidade de conservação;
- Participação em colegiados interinstitucionais (Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental; Conselhos de Unidades de Conservação estaduais), no sentido de fortalecer os vínculos com outras instituições, tal como fortalecer a inserção do ICMBio no cenário local;
- Reforma da sede do ICMBio na FLONA de Cabedelo, permitindo o estabelecimento da Coordenação Regional em suas novas instalações;
- Aprovação, pela FUNAI, do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação em relação à Terra Indígena Pipipã, sobreposta à REBIO Serra Negra.

Coordenação Regional em Porto Seguro (BA) CR-7

Descrição geral

As 29 (vinte e nove) UC localizadas no território de âmbito da CR-7, numa área de cerca de 920.000 hectares, envolvem áreas únicas, reconhecidas mundialmente como chave para a conservação da biodiversidade global, como:

- Corredor Central da Mata Atlântica (“*hotspot*” mundial para a conservação da biodiversidade) com remanescentes únicos de formações florestais da Mata Atlântica de tabuleiro e populações remanescentes da árvore de Pau Brasil e da maior ave predadora do mundo, a Harpia, bem como uma fauna exclusiva, rara e endêmica;
- Áreas tombadas como Sítio do Patrimônio Natural da Humanidade pela UNESCO, inseridas no Projeto Corredor Central da Mata Atlântica, sendo, ainda refúgio de importantes populações de espécies vulneráveis pela IUCN;
- Banco de Corais dos Abrolhos – região com maior biodiversidade de corais no mundo, e importante berçário de diversas espécies ameaçadas locais e migratórias, tais como a baleia Jubarte;
- Recôncavo Baiano/Baía de Iguape – Área de intensa influência da cultura negra na pesca e agricultura, fortemente ameaça pela espécie exótica invasora coral-sol;
- Cadeia do Espinhaço (Chapada Diamantina e o Planalto de Conquista) - zona de ecótono entre a Mata Atlântica e a Caatinga e refúgio de espécies de grande endemismo e criticamente ameaçadas.

Adversidades

- a) Assim como nas demais unidades da instituição, a hipossuficiência de recursos humanos (sobretudo) e financeiros, compromete o atingimento dos objetivos institucionais. Relacionado a isso, destaca-se a dificuldade de lotação e retenção de servidores nas UC mais distantes, principalmente na Bahia;
- b) Conflitos com comunidades indígenas no extremo sul da Bahia e sobreposição de Terras Indígenas (TI) com UC – Por um lado, as comunidades reivindicam a demarcação de TI, que sobreporiam áreas de importantes dos Parques Nacionais (do Descobrimento e do Monte Pascoal). Por outro lado, o ICMBio busca proteger as UC, em esforços para conter a caça comercial e o desmatamento ilegal para a produção de artesanato em larga escala (“industrialização”);
- c) Falta de regularização fundiária nas UC (principalmente naquelas localizadas no estado da Bahia);
- d) Invasões de terra – As unidades de conservação da CR-7, especialmente na Bahia, têm sofrido forte pressão em especial, a REBIO e o RVS de Una;
- e) Incêndio criminoso é uma prática comum e que gera perda de *habitat* e grande demanda de gestão para as UC, principalmente para o PARNA da Chapada Diamantina;
- f) Pesca com uso de explosivos na RESEX Marinha da Baía do Iguape;
- g) Caça criminosa na maioria da UC do território
- h) Poluição ambiental de empreendimentos industriais/agrícolas e de áreas urbanas nas UC costeiro-marinhas;

i) Impactos provocados por rodovias, especialmente por eventos de atropelamento e acidentes químicos com cargas perigosas (principalmente no PARNA da Chapada Diamantina, FLONA de Goytacazes e REBIO de Sooretama).

Riscos

- a) A baixa atratividade para lotação de servidores (principalmente na Bahia), pois as cidades sede das unidades possuem baixo acesso a serviços ou são distantes de cidades de maior porte;
- b) Nos Parques Nacionais do extremo sul da Bahia (especialmente Descobrimento e Monte Pascoal), a continuidade da prática de extração ilegal de madeira, caça e desmatamento tem gerado enormes prejuízos à biodiversidade, correndo o risco de termos extinções locais de várias espécies, além do comprometimento das ações de visitação;
- c) Fragilidade de gestão pela falta de regularização fundiária nas UC compromete os resultados da gestão;
- d) Perda de ecossistemas e biodiversidade pelo fogo em UC;
- e) Perda de biodiversidade pela caça criminosa nas UC;
- f) As UC costeiro-marinhas enfrentam problemas de poluição provocados por esgoto doméstico e industrial, e mais recentemente, pela confirmação do alcance da pluma de sedimentos oriundos do derramamento de resíduos de mineração das barragens da empresa Samarco em Mariana;
- g) Atropelamento de animais e ignição de incêndios a partir da margem das rodovias por falta de correto manejo e monitoramento de rodovias.

Estratégia de enfrentamento

- a) Solicitação e encaminhamento de solicitação de servidores em UC avaliadas como estratégicas à Direção do ICMBio bem como a alocação de mais funções gratificadas nas UC da CR7, de modo a atrair a vinda de novos servidores e facilitar a permanência destes;
- b) Estabelecimento de Núcleos de Gestão Integradas, com instalação de sede em cidades estratégicas e com mais serviços, união de equipes frente aos desafios da gestão de UC;
- c) Realização, de forma rotineira e integrada (com Polícia Federal, Ministério Público Federal e Polícia Militar da Bahia) de ações de fiscalização para reduzir as ameaças à biodiversidade e visitação pública nos Parques Nacionais do extremo sul da Bahia;
- d) Manter diálogos interinstitucionais permanentes e mediados com FUNAI, MPF, PF, Justiça Federal, bem como com as comunidades indígenas no sentido de encontrar uma solução negociada para o conflito;
- e) Propor e celebrar com as comunidades indígenas e FUNAI Termos de Parceria e de convivência para pacificação e planejamento de ações de boa convivência e projetos para manter a biodiversidade e proteção da UC como foco e de comum responsabilidade;
- f) Apoiar ações de regularização fundiária das UC, na abertura e instrução de processos de regularização fundiária, manter diálogo com proprietários e empresas interessadas em compensação de reservas legais em UC;
- g) Ações de prevenção e apoio a incêndios florestais com maior atenção no Parque Nacional da Chapada Diamantina. Diálogos com Governo do Estado, IBAMA, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras e Brigadas Voluntárias para elaboração do plano de proteção à incêndios da Chapada Diamantina. Estruturação de equipamentos para o PARNA da Chapada Diamantina;
- h) Monitoramento da qualidade ambiental. Acompanhamento dos processos de licenciamento e suas condicionantes. Participação nos comitês de bacias hidrográficas. Participação nas câmaras técnicas de biodiversidade (caso do acidente que envolve a empresa Samarco);
- i) Um dos principais avanços nas UC marinho costeiras é o aporte de recursos do Projeto GEF-Mar, que tem permitido aumentar e dar efetividade as atividades de implementação/ manutenção das UC, permitindo ações regulares em atividades como fiscalização, monitoramento, apoio a pesquisa, programa do voluntariado, atividades de educação ambiental e manutenções de infraestrutura e equipamentos.
- j) Parcerias com instituições do terceiro setor tem possibilitado um aumento significativo de recursos para elaboração de materiais visuais, didáticos bem como na qualificação de atrativos para favorecimento ao Uso Público nas UC da Costa do Descobrimento, especialmente no PARNA do Pau Brasil (Projeto de fortalecimento do PNPB);
- k) Parcerias com Instituições privadas permitem, através do aporte de recursos a parceiros do terceiro setor, a participação de Centros de Pesquisa do ICMBio, como o CENAP, em programas de monitoramento da fauna no Parque Nacional do Pau Brasil e RPPN locais, diminuindo a pressão de caça e fortalecendo estratégias de conservação de espécies ameaçadas;

l) Acompanhamento dos processos de licenciamento ambientais das rodovias.

Mudanças ocorridas

- a) Diálogo com a Direção do ICMBio para a alocação de funções gratificadas nas UC da CR-07 bem como do estabelecimento de NGI e espaços únicos e de melhor acesso a serviços de apoio;
- b) Diálogo permanente com instituições governamentais e grupos indígenas visando celebração de Termos de Compromisso;
- c) Diversos processos de regularização fundiária aptos para pagamento, aguardando recursos financeiros;
- d) Projetos com parceiros institucionais e privados visando fortalecer a imagem e benefícios das UC ao público nacional e estrangeiro;
- g) Plano de proteção à incêndios do PARNA da Chapada Diamantina elaborado com parceiros. Ações tem se mostrado muito mais efetivas após a elaboração do plano;
- l) Exigência para que as concessionárias em medidas mitigadoras para os impactos provocados pelas rodovias (caso da duplicação da BR-101 na REBIO de Sooretama).

Coordenação Regional no Rio de Janeiro (RJ) CR-8

Descrição geral

A Coordenação tem sob sua circunscrição, 35 (trinta e cinco) Unidades de Conservação, que abrangem os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e uma pequena porção no sul de Minas Gerais, com predomínio do bioma Mata Atlântica, mas algumas das UC localizam-se na região de transição com o Cerrado e no bioma marinho-costeiras. Os principais atributos protegidos destas unidades de conservação federais são:

- O fundo da Baía da Guanabara e sua bacia contribuinte;
- A biodiversidade da Mata Atlântica e seus sistemas associados como mangues, restinga, cerrado, campos de altitude, etc;
- Espécies ameaçadas de extinção e endêmicas;
- A cultura e os meios de vida de populações tradicionais;
- Atributos de paisagem e estéticos de interesse turístico; e
- Prestação de serviços ambientais incluindo redução de efeitos de mudanças climáticas, mananciais de abastecimento de águas.

Adversidades

Por estarem localizadas em um grande pólo urbano-industrial com grande número de unidades urbanas e periurbanas pressionadas por ocupação contínua e progressiva, as mencionadas unidades de conservação sofrem impactos gerados por um grande número de empreendimentos potencialmente poluidores. Especialmente no estado do Rio de Janeiro, ações fiscalizatórias e de monitoramento ficam prejudicadas pela impossibilidade de acesso a muitas regiões que não oferecem segurança aos servidores em função da criminalidade.

Riscos

A ocupação ilegal e desordenada, o desmatamento que gera a fragmentação do ambiente, a extração vegetal e a caça, os incêndios florestais, espécies exóticas e os impactos da implantação e operação de muitos tipos de empreendimentos que ocorrem dentro das unidades de conservação e em seu entorno são as principais ameaças à biodiversidade das UC na Mata Atlântica.

Já as unidades de conservação marinhas enfrentam problemas tais como a invasão de espécies exóticas (em especial o coral-sol), a pesca irregular e predatória, fortes impactos da indústria de petróleo e gás, uso público desordenado em praias e no mar.

Estratégia de enfrentamento

- Reuniões e Oficinas de trabalho com as equipes das unidades de conservação, quando são constituídas câmaras técnicas para tratamento de temas prioritários e se estimulado o apoio mútuo entre as UC e a proposição de estratégias de gestão;
- Maior foco na definição do planejamento estratégico da CR-8, com identificação de deficiências e melhoria dos fluxos de comunicação e dos procedimentos, bem como o estabelecimento das táticas para a atuação;

- Ampliação da capacidade de julgamento do passivo de processos de autos de infração, por meio da manutenção da estratégia de 'mutirões de julgamento' e da distribuição de processos via SEI às UC vinculadas;
- Atuação integrada das Unidades da CR-8 por meio de Núcleos de Gestão Integrada e Mosaicos;
- Atualização dos servidores para análise dos processos de Auto de Infração e Autorização para o Licenciamento;
- Maior articulação com os órgãos licenciadores Estaduais, Municipais e IBAMA, para resolução de conflitos e padronização de procedimentos;
- Estreitar de modo efetivo as relações com as UC estaduais e RPPNs para compartilhamento de informações e apoio mútuo na gestão regional;
- Aprimorar o diálogo com a sociedade civil organizada, comunidades, órgãos públicos, empresas privadas e demais atores direta ou indiretamente envolvidos com a gestão das Unidades;
- Articular a participação em termos de ajustamento de conduta para resolução de situações conflituosas;
- Estabelecimento de acordos de cooperação técnica para execução de projetos;
- Prestar apoio técnico e operacional para incorporação da atual estratégia institucional de gestão do fogo do ICMBio (manejo integrado do fogo) junto às UC da CR-8;
- Sistematização de informações de gestão das Unidades, que serve como base de dados para embasar a tomada de decisão no estabelecimento de prioridades institucionais (lotação de pessoal, distribuição de recursos, prioridades de gestão);
- Estabelecer parceria com o Programa Estadual de Fiscalização do INEA "Olho no Verde" via satélite que poderá indicar alertas de possíveis infrações ambientais para as UC vinculadas à CR-8.

Mudanças ocorridas

- A partir de novembro de 2017 houve uma adequação da equipe da CR-8 para atendimento de suas atribuições, devido à diminuição da equipe;
- Implementação de novos fluxos de procedimentos visando melhorias nos processos de autorização para o licenciamento tanto por parte da CR-8 quanto pelas UC;
- Divulgação de Comunicado Interno da CR-8 com atualização de informações pertinentes;
- Priorização do julgamento de autos de infração;
- Implementação dos novos procedimentos de renovação e funcionamento dos Conselhos Gestores das Unidades;
- Estímulo às UC para envio de projetos para concorrerem na Câmara de Compensação Estadual.

Coordenação Regional em Florianópolis (SC) CR-9

Descrição geral

A Coordenação Regional abrange os três estados da região Sul do Brasil e uma pequena porção no sudeste do estado do Mato Grosso do Sul, compreendendo 41 UC, numa área aproximada de 2.500.000 hectares. A Coordenação Regional situa-se no município de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, em sede compartilhada com três UC e o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestre (Cemave).

Adversidades

- O grande número de UC vinculadas, dificulta a presença mais constante da CR nas UC e, conseqüentemente, limita a capacidade gerencial da CR;
- A escassez de recursos financeiros implica em dificuldades para atender as demandas das atividades administrativas e finalísticas do Instituto;
- A Sede atual da CR-9 situa-se em local com estrutura precária. Há necessidade de adequação que promova melhor desenvolvimento do trabalho dos servidores;
- Insuficiência de servidores na maioria das UC;
- Existência de UC com baixa porcentagem de regularização fundiária;
- Ausência de Plano de Manejo em 46% das UC e de Conselho Consultivo em 15% das UC;
- Existência de 8 FLONAs com áreas de plantios exóticos para serem retirados e comercializados, dependendo de projetos técnicos de retirada e definição de procedimentos de comercialização da madeira;
- Interfaces territoriais com povos indígenas e comunidades tradicionais em 51% das UC vinculadas à CR-9.

Riscos

De maneira geral, o maior risco para as UC é a perda de biodiversidade, advinda dos fatores elencados a seguir:

- Destaca-se o desmatamento, a caça, a pesca ilegal, o roubo de palmito, construções em Áreas de Preservação Permanentes (APP), dificuldade de controle de organismos invasores;
- No ambiente marinho-costeiro, têm-se como principais ameaças a intensa especulação imobiliária, a pesca ilegal, falta de controle da pesca industrial e pressão para expansão de portos e grandes empreendimentos em algumas regiões;
- Na região sul do Brasil, como um todo, destaca-se ainda, a grande fragmentação dos ecossistemas;
- Dificuldade de reconhecer e buscar formas de compatibilizar os direitos das populações tradicionais e a conservação da biodiversidade, o que ocasiona o agravamento de conflitos socioambientais que envolvem o acesso e uso dos recursos naturais; e
- Desestruturação de equipes devido à insuficiência de condições adequadas de trabalho, envolvendo carência de servidores e terceirizados, infraestrutura e equipamentos.

Estratégia de enfrentamento

- Desenvolvimento de ações integradas entre as UC e implantação e estruturação de Núcleos de Gestão Integrada;
- Aproximação com os demais atores com interface ambiental envolvidos na gestão das UC (associações, ONGS, sindicatos, governos estaduais e municipais), além de um estreitamento na atuação entre os diversos órgãos federais, como, IBAMA, FUNAI, INCRA, MAPA, MPF;
- Aumentar a presença da CR junto às UC melhorando o apoio gerencial. Desenvolvimento de ações conjuntas e colaborativas entre as UC;
- Busca de recursos para estruturação e manutenção das UC com estruturas compatíveis com suas funções;
- Dinamização do funcionamento do Colegiado de Julgamentos de autos de infração;
- Desenvolvimento de estratégias de negociação e enfrentamento de conflitos;
- Criação de Colegiado socioambiental para elaborar estratégias de resolução de conflitos socioambientais;
- Apoio e acompanhamento da CR na elaboração dos planos de manejo das UC; e
- Apoio às UC para implementação dos Conselhos Gestores, como forma de envolver a sociedade na gestão dos territórios protegidos.

Mudanças ocorridas

- Em 2017, ocorreu um avanço na elaboração de Planos de Manejo. Apesar de 46% das UC não possuírem Plano, em 17% estão em fase de elaboração ou finalizando, dessa forma restam 29% das UC sem perspectiva de elaboração no curto prazo;
- Início da implantação de nova metodologia para elaboração de Planos de Manejo com base na metodologia do Serviço Florestal Americano visando dar maior agilidade ao processo. Uma das experiências 'piloto' se desenvolveu no PARNA de São Joaquim;
- O Colegiado de Julgamentos, com a integração de servidores das UC, tem avançado em seu desempenho. Em 2017, foram julgados 340 processos;
- Avanço nas interlocuções para a Implantação dos Núcleos de Gestão Integrada que serão implantados a partir do início de 2018;
- Apoio e interlocução local para buscar encaminhamentos que envolvem conflitos socioambientais entre UC e povos e comunidades tradicionais. Destaca-se o Termo de Compromisso entre as comunidades de pescadores do PARNA Marinho da Ilha dos Currais, possibilitando o acesso dos pescadores ao uso de seus recursos tradicionais. No mesmo, sentido o ICMBio retoma as negociações do TC entre o PARNA Aparados da Serra e comunidades de Quilombolas; e
- Houve avanço no processo de implantação do Colegiado Socioambiental integrando servidores das UC, devendo ser institucionalizado em 2018.

Coordenação Regional em Goiânia (GO) CR-10

Descrição geral

Anteriormente em Cuiabá (MT), a Coordenação Regional 10 foi transferida para Goiânia (GO) em setembro de 2017, sendo que se vinculam a ela 22 (vinte e duas) unidades de conservação federais (UC) nos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, e uma pequena porção da Bahia. São 2.233.555 hectares de áreas protegidas, abrangendo os biomas Cerrado, Pantanal e Amazônia. A transição para a nova sede e a vinculação das unidades de conservação está em processo de implantação.

Adversidades

- Existem poucas estruturas de atuação do Poder Público próximas às unidades vinculadas;
- Insuficiência de servidores e funcionários de apoio (especialmente técnicos ambientais, administrativos, brigadistas e pessoal de apoio terceirizado);
- Conflitos territoriais, em especial a sobreposição com terras indígenas;
- Fogo criminoso no interior e entorno de unidades de conservação;
- Pesca ilegal no interior e entorno de algumas UC;
- Ausência de regularização fundiária;
- Incidência de legislações estaduais divergentes em uma área protegida (p. ex., a pesca na APA Meandros do Rio Araguaia);
- Acúmulo de atribuições sobre os servidores da CR-10; e
- Estratégia tímida de manejo de fogo em unidades de conservação.

Riscos:

- No PARNA das Emas: o uso descontrolado e sem acompanhamento técnico adequado de defensivos agrícolas nas propriedades rurais no entorno da UC, além da incidência de atropelamento nas estradas que circundam o PARNA; e por fim, rodovias em processo de licenciamento no entorno (com medidas mitigadoras insuficientes ou não previstas);
- A pesca predatória, bem como a ocupação desordenada das margens do rio Araguaia, tem afetado diretamente a RESEX Lago do Cedro e a APA Meandros do Rio Araguaia (MT, TO, GO);
- Insuficiência de servidores para as UC de Mambá;
- Na FLONA de Silvânia, há presença de espécies exóticas no interior da UC, com predomínio de gramíneas, e também, a presença de bandos de "javaporco" selvagem, que é o animal híbrido proveniente do cruzamento entre o porco doméstico e o javali; além disso, há grandes áreas com monoculturas no entorno da UC, com uso de pesticidas agrícolas; questões fundiárias não resolvidas e o impacto das mudanças climáticas locais e globais, que tem afetado algumas espécies que ocorrem na FLONA;
- Sobreposta à Terra Indígena Enawene Nawe, a ESEC de Iquê encontra-se no que é hoje o maior remanescente florestal de todo o arco do desmatamento na Amazônia, no noroeste de Mato Grosso. Os maiores riscos para a sua integridade são: extração de madeira, garimpo de diamantes e alterações causadas por empreendimentos hidrelétricos na bacia do rio Juruena. Conforme apontado no relatório de 2016, há grande dificuldade de manutenção de equipes do ICMBio no local, em função de riscos à integridade física dos servidores;
- A ESEC da Serra das Araras apresenta problemas de regularização fundiária antigos, e outros relacionados à mineração de calcário nas imediações e à pavimentação asfáltica de uma estrada estadual circunvizinha (MT-343), com potencial de alterar drasticamente o tipo de ocupação fundiária e de produção agrícola nos anos vindouros;
- Na ESEC de Taiamã, há a ocorrência de sobrepesca no entorno da UC, além da implantação de empreendimentos hidrelétricos em rios no entorno da ESEC, os quais podem impactar negativamente a UC. Além disso, há o risco de implementação da hidrovía Paraná-Paraguai, a qual passará no interior da ESEC;
- Em relação aos PARNA da Serra da Bodoquena e da Chapada dos Guimarães, há necessidade de regularização fundiária completa de suas áreas, o que acarreta a gestão de variados riscos: corte seletivo de espécies madeireiras, presença de gado, atividades não autorizadas, caça, e incêndios florestais. Acrescente-se ainda, que o PARNA da Chapada dos Guimarães está próximo de cidades populosas, o que aumenta a demanda da UC com controle de entradas e estruturação de atrativos, sinalização e outras atividades relacionadas. Além disso, há projeto de duplicação da estrada MT-251, que corta por quase 30 quilômetros o Parque Nacional. Caso seja implantada, tem o potencial para o aumento do número de atropelamentos de animais silvestres, a ampliação da ocorrência de incêndios florestais, a depredação de sítios arqueológicos e a diminuição da área da unidade de conservação. Vale salientar também que ocorre a atividade de garimpos na área intangível da UC, situada no vale do Véu de Noiva;
- No PARNA do Pantanal Matogrossense, há como risco da sobrepesca ao longo da planície; a ocupação de cabeceiras e a retenção de águas por hidrelétricas no planalto, o que alterou significativamente o fluxo das águas; a poluição dessas águas pelo tipo de agricultura que se pratica nessas cabeceiras, com grande movimentação de terras e aplicação de agrotóxicos; e, potencialmente, a implementação da hidrovía Paraguai-Paraná;

Além dos pontos elencados acima, a ausência de consulta ao ICMBio sobre empreendimentos licenciados no entorno (ou interior, quando do caso) das UC federais tem alto potencial de degradação das unidades de conservação.

Por fim, mesmo que haja instrumentos para a gestão de áreas com sobreposição a terras indígenas, ainda se carece de um entendimento institucional mais amplo, envolvendo outros órgãos públicos, que possibilite alternativas aos conflitos decorrentes.

Estratégia de enfrentamento

- A delegação de competência para julgamentos de autos de infração em primeira instância foi promovida de maneira a dar mais eficiência no fluxo de processos;
- Estabelecimento de contato direto com órgãos licenciadores estaduais para melhoria da comunicação entre as instituições e do processo de licenciamento quando envolve impacto a unidades de conservação federais;
- Reorganização de tarefas com uso de metodologias do planejamento estratégico para redução de concentração de atividades e ineficiência de análise;
- Discussão e elaboração de novas estratégias de prevenção e combate a incêndio florestal entre as UC da CR-10, incluindo o Manejo Integrado de Fogo como linha de atuação;
- Formalização de parcerias para a gestão das UC e busca de apoio de outras instituições públicas para o desenvolvimento de atividades de interesse comum (ex. ações de fiscalização com apoio da polícia militar);
- Ajuizamento de Ações Cíveis Públicas para retirada de ocupações irregulares em unidades de conservação.
- Participação em colegiados relacionados à gestão ambiental pública; e
- Demanda permanente à sede da autarquia por pessoal (efetivo e terceirizado).

Mudanças ocorridas

- Houve melhora na comunicação e fluxo de demandas nas UC do Distrito Federal;
- Conselho de chefes das UC do DF criado em 2017;
- Criação do Núcleo de Gestão Integrada ICMBio Brasília-Contagem;
- No PARNA da Serra da Bodoquena não há mais gado no interior da UC;
- Elaboração de um Seminário em parceria com a Universidade Federal de Goiás para tratar das estratégias e manejo para o PARNA das Emas, além de pesquisa em parceria com Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Carnívoros - CENAP e Sindicato Rural de Chapadão do Céu para controle do porco do mato e eventual estratégia de manejo;
- A FLONA de Silvânia está desenvolvendo um projeto em parceria com a Prefeitura de Silvânia sobre o pagamento de serviços ambientais (com apoio da UFG e do Fundo Boticário). Foi assinado um Acordo de Cooperação Técnica com Prefeitura para a melhoria da gestão da UC, contemplando: o manejo adequado para a conservação da biodiversidade e o planejamento para a estruturação do uso público no interior da FLONA;
- Para a ESEC Taiamã, foi publicada uma Resolução pelo Conselho Estadual de Pesca - CEPESCA, regulamentando e restringindo a pesca no entorno da UC;
- A formalização de parcerias auxiliou na redefinição de projetos e no melhor relacionamento com a sociedade em geral;
- Contatos diretos com órgãos licenciadores trouxeram nova demanda de análises de impacto ambiental;
- Maior e melhor fluxo de julgamento de autos de infração em primeira instância na CR-10; e
- Reformulação de Planos de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais.

Coordenação Regional em Santa Lagoa (MG) CR-11

Descrição geral

Com circunscrição na região central do Brasil, a CR-11 possuía sob sua vinculação, 29 (vinte e nove) UC nos estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, São Paulo e no Distrito Federal, com predomínio do bioma Cerrado. A partir de 28 de setembro de 2017, com a publicação da Portaria ICMBio nº 578, a CR-11 passou a ter sob sua circunscrição, 16 UC: 07 Parques Nacionais; 03 Áreas de Proteção Ambiental; 02 Florestas Nacionais; 01 Reserva Biológica; 01 Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e 01 Estação Ecológica.

Sob a supervisão da CR-11, encontram-se algumas das mais icônicas unidades de conservação do país, como o PARNA da Serra da Canastra, onde se localiza a nascente histórica do Rio São Francisco, o PARNA Cavernas do Peruaçu, com suas formações espeleológicas únicas, o PARNA de Caparaó, com o Pico da Bandeira (o

terceiro ponto mais alto do país, com 2.891,32 metros de altitude) em seu interior, e o PARNA Grande Sertão Veredas, com seus 200.000 hectares de Cerrado e veredas bem preservados. Outras áreas protegidas importantes são aquelas próximas a região metropolitana da capital mineira. O Parque Nacional da Serra do Gandarela, situado em local estratégico, presta o relevante serviço ambiental relacionado à produção de água necessária às populações humanas, bem como, o equilíbrio ecológico, a preservação da biodiversidade da região e de importantes remanescentes de formações de cangas do Quadrilátero Ferrífero.

Adversidades

- Por se tratar de uma região onde predomina uma estação seca longa e uma vegetação aberta, com vasto histórico de incêndios florestais de grandes proporções, o risco de incêndios nas UC da região da CR-11 se apresenta como uma adversidade a ser considerada ano a ano;
- A matriz de desenvolvimento rural na região se apresenta bastante alterada, sendo predominantemente composta por pastagens artificiais e culturas de grande porte. Ainda precisamos destacar que há uma pressão forte de caça, pesca e extração de recursos naturais nas UC, fatores esses que também se apresentam como adversidades a serem consideradas. Outra preocupação é a pressão da atividade minerária no entorno das unidades de conservação federais;
- Insuficiência de recursos humanos e financeiros. Esta situação tem se agravado nas Unidades da CR-11, sobretudo pelo longo período sem recrutamento de servidores por concurso público e pela crescente demanda relacionadas aos desafios de gestão das Unidades;
- Grande número de processos de auto de infração, o que requer análise técnica e dedicação permanente de servidores da Coordenação; e
- Reivindicações de populações tradicionais e indígenas sobre unidades de proteção integral vinculadas a CR-11.

Riscos

- Perda de biodiversidade e comprometimento da qualidade ambiental em caso de grandes e recorrentes incêndios florestais nas UC;
- Formação ou perpetuação de ilhas isoladas, com baixa viabilidade das espécies no longo prazo;
- Comprometimento dos recursos naturais a serem protegidos pelas UC diante da degradação das áreas localizadas no entorno da Unidades;
- As limitações de pessoal e de recursos financeiros têm impactado muito nossas ações em campo, o que pode comprometer significativamente a qualidade da gestão e nossos resultados Institucionais;
- Áreas ocupadas por populações tradicionais no interior das UC sem controle ou regras para o uso dos recursos naturais.

Estratégia de enfrentamento

- A estratégia de enfrentamento no que tange aos riscos relacionados aos incêndios florestais: além do combate emergencial, usualmente realizado, pretende-se ampliar a implementação do Manejo Integrado do Fogo. Entendemos que o MIF pode reduzir significativamente os riscos de ocorrência de incêndios de grandes proporções nas UC, e principalmente reduzir os danos que os incêndios podem causar. Além disto, uma parceria com o governo do estado de Minas Gerais tem garantido insumos para combate a incêndios florestais, especialmente com apoio aéreo no caso de grandes incêndios.
- O Colegiado de Servidores de Julgamento de Auto de Infração da CR-11 – COJAI delega e distribui a análise e julgamento dos autos de infração lavrados pelos agentes de fiscalização das unidades de conservação, no sentido de reduzir o tempo de julgamento e melhorar as análises técnicas e padroniza-las;
- Alinhamento Interinstitucional: realização de reuniões de alinhamento com os órgãos ambientais estaduais, IBAMA, Prefeituras e demais órgãos públicos de interesse;
- Construção de parcerias com diferentes focos de atuação voltados para o fortalecimento da gestão, em especial, para apoio às atividades de uso público nas unidades de conservação com ONG/OSCIP, órgãos municipais e universidades;
- Formação de grupos de trabalho para estabelecer Termos de Compromisso com populações que estejam ocupando as unidades de proteção integral, em caráter temporário, até uma solução definitiva de regularização fundiária, especialmente nos Parques da Canastra, Serra do Cipó e Sempre Vivas.

Mudanças ocorridas

- Maior esforço Institucional para a realização do Manejo Integrado do Fogo nos PARNA da Serra da Canastra, da Serra do Cipó, e das Sempre-Vivas com aproximação das comunidades residentes nos entornos das UC;
- Avanço positivo do alinhamento entre os órgãos em assuntos como licenciamento ambiental, combate a incêndios e fiscalização;
- Todas as etapas do processo do auto de infração, incluindo os julgamentos de primeira instância, estão sendo conduzidas por um colegiado de servidores, visando dar maior confiança e celeridade ao processo. Conforme estabelecido como meta em 2016, foi encerrado o passivo de processos de auto de infração à espera para iniciar o julgamento na CR-11;
- Foram realizadas as melhorias nas novas instalações da CR-11, o que possibilitará a mudança dos servidores para a nova sede no início de 2018; e
- Articulação com a FUNAI e Ministério Público Federal para buscar maior harmonia com conflitos de sobreposição territorial em unidades de proteção integral visando a garantir a conservação da biodiversidade.